

www.bemparana.com.br facebook.com/bemparana @portalbemparana @bemparana

CÂMARA DE CURITIBA

Dos 38 vereadores, 14 já trocaram de partido; janela fecha nesta semana

• Dalton Borba e Eder Borges foram os últimos; novas mudanças ainda podem ocorrer Pág. 2

ENTRE 2022 E 2024, FORAM 575 VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM OCORRÊNCIAS; HOUVE AINDA 234 PESSOAS FERIDAS

Em 2 anos, Contorno Sul de Curitiba registra 238 acidentes e 46 mortes

Números foram debatidos na Câmara, após morte trágica de repórter na segunda-feira Pág. 3

PINTOR FRANCÊS TINHA UM ESTILO PECULIAR

Franklin de Freitas



Obras de Monet brilham em exposição Pág. 6

'SULA': FURACÃO DERROTA O AMELIANO NO PARAGUAI

José Tramontin / Athletico.com.br



Mastriani faz 2 e Athletico goleia Pág. 8

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Julgamento de Sergio Moro será retomado hoje Pág. 2

ELE FOI SUBMETIDO A UMA CIRURGIA NO JOELHO

Robson desfalca Coritiba no começo do Brasileirão Pág. 9

DESTAQUES

MARTHA FELDENS

Em política não existe vácuo. E em ano eleitoral e período de janela partidária, como o de agora, muito menos. Pág. 2

PLANTÃO DE POLÍCIA

Uma motorista furou o sinal de conversão na via expressa e um Ligeirinho bateu na lateral do carro. Pág. 7

CANAL 1

O SBT sabe que o desafio do 'Chega Mais', lançado nas manhãs, seria maior que o das demais estreias. Pág. 32

BOLETIM

Casos de dengue estão 1.035% maiores neste ano no Paraná

O Paraná registrou mais 23.396 casos confirmados de dengue em uma semana. Desde 30 de julho do ano passado, o Estado já soma 159.357 casos confirmados, 101.879 casos descartados e 77 óbitos. Pág. 6

NA FRENTE DE SHOPPING DE CURITIBA

João Frigério



TROCA DE TIROS — Uma tentativa de roubo de carro acabou com um suspeito morto e outro ferido. Pág. 7

PARALISAÇÃO

Professores da UFPR e da UTFPR podem entrar em greve em abril Pág. 4

SHOWS

Festival Doce Maravilha abre venda de ingressos amanhã Pág. 5



JANELA PARTIDÁRIA FECHA NESTA SEMANA

Em Curitiba, dos 38 vereadores, 14 já trocaram de partido

Dalton Borba e Eder Borges foram os últimos parlamentares a se filiarem a novas siglas

Rodolfo Luis Kowalski

O prazo da janela partidária, que permite a vereadoras e vereadores que pretendem concorrer às Eleições de 2024 por outra agremiação fazer a troca de partido sem risco de perder o mandato, se encerra nesta sexta-feira (5 de abril). E em Curitiba, o período está sendo marcado por uma verdadeira "dança das siglas" na Câmara Municipal, com mais de um terço dos vereadores — 14 dos 38 parlamentares, ou 36,8% do total — já tendo trocado de partido nas últimas semanas.

Somente nos últimos dias, por exemplo, dois parlamentares anunciaram que estão de mudança. Na segunda-feira (1º), Eder Borges usou a tribuna da Câmara Municipal para anunciar que estava deixando o Partido Progressistas (PP) para se filiar ao Partido Liberal (PL).

No mesmo dia o vereador Dalton Borba informou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) que estava deixando a sigla para se juntar ao Solidariedade — informou que foi confirmada pela própria assessoria do PDT Paraná ao '**Bem Paraná**'.

Outras mudanças

O vereador Alexandre Leprevost, por exemplo, pode deixar o Solidariedade para se filiar ao União Brasil, mesmo partido de seu irmão, o deputado estadual Ney Leprevost. Nos bastidores, já se ventila até a possibilidade do União apoiar Eduardo Pimentel (PSD) na corrida pela Prefeitura de Curitiba e, em troca, Alexandre sair como candidato a vice-prefeito na chapa.

Rodrigo FonsecaCMC



Borba: do PDT para o Solidariedade

Outros que podem buscar um novo partido são o presidente da Câmara Municipal, Marcelo Fachinello (atualmente no Podemos), e a vereadora Noêmia Rocha, que estaria sem ambiente no MDB e poderia se filiar ao mesmo partido que o ex-governador Roberto Requião (que deixou o PT recentemente e poderia pintar em breve no PDT).

Debandada do União Brasil

O primeiro parlamentar curitibano a confirmar que estava trocando de partido foi Ezequias Barros, que deixou o PMB (Partido da Mulher Brasileira) para se filiar ao PRD (Partido da Renovação Democrática), onde presidirá o diretório municipal da legenda.

Além disso, no dia 12 de março houve uma verdadeira debandada de parlamentares do União Brasil: oito nomes anunciaram que estavam deixando a sigla, após um racha interno no partido por conta de interesses e alinhamentos envolvendo a eleição para prefeito de Curitiba. Entre esses oito parlamentares, apenas a Sargento Tânia Guerreiro já anunciou qual sua "nova casa": ela se filiou ao Podemos. Já Rodrigo Reis, João da 5 Irmãos, Mauro Ignácio, Sabino Picolo, Serginho do Posto, Zezinho do Sabará e Toninho da Farmácia não anunciaram, por ora, a qual sigla se filiarão.

Na sequência, outras três mudanças foram confirmadas: Mauro Bobato saiu do Podemos para o Partido Progressista; Leonidas Dias foi do Solidariedade para o Podemos; e Marciano Alves deixou o Solidariedade para se filiar ao Republicanos. E mais recentemente, enfim, foi vez de Eder Borges e Dalton Borba anunciarem a troca partidária.

CASSAÇÃO

Julgamento de Sergio Moro será retomado hoje

Teve início no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) o julgamento que pode cassar o mandato do senador Sergio Moro (União Brasil), acusado de abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação na campanha eleitoral de 2022. Na segunda-feira (1º), após o relator do caso, desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, apresentar seu voto (favorável ao ex-juiz da Lava Jato), a sessão acabou suspensa por conta de um pedido de vista do desembargador eleitoral José Rodrigo Sade. A análise do caso será retomada pela Corte hoje, a partir das 14 horas.

Ao todo, sete juízes participarão da votação que decidirá o futuro político de Moro em primeiro grau. Para ser condenado, o senador terá de ser considerado culpado pela maioria dos magistrados (quatro ou mais) e, se isso ocorrer, terá o mandato parlamentar cassado e ficará inelegível até 2030.

Independente do resultado no Paraná, será possível ainda a qualquer das partes recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Acontecendo isso, caberá à corte em Brasília dar a palavra final sobre o caso. E segundo o presidente do TRE-PR, desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, a expectativa é que, havendo a interposição de recursos, até maio esse processo chegue ao TSE.

Até o momento, somente o relator do caso apresentou seu voto. Já nesta quarta-feira, o julgamento será retomado com o desembargador eleitoral José Rodrigo Sade se pronunciando. Na sequência, será a vez da desembargadora Cláudia Cristina Cristofani; do desembargador eleitoral Julio Jacob Junior; do desembargador eleitoral Anderson Ricardo Fogaça; do desembargador eleitoral Guilherme Frederico Hernandes Denz; e, finalmente, do desembargador Sigurd Roberto Bengtsson (presidente da Corte). Todos os juízes lerão a íntegra de seus votos.

MARTHA FELDENS
Martha Feldens, jornalista | feldensmartha@gmail.com

Em política não existe vácuo. O PP de Ricardo Barros que o diga

Em política não existe vácuo. E em ano eleitoral e período de janela partidária, como o de agora, muito menos. Chama a atenção a grande movimentação feita pelo PP no Paraná. Além das várias cidades importantes onde já tinha pré-candidatos a prefeituras, o PP de Ricardo Barros garantiu novas filiações de peso para concorrer onde ainda não tinha tanta expressão. Isso aconteceu em Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Umuarama, Cornélio Procópio e Paranavaí. E ainda filiou mais nomes de expressão onde já vinha bem, como em Londrina, onde já tem o prefeito Marcelo Belinati, ele próprio um grande puxador de votos.

Em Londrina, o PP filiou a professora Maria Tereza, secretária da Educação do município. Em Ponta, Grossa, quem entrou para o partido e deve concorrer à prefeitura é a vereadora Joce Canto. Outra filiação de peso ocorreu em Cascavel, com o deputado Márcio Pacheco, considerado um dos favoritos no pleito de outubro. Outro nome forte é o do ex-prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald, que no ano passado teve sua pena de perda dos direitos políticos extinta pelo Tribunal de Justiça. Ele estava no Podemos e agora engrossa a lista de prefeituráveis do PP.

Líder em Londrina, Filipe Barros diz que não vai concorrer para ficar na liderança da oposição em Brasília

Em entrevista ao apresentador Marc de Souza, da Jovem Pan, o deputado federal Filipe Barros (PL), que assume nos próximos dias a liderança da oposição na Câmara Federal, disse que por causa da sua nova função não terá como concorrer à prefeitura de Londrina este ano. "Eu agradeço à população de Londrina por me colocar em primeiro lugar em todas as pesquisas e em todos os cenários. Mas ao eu assumir a liderança da oposição fica prejudicada qualquer candidatura. Não consigo sair candidato a prefeito". Assim, segundo Barros, o PL indica o ex-vereador Bruno Ubiratan como pré-candidato.



Clique no QR Code e veja mais em https://www.bemparana.com.br/blogs-e-colunas/blogs/martha-feldens/

Editora Jornal do Estado Ltda | CNPJ 76.637.305/0001-70

Fundador ROBERTO BARROZO FILHO (1922-1999)

RODRIGO BARROZO
Diretor

RONEY RODRIGUES PEREIRA
Superintendente

JOSIANNE RITZ
Chefe de Redação

LYCIO VELLOZO RIBAS
Secretário de Redação

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAL
Avenida Candido de Abreu, 707
Centro Cívico
CEP 80.530-120
Curitiba - PR
Fone (41) 3350-6600
www.bemparana.com.br
contato@bemparana.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
41 33506600

FALE CONOSCO
Chefe de redação: (3350-6651) Josianne Ritz
Política (3350-6674)
politica@bemparana.com.br
Geral (3350-6668)
cidades@bemparana.com.br
Economia (3350-6668)
economia@bemparana.com.br
Diversão e Arte (3350-6651)
cultura@bemparana.com.br
Esportes (3350-6677)
esportes@bemparana.com.br
Fotografia (3350-6679)
fotografia@bemparana.com.br

REPRESENTANTE
PARANÁ/PR - RDP - Redes Diários do Paraná S/A
Rua Marechal Hermes, 990, Juvevê, Curitiba, CEP 80.530-230, fone (41) 3019-3500
BRASILIA - REDEPAR/IBIS&ZMC Comunicações
SCLN 311 - Bloco D - Sala 111 - ASA NORTE - BRASILIA - DF
(61) 3349-5061/9986-2467 - CEP 70.757-540
PORTO ALEGRE - REDEPAR/JC COMUNICAÇÕES
Av. Venâncio Alves, 1191 - Cj. 82 - Bonfim - PORTO ALEGRE - RGS
(51) 3332-3994/8445-8566 - CEP 90 040 - 193
SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / FLORIANOPOLIS - REDEPAR/Paraná
Rua Marechal Hermes, 990 - CURITIBA/Pr. - CEP 80.530-230
(41)3019-3500 / 9972-3735 - florenzano@redepar.com.br

TRECHO PERIGOSO

Contorno Sul de Curitiba registrou 238 acidentes e 46 mortes de 2022 a 2024

Números foram debatidos em sessão da Câmara de Vereadores, após morte trágica de repórter fotográfico ocorrida na última segunda-feira

Ao longo de 27 meses, entre os anos de 2022 e 2024, o Contorno Sul de Curitiba registrou 238 acidentes de trânsito, com um total de 46 mortes. É o que revelam informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) repassadas à Câmara Municipal de Curitiba (CMC) e divulgadas na terça-feira, um dia após a morte do repórter fotográfico Chuniti Kawamura em um acidente no Viaduto Caiuá, no bairro Cidade Industrial (CIC).

Conforme o vereador Mauro Ignácio (sem partido), a PRF informou que entre 2022 e 2024, um total de 238 acidentes foram registrados no Contorno Sul da cidade, com 575 veículos envolvidos nessas ocorrências. 177 pessoas ficaram levemente feridas nesses acidentes, outras 57 tiveram ferimentos graves e 46 acabaram morrendo.

"É preciso tomar uma medida urgente para parar com essas mortes", apontou o parlamentar.

O trecho do Contorno Sul de Curitiba, apesar de englobar rodovias federais, nunca fez parte de concessões, ao menos não até agora.

O edital do Lote 1 das novas concessões rodoviárias do Paraná, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), traz grandes obras para o Contorno Norte e o Contorno Sul de Curitiba, trechos nunca antes concedidos à iniciativa privada.

A concessão do Contorno Sul de Curitiba vai do trevo de acesso para Campo Largo até o entroncamento com a BR-476 (acesso para Fazenda Rio Grande), em uma extensão de 14,6 km. De acordo com o sistema rodoviário federal, este contorno é composto por trechos da BR-277 e BR-376.

Pelo edital de concessão, devem ser implantadas duas faixas adicionais em ambos os sentidos da via, deixando a rodovia com quatro faixas de rolamento em cada sentido. Também devem ser alargadas as vias marginais existentes e implantadas novas, próximo ao trevo do Tatuquara.

Os vereadores aprovaram um requerimento para convidar representantes da Concessionária Via Araucária, responsável pelo lote 1 das novas concessões, para detalharem as obras no trecho do Contorno Sul.

Roberto Dziura Jr/AEN



Contorno Sul compreende trechos das BRs 277 e 376: trânsito complicado

Morte trágica provocou debate na Câmara

O repórter fotográfico Chuniti Kawamura morreu em um acidente na manhã de segunda-feira, no Contorno Sul de Curitiba. Premiado e querido por colegas, Kawamura dedicou seu talento aos jornais 'O Estado do Paraná' e 'Tribuna do Paraná', além de atuar no Governo do Estado do Paraná.

O trágico acidente que levou à sua morte foi registrado sobre o Viaduto Caiuá, no bairro CIC, e envolveu quatro veículos, sendo dois carros e duas carretas e ocorreu na pista sentido São José dos Pinhais.

O primeiro carro, do engavetamento, teve a traseira amassada pela primeira carreta, mas ninguém ficou ferido. Já no segundo carro, Kawamura morreu ao ter o carro esmagado entre as duas carretas. O condutor do caminhão que esmagou o carro depôs ontem na Delegacia de Trânsito e limitou-se a dizer que tentou frear, mas não conseguiu.

TRÂNSITO

Três ruas do Cajuru mudam de sentido

Desde as 14h de ontem, as ruas Professora Olga Balster, Assma Karam Geara e Pandiá Calógeras, no Cajuru, passaram a ter sentido único de circulação. As ruas integram as obras do novo binário entre os bairros Tarumã e Cajuru, que está sendo implantado pela Prefeitura de Curitiba. Com o avanço das obras, as mudanças de sentido previstas no projeto serão executadas para garantir a segurança viária.

A Rua Professora Olga Balster passa a ter sentido único de circulação no trecho entre a Assma Karam Geara e Pandiá Calógeras. Já a Rua Assma Karam Geara passa a ter sentido único da Reinaldo Issberner para a Olga Balster. E, por fim, a Pandiá Calógeras terá sentido único da Rua Professora Olga Balster para a Nivaldo Braga. Dois novos semáforos também estão sendo instalados na Rua Professora Olga Balster nos cruzamentos com as ruas Luiz França e Antônio Meirelles Sobrinho.

Em consequência das mudanças de sentido, alguns cruzamentos terão alteração de preferência. A partir de agora, a Rua Assma Karam Geara passa a ter preferência de tráfego em relação à Rua Professora Olga Balster. E a Olga Balster passa a ter preferência em relação às ruas João Crysóstomo da Rosa, Miguel Kaluf, Reinaldo Thá e Pandiá Calógeras.

Para orientar os motoristas que circulam pela região, agentes da Superintendência de Trânsito (Setran) estarão nestes cruzamentos nos próximos dias.

O novo binário faz parte do pacote de obras do Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Curitiba, com adequações ao itinerário e sistema viário do BRT Leste-Oeste, financiado pelo New Development Bank (NDB), com recursos na ordem de US$ 75 milhões, mais US$ 18,7 milhões em contrapartidas do município.

Quando estiver pronto, o binário vai organizar o fluxo de veículos entre as regiões impactadas pelo itinerário do BRT Leste-Oeste, facilitando o acesso ao novo Terminal do Capão da Imbuia.

NOVA FASE

Fala Curitiba entra na 2ª etapa de consulta pública

Já está em andamento a segunda das três etapas do Fala Curitiba – a consulta pública anual em que a população sugere à Prefeitura obras e serviços que gostaria de ver implantados na cidade. Além da internet, em que é possível preencher o formulário virtual do local e horário que se desejar, voltaram às ruas os quatro veículos caracterizados do Fala Móvel.

Com a ajuda de servidores da Prefeitura, nas unidades móveis da consulta pública os cidadãos anotam com caneta e assinam o formulário impresso. Na segunda-feira, primeiro dia da nova fase do Fala Curitiba, pela manhã e à tarde, os carros percorreram pontos movimentados de bairros das administrações egionais Pinheirinho, CIC, Bairro Novo e Boqueirão. Na terça-feira, foi dia de passar pelas regionais Cajuru, Boa Vista, Tatuquara e Pinheirinho.

Cabe ao público escolher cinco entre as 65 possibilidades de ações distribuídas em 17 políticas públicas - áreas como como Saúde, Educação e Cultura. Além disso, o participante precisa anotar no espaço reservado ao detalhamento das prioridades assinaladas a benfeitoria que quer para aquela determinada área e o endereço de onde ela deve ser implantada.

"Por isso é importante refletir bem e, no caso de dúvida, ler novamente as propostas. Quem estiver preenchendo o formulário no Fala Móvel pode contar com a ajuda das equipes de servidores", observa a diretora de diretora de Planejamento, Pesquisa e Inovação do Imap (Instituto Municipal de Administração Pública), Adriane Cristina dos Santos. O Imap é o órgão responsável pelo Fala Curitiba.

Enquanto pelo Fala Móvel será possível participar até 7 de maio, de segunda a sexta-feira, de acordo com as datas definidas para os carros estarem nos diferentes bairros da cidade, pela internet o prazo vai até 12 de maio. A participação virtual póde ser registrada até 28/4 no Bairro Novo e no Boqueirão; 30/4 no Pinheirinho e no Tatuquara; 2/5 na CIC e em Santa Felicidade; 5/5 no Portão e na Matriz; e 6/5 no Cajuru e na Boa Vista

PARALISAÇÃO À VISTA

Professores da UFPR e da UTFPR podem entrar em greve a partir de 15 de abril

Os servidores técnico-administrativos já estão em greve desde o dia 11 de março

Josianne Ritz

Os professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) devem entrar em greve a partir de 15 de abril. A paralisação, segundo os servidores, é consequência de "falta de avanço nas tentativas de negociação com o governo das pautas centrais da categoria". Entre essas pautas estão a recomposição salarial, reestruturação da carreira e precarização das condições de trabalho.

Os servidores técnico-administrativos estão em greve desde o dia 11 de março nas instituições federais de ensino superior do país. No Paraná, além das universidades federais, a mobilização também ocorre no Instituto Federal do Paraná (IFPR).

A Associação dos Professores da UFPR (APUFPR) vai realizar uma nova Assembleia até 9 de abril para consultar os professores da UFPR. A orientação é do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do ANDES, que prevê que uma nova rodada de assembleias deve ocorrer até o dia 9 de abril e ter como pauta três pontos principais: a deflagração da greve a partir do dia 15 de abril, a formação de comitês locais de mobilização e a elaboração das pautas específicas de cada localidade.

Está programada uma reunião do Setor das Ifes para o dia 10 de abril, que avaliará o resultado dessa nova rodada de assembleias. Após essa reunião, haverá um prazo de 72 horas para que sejam formalmente comunicados o Governo Federal e as reitorias sobre a decisão de deflagrar a greve a partir do dia 15 de abril.

UTFPR

Os docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) foram convocados para participar de uma Assembleia Geral Extraordinária, no dia 9 de abril de 2024, às 16 horas. A atividade ocorre no Auditório da Sede Centro do Campus Curitiba da UTFPR. A convocação visa discutir e deliberar sobre a deflagração de uma greve, marcada para ter início no dia 15 de abril.

José Cruz/Abr



Assembleias são realizadas nas insituições federais de todo o País

FEVEREIRO

Juros do cartão de crédito têm leve queda

Pelo segundo mês seguido, a taxa média de juros do cartão de crédito rotativo teve redução para as famílias, passando de 419,3% ao ano, em janeiro, para 412,5% ao ano em fevereiro deste ano. A queda é de 6,8 pontos percentuais no mês e de 7,9 pontos percentuais em 12 meses. Os dados estão nas Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas na terça-feira pelo Banco Central (BC).

O crédito rotativo dura 30 dias e é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

A modalidade tem as taxas mais altas do mercado. Mas, em janeiro deste ano, entrou em vigor a lei que limita os juros do rotativo 100% do valor da dívida, e não de mais de 400% ao ano como é cobrado atualmente. A medida, entretanto, vale apenas para novos financiamentos, por isso as estatísticas ainda estão em patamares altos.

Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito. No caso do cartão parcelado, os juros reduziram 3,3 pontos percentuais no mês e 7,3 pontos percentuais em 12 meses, para 184,5% ao ano.

Os juros praticados nas operações de cartão de crédito foram os que mais influenciaram a queda na taxa média de juros cobrada das famílias em fevereiro.



IZA ZILLI | contatoizazilli@gmail.com



Niver

A empresária agropecuarista Maria Cecilia De Leão Rosenmann, completa nova idade hoje. A data, será comemorada com amigas em um almoço em São Paulo.



A oftalmologista Tania Schaefer comemorou ontem, o seu aniversário. Ela recebeu recentemente, a homenagem ,Cabeça de Mulher, das mãos de Gladys França, no Hotel Pestana.



Conceber

Curitiba é excelência em vários setores. Entre eles, pontuamos a Clinica Conceber -Centro de Medicina Reprodutiva, comandada pelo Dr. Alessandro Schuffner. Ele é um dos poucos médicos no país a possuir diversas certificações em Mdicina Rprodutiva.

Breton Curitiba

A família Fernandes, à frente da Breton Curitiba, Ricardo Fernandes, Roseli Fernandes, Ricardo Thomas Fernandes e Bruna Fernandes,inaugurou nova loja. A marca de mobiliário,traz para a cidade,sofisticação e qualidade em sua nova loja,localizada na Av. do Batel, 1443. O evento de inauguração aconteceu no dia 21 de março para imprensa e convidados.



Bruna e Ricardo Fernandes. Foto Patricia Amancio.

contatoizazilli@gmail.com

MÚSICA

Festival Doce Maravilha em Curitiba vai de Paralamas do Sucesso a Jorge Aragão

Festival terá Capital Inicial, Paralamas do Sucesso, Samuel Rosa, muitos encontros inéditos e shows exclusivos. Evento acontece nos dias 8 e 9 de junho, na Pedreira Paulo Leminski. Pré-venda de ingressos já começou e venda geral abre amanhã

Uma programação especial chega a Curitiba para celebrar a música brasileira. Nos dias 08 e 09 de junho, a Pedreira Paulo Leminski vai recebeu a primeira edição do Doce Maravilha na cidade. A curadoria da programação a assinatura de Nelson Motta, referência da cena cultural e participante de grandes momentos da música e da indústria fonográfica no país.

O público terá a oportunidade de assistir a encontros inéditos, homenagens e celebrações de marcos da história da música. Capital Inicial sobre ao palco para celebrar os 25 anos do Acústico com Zelia Duncan e Kiko Zambianchi; os Paralamas do Sucesso comemoram 40 anos de lançamento de O Passo do Lui; o fenômeno Os Garotin faz sua estreia nos palcos de Curitiba, Samuel Rosa pela primeira vez se apresenta na cidade em carreira solo; Otto chega aos 15 anos do lançamento do álbum Certa Manhã Acordei de Sonhos Tranquilos; e Fresco traz seu novo álbum.

A realização do Doce Maravilha é da Bonus Track, empresa de Luiz Oscar e Luiz Guilherme Niemeyer.

Yves Lohan



Jorge Aragão é uma das atrações do festival, que tem atrações para todos os gostos

PROGRAMAÇÃO DO DOCE MARAVILHA CURITIBA

Dia 08 de junho – sábado

- Criolo, Mano Brown & Rael
- ÀTTØØXXÁ & É O TCHAN
- Luisa Sonza convida Ana Carolina
- Jorge Aragão convida Liniker
- Ayabass: Luedji Luna, Larissa Luz & Xênia França
- A Banda Mais Bonita da Cidade & Otto
- Gil Preto
- Mangolab SJ Set

Dia 09 de junho – domingo

- Capital Inicial celebra 25 Anos do Acústico c/ Zélia Duncan & Kiko Zambianchi
- Os Paralamas do Sucesso — 40 Anos de 'O Passo do Lui'
- Samuel Rosa convida Duda Beat
- Fresno apresenta 'Eu Nunca Fui Embora'
- Os Garotin
- Gil Preto
- Mangolab SJ Set

Abertura dos portões: meio-dia

Horário dos shows: a partir das 13 horas

Local: Pedreira Paulo Leminski – R. João Gava, 970 - Abranches, Curitiba.

Capacidade: 20 mil pessoas por dia

Classificação etária: Acima de 16 anos desacompanhado. De 5 a 15 anos é obrigatória a presença de um responsável legal.

O Doce Maravilha tem patrocínio da ELO, Amstel, Lagunitas e Schweppes Drinks. ELO assina como meio de pagamento oficial e Amstel com assinatura de cerveja oficial do festival.

Compromisso da sociedade: O Doce Maravilha oferece ao público a possibilidade da compra do Ingresso Social, com preço especial, que tem parte do valor arrecadado destinado ao Instituto da Criança, instituição parceira do evento.

Sobre o Instituto da Criança

O Instituto da Criança é um gestor social que promove a conexão entre empresas, pessoas e projetos sociais, desenvolvendo ações que fazem a diferença no mundo ao nosso redor com o propósito de inspirar a solidariedade para transformar vidas. A organização possui um modelo de negócio social inovador, sem fins lucrativos, que atua em favor de uma Rede Integrada com mais de 500 organizações sociais em mais de 20 estados brasileiros. Desta forma, junto com parceiros e apoiadores, o Instituto potencializa o investimento privado em iniciativas sociais.

Pré-venda de ingressos

O festival Doce Maravilha tem pré-venda exclusiva para clientes do cartão de crédito ELO. A pré-venda é exclusiva online, no site da Eventim.

Data: até 4 de abril, quinta-feira, 11h

Condição: 25% de desconto, podendo parcelar em até 05 vezes sem juros. Limite de 4 ingressos por CPF

Venda especial clientes Doce Maravilha 2023 e 2024

Venda exclusiva para clientes que foram ao festival no Rio de Janeiro em 2023 e que também já garantiram ingresso para o Doce Rio em 2024. Válido para quem tem CPF cadastrado na Eventim.

Data: a partir de 2 de abril, até 14 de abril.

Condição: desconto especial de 20% sobre o valor da meia entrada, o que origina um ingresso único com valor de R$ 120; Limite de 04 ingressos por CPF. O CPF informado deve ser o mesmo utilizado para compra em 2023 e para a compra da edição do Rio 2024.

Venda geral de ingressos

A partir de 4 de abril, quinta-feira, meio-dia

Ingressos: A partir de R$150 no LOTE 1

Venda de ingressos online: Eventim

Taxa de serviço para compras online: 10% sobre a compra total

Bilheterias credenciadas: sem taxa de serviço

Lote 1 - Inteira: R$ 300

Lote 1 - Meia-entrada: R$ 150

Ingresso social: R$ 180

Área Open Curitiba open: Área com espaço elevado, lounges de descanso, banheiros exclusivos e open bar de vodka, gin, whiskey, cerveja, água e refrigerante. Lote 1. Valor Único de R$ 690

Cliente ELO: R$ 517,50. Portadores de cartão ELO têm desconto de 25% na compra de ingressos, podendo comprar até 4 ingressos por CPF - número limitado de ingressos por lote.

Para vendas pela Internet é necessária a comprovação do direito ao benefício da meia-entrada no acesso ao evento. Para bilheteria credenciada é necessária a comprovação do direito ao benefício da meia-entrada no ato da compra e no acesso ao evento.

Cartões de crédito aceitos: MasterCard, American Express, Visa, ELO

- Compra máxima de 06 ingressos por CPF

- Todas as condições acima poderão ser alteradas sem aviso prévio

- Nos dias de evento, 8 e 9 de junho, a bilheteria será no local do festival.

Bilheterias credenciadas

- Estádio Major Antônio Couto Pereira. Endereço: Bilheteria 2 do Estádio - Ao lado da entrada da administração - Rua Amâncio Moro S/N - Alto da Glória - Curitiba. De terça a sábado das 10h às 17h. Não tem funcionamento em feriados, emendas de feriados, dias de jogos ou em dias de eventos de outras empresas.

- Amplitur Agência de Viagens e Turismo. Endereço: R. Padre Leonardo Nunes, 440 - Curitiba. Funcionamento: Segunda a sexta-feira das 09h às 12h e das 13h30 às 18h

RIQUEZAS

Mercado eleva projeção do PIB

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 1,85% para 1,89%. A estimativa está no boletim Focus desta terça-feira, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerada a inflação oficial do país – em 2024 permaneceu em 3,75%, e para 2025 em 3,51%.

PARANÁ CHEGA A 159 MIL CASOS CONFIRMADOS

Casos de dengue estão 1.035% maiores neste ano, mostra boletim

O Paraná registrou mais 23.396 casos confirmados de dengue em uma semana. Ao todo, desde 30 de julho do ano passado, o Estado já soma 159.357 casos confirmados, 101.879 casos descartados e 77 óbitos. Os dados são do informe semanal da doença elaborado e publicado pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) ontem.

O documento da Sesa também apresenta um comparativo dos registros realizados na semana epidemiológica 31 a 13 desde 2019 (os boletins começam na semana 31 de cada ano).

No período 2019/2020, por exemplo, nesta mesma semana o Paraná apresentava 204.807 notificações, 87.900 casos confirmados e 69 óbitos. Comparado com os dados atuais, o aumento foi de 71,53% em notificações, 81,29% em casos confirmados e 11,59% em óbitos.

Em relação a 2022/2023, com 14.032 casos confirmados e 12 óbitos, os aumentos são de 1.035% e 541%.

Cido Marques/SMCS



Mutirões de limpeza contra a dengue no Paraná

O boletim de hoje não registrou novas mortes pela doença.

Espalhando

Ontem, a Secretaria Municipal de Saúde também publicou um alerta. Desde o início da instalação das chamadas mosquitraps (armadilhas para mosquitos), foram realizados 12 ciclos de vistoria, nos quais houve a coleta de 3.741 amostras de Aedes aegypti. Até agora, a análise apontou 12 amostras contaminadas com o vírus DENV 1 nos bairros Cajuru, Uberaba, Sítio Cercado, Bairro Alto, Campo de Santana e Tatuquara.

"Apesar dos nossos esforços para conter o avanço do mosquito, as amostras positivas indicam que ele está se espalhando. A população de todas as regiões de Curitiba precisa redobrar os cuidados", disse a secretária municipal da Saúde, Beatriz Battistella.

ALÍVIO

Sete estados registram tendência de queda de casos de dengue

Sete estados e o Distrito Federal já estão com tendência de queda consolidada no número de casos de dengue: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Piauí, Roraima e Distrito Federal. Os números foram divulgados ontem pelo Ministério da Saúde. Com informações da Agência Brasil.

"Os estados que estão com queda foi onde houve o início da epidemia. Para esses, a gente pode dizer que o pior já passou", disse a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel, em entrevista coletiva.

Outros sete estados ainda permanecem com tendência de aumento: Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os outros 12 estados apresentam tendência de estabilidade.

Apesar do cenário, o Ministério da Saúde diz que é preciso continuar a vigilância contra a doença. "Ainda requer atenção, precisamos que as pessoas continuem dedicando dez minutos contra a dengue, olhando os possíveis focos da larva. ainda é momento de acompanhamento", alertou a secretária.

81% dos consumidores negativados no Paraná renegociaram ou pagaram suas dívidas. O Indicador de Recuperação de Crédito da Serasa Experian revelou que, do total de dívidas dos consumidores negativados em novembro no Sul do país, 80,3% foram renegociadas ou pagas em até 60 dias do mês de referência. Este foi o maior índice dos últimos 12 meses. O estado que mais quitou débitos foi o Rio Grande do Sul (81,2%). Na análise nacional, de acordo com o Indicador de Recuperação de Crédito da Serasa Experian, 77,5% das contas negativadas em novembro foram regularizadas ou renegociadas por consumidores inadimplentes em até 60 dias do mês de referência

NOS POSTOS

Preços dos combustíveis fecham março estáveis no Paraná

Dados do Índice de Preços Edenred Ticket Log (IPTL), apontaram que o preço médio do litro da gasolina fechou março a R$ 5,85 na Região Sul, com redução de 0,17%, ante a primeira quinzena do mês.

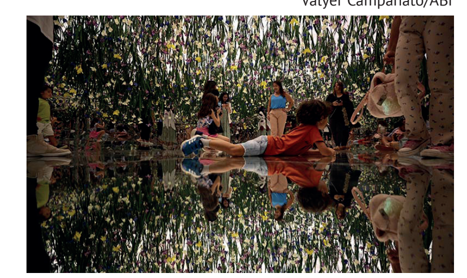
No Paraná também huve queda, mas bem sutil. Na primeira quinzena do mês passado o preço médio estava em R$ 6,03 e fechou mês a R$ 6,02.

Já o preço médio do diesel não teve alteração, ficando na mesma média no dois períodos, R$ 5,73.

O mesmo aconteceu com o etanol. O preço não variou, e fechou em R$ 3,91 no final do mês.

ATÉ 31 DE MAIO

Valyer Campanato/ABr



Shopping faz exposição sensorial com obras de Monet

O Shopping Mueller promove uma das maiores exposições do ano para presentear Curitiba: a do pintor impressionista Claude Monet (1840 – 1926). Desde 1º de abril, os visitantes têm a oportunidade de mergulhar no universo do artista francês, conhecido também como o "jardineiro dos pincéis''.

Monet era paisagista e retratava a natureza de forma única, colorindo suas telas ao ar livre. O evento reafirma o propósito do Mueller de investir em ações que consolidam o empreendimento como plataforma cultural.

A mostra oferece uma experiência sensorial que reúne arte, aromas e uma trilha sonora exclusiva desenvolvida especialmente para o projeto.

PAC DA SAÚDE

Paraná vai receber ambulâncias e nova Central do Samu

A cidade de Prudentópolis será beneficiada com duas novas ambulâncias do SAMU 192 com recursos do novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), eixo Saúde. Também será construída uma Central de Regulação de Urgências equipadas com mais 12 ambulâncias em Guarapuava.

Apenas na modalidade SAMU 192, o Novo PAC Saúde vai doar 350 novas ambulâncias para 14 estados. Serão ainda 14 novas centrais.

Somadas, as duas ações vão elevar a cobertura nacional do serviço de atendimento móvel de urgência de 87% para 93% da população.

BLOG QUESTÃO DE DIREITO

Conciliação Trabalhista

As 97 Varas do Trabalho e os 13 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejusc) do Paraná já estão com as inscrições abertas para a 8ª edição da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista.

+ em bemparana.com.br/blog/blogquestaodedireito

ESTÚDIO BEM PARANÁ

Dor nas costas

Em entrevista ao programa Bem na Pauta do Estúdio Bem Paraná, o especialista em cirurgia de coluna e médico ortopedista Dr. Antonio Krieger fala que a dor nas costas é a segunda causa de busca de atendimento médico no planeta.

+ em bemparana.com.br/estudio

MESA DIVIDIDA

Festival do Parmegiana

O filé à parmegiana é um dos pratos mais pedidos nos restaurantes de Curitiba. "Não tem como não gostar dessa receita", diz Sérgio Medeiros, da plataforma de gastronomia Curitiba Honesta, organizador do Festival do Parmegiana.

+ em bemparana.com.br/blog/mesadividida

PREVISÃO

Temperaturas sobem no Paraná; interior pode marcar até 32ºC

As altas temperaturas ficam altas em todo o Paraná hoje. No inerior, ainda no final da manhã, os termômetros já devem atingir a casa dos 30ºC no Norte e Noroeste.

Mais para o sul, as marcas não sobem tanto, mas ainda assim faz calor e o tepo segue abafado. Na Capital, a previsão é de máxima de 27ºC.

Amanhã, um sistema entra no Estado e pode causar chuvas nas regiões. Mesmo assim, o calor continua e pode chegar aos 30ºC até em Curitiba.

Depois da alta, vem um forte declínio previsto para o sábado, quando a oscilação fica entre 15 e 19 graus em Curitiba e região.

PREVISÃO DO TEMPO

Hoje em Curitiba



Muitas nuvens

MÍNIMA 18°C MÁXIMA 26°C

Na quarta-feira, o sistema formal se afasta para o oceano e a instabilidade diminui na maioria das regiões paranaenses. Apenas na região leste do estado, haverá uma maior cobertura de nuvens, com chuvas fracas e isoladas, devido à circulação dos ventos oceânicos.

TIROTEIO

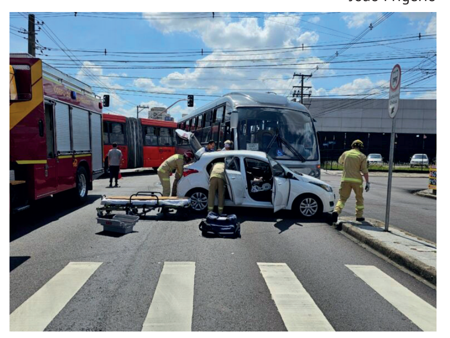
João Frigério



TENTATIVA DE ROUBO DE CARRO ACABA COM UM SUSPEITO MORTO E OUTRO FERIDO NA FRENTE DE SHOPPING DE CURITIBA – Uma tentativa de roubo de um carro na Rua Rodolpho Senff, no bairro Jardim das Américas, em Curitiba, assustou moradores da região na manhã de ontem e acabou com um suspeito morto e outro ferido. De acordo com testemunhas, os dois suspeitos, que estavam armados deram voz de assalto a uma motorista que estava com o filho no banco de trás na entrada do Shopping Jardim das Américas Um policial civil de folga que almoçava no Shopping ouviu os gritos de socorro da mulher, desceu da praça de alimentação e trocou tiros com os criminosos. Em nota, o Shopping Jardim das Américas relatou que a tentativa de assalto ocorreu na esquina próxima ao estabelecimento e não teve qualquer relação com as atividades do empreendimento. "As autoridades competentes foram imediatamente acionadas e estão investigando o ocorrido", explicou. O corpo do suspeito foi para o Instituto Médico Legal (IML). O segundo envolvido foi preso e encaminhado à Polícia Civil. (Ana Ehlert)

PLANTÃO DE POLÍCIA

João Frigério



Motorista fura sinal de conversão e Ligeirinho bate na lateral de carro

Um acidente grave no bairro Capão Raso, em Curitiba, deixou uma pessoa gravemente ferida na manhã de ontem. A motorista do carro furou o sinal de conversão à esquerda e acabou sendo alvo na lateral do ônibus Ligeirinho na Avenida República Argentina. De acordo com as informações, no local há dois semáforos, um para seguir em frente e outro para conversão.

Homens que roubaram carro blindado em SP estão foragidos na Caximba, em Curitiba

Um veículo Honda, blindado, que havia sido roubado em São Paulo, foi capturado pela Polícia Militar ontem na região da Caximba, na Rua Primeiro de Setembro. O carro colidiu contra uma árvore durante a fuga, e os indivíduos fugiram a pé. Há um grande cerco na região, inclusive com apoio aéreo, mas os homens ainda não foram localizados.

INTELIGÊNCIAS

Divulgação



Curitiba recebe o Dia Mundial da Criatividade neste mês de abril

Entre os dias 19 e 21 de abril, Curitiba será uma das sedes do Dia Mundial da Criatividade, uma iniciativa que promove a união de forças em busca do desenvolvimento do potencial criativo humano.

Com o tema "Inteligências Plurais", o evento deste ano se concentra na valorização das diversas habilidades e talentos individuais, desde aspectos lógicos e emocionais até os artísticos e científicos.

O Dia Mundial da Criatividade, criado no Brasil por Lucas Foster em 2014, ganhou reconhecimento global em 2018, quando a ONU designou 21 de abril como o Dia Mundial da Criatividade e Inovação, reconhecendo seu valor para a solução de problemas e desenvolvimento sustentável.

ÓRGÃOS

Cartórios e Justiça lançam Autorização Eletrônica de doação

As mais de 2.4 mil pessoas que atualmente aguardam na fila por um transplante de órgãos no Paraná contam, desde ontem, com um aliado. A partir de agora, quem deseja ser um doador de órgãos poderá manifestar e formalizar a sua vontade por meio de um documento oficial, feito digitalmente em qualquer Cartório de Notas do Paraná: a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (AEDO).

O lançamento da AEDO marcará o início da campanha "Um Só Coração: seja vida na vida de alguém", que foi lançada oficialmente ontem.

BACACHERI

Daniel Castellano/SMCS



Avenida Erasto Gaertner vai passar por transformação

A Avenida Prefeito Erasto Gaertner, que já foi denominada Estrada da Graciosa e é uma das vias mais importantes do Bacacheri, vai ganhar calçadas amplas e acessíveis, novo traçado, ciclovia, faixa exclusiva para ônibus, novo pavimento, serviços de drenagem, iluminação e paisagismo.

A transformação da avenida que interliga os moradores a outros pontos da cidade, além de concentrar linhas de ônibus, comércio e serviços, abrangerá 1,3 km de extensão, no trecho entre as ruas Flávio Dallegrave e Álvaro Botelho.

O objetivo da obra é valorizar o espaço público a partir da melhoria da paisagem urbana, favorecer o comércio local, promover segurança nos deslocamentos dando prioridade ao pedestre, além de criar novas conexões cicloviárias e favorecer a acessibilidade.

TOP FIVE

As cinco mais acessadas ontem no site

1 LUTO
Morre o fotógrafo Chuniti Kawamura, vítima de acidente de trânsito em Curitiba

2 ARMAZÉNS DA FAMÍLIA
Macarrão espaguete e frango estão mais em conta na Semana da Economia de Curitiba

3 JUSTIÇA ELEITORAL
Relator vota contra a cassação do senador Sergio Moro; julgamento no TRE-PR será retomado na quarta

4 MERCADO DA BOLA
Emprestado para clube português, zagueiro do Coritiba espera desde janeiro para estrear

5 EM ABRIL
Shein anuncia loja em Curitiba. Confira onde e quando será



Clique no QR Code e veja mais em



COPA SUL-AMERICANA

Atuações



6,0 **Bento:** Não foi exigido pelo adversário. Seguro na reposição.

6,0 **Pedro Henrique:** Seguro defensivamente.

6,0 **Thiago Heleno:** Alguns probleminhas no início, mas corrigiu depois.

6,0 **Gamarra:** Bem na saída de bola, mas alguns espaços atrás.

6,0 **Felipinho:** Entrou no intervalo. Fez bem o lado esquerdo ofensivo.

7,0 **Leo Godoy:** Falhou no gol adversário, mas criou boas jogadas e participou de dois gols.

7,0 **Fernandinho:** Marcou um gol e quase fez outro. Organizou o meio.

6,5 **Alex Santana:** Bem no trabalho de área a área.

7,0 **Esquivel:** Seguro na parte defensiva. Cruzou para o 4º gol.

6,5 **Canobbio:** Participou de dois gols, mas falou precisão em alguns lances fáceis.

– **Cuello:** Entrou aos 30-2º. Pouco tempo.

7,5 **Zapelli:** Fez um gol e deu passe para outro. Criativo.

– **Romeo Benítez:** Entrou aos 30-2º. Pouco tempo.

7,5 **Mastriani:** Marcou dois gols. Bem posicionado e boas nas decisões.

– **Di Yorio:** Entrou aos 30-2º. Pouco tempo.

EM ASSUNÇÃO




AMELIANO

Nicolás Rossi; Patiño, Julio González, Báez e Martinich; Aldo Maíz e Silvio Torales (Sosa); Alberto Contrera (Villagra), Samudio (Valdez) e Fredy Vera (Sarquis); Richard Torales (Bareiro). Técnico: Pedro Sarabia




ATHLETICO

Bento; Pedro Henrique, Thiago Heleno e Gamarra (Felipinho); Leo Godoy, Fernandinho, Alex Santana (Hugo Moura) e Esquivel; Canobbio (Cuello) e Zapelli (Romeo Benítez); Mastriani (Di Yorio). Técnico: Cuca

Gols: Mastriani (AT , 6-1º e 27-2º), Fredy Vera (A, 15-1º), Zapelli (AT , 32-1º) e Fernandinho (AT , 48-1º)

Cartões amarelos: Gamarra, Thiago Heleno (AT)

Árbitro: Andrés Merlos (Argentina)

Local: Estádio General Pablo Rojas

Divulgação/Athletico/José Tramontin



Zapelli enfrenta o Ameliano: argentino se destacou com um gol e uma assistência

LANCES

Primeiro tempo

1 – Lançamento. Mastriani recebe e é desarmado na pequena área.

6 – Gol do Athletico: Canobbio chuta de fora da área. Rossi espalma. Zapelli aproveita e rola para Mastriani cutucar para o gol vazio.

15 – Gol do Ameliano: Godoy é desarmado no meio. O Athletico pede falta. Thiago Heleno derruba Samudio, mas a bola sobra para Contrera, que toca para Vera, livre, chutar no canto.

24 – Boa troca de passes do Athletico. Mastriani recebe na área, mas perde o ângulo, demora para decidir e é desarmado.

27 – Zapelli chuta da meia-lua. A bola raspa a trave.

32 – Gol do Athletico: Zapelli lança. Léo Godoy domina na área e cruza. Zapelli domina e chuta no canto.

43 – Fernandinho chuta de fora da área. A bola vai sobre o gol.

44 – Canobbio invade a área e chuta em cima do zagueiro.

48 – Gol do Athletico: Boa troca de passes de Canobbio, Zapelli e Godoy que termina com chute de fora da área de Fernandinho. A bola morre no canto.

Segundo tempo

27 – Gol do Athletico: Esquivel cruza. Mastriani cabeceia no canto.

36 – Cuello invade a área e chuta cruzado. Rossi espalma.

Athletico estreia com goleada

Com mudanças na escalação e no esquema tático, Furacão vence o Ameliano no Paraguai

Silvio Rauth Filho

Estreia com goleada. O Athletico Paranaense venceu por 4 a 1 o Ameliano, ontem à noite, em Assunção, em jogo válido pela primeira rodada da fase de grupos da Copa Sul-Americana 2024. Com o resultado, o time paranaense está em 1º lugar do Grupo E, com 3 pontos. Os outros integrantes do grupo, Rayo Zuliano (Venezuela) e Danubio (Uruguai), se enfrentam hoje.

Serão seis rodadas nessa fase. O 1º colocado avança direto às oitavas de final. O 2º lugar terá que disputar um playoff contra o 3º colocado de um dos grupos da Libertadores 2024.

Na próxima rodada, o Athletico recebe na Arena da Baixada o Rayo Zuliano, na próxima terça-feira. Antes disso, disputa a final do Paranaense contra o Maringá, no próximo sábado.

Números

O Athletico manteve o bom retrospecto contra paraguaios por competições oficiais, agora com 10 vitórias, 2 empates e 3 derrotas.

Artilheiros

Os gols da vitória foram de Mastriani (dois), Fernandinho e Zapelli. O centroavante uruguaio Mastriani chegou a 11 gols em 11 jogos em 2024. Pelo Athletico, foram 5 gols em 9 partidas. Os demais (6 em 2 jogos) foram pelo América-MG. O jogador entrou para o Top 10 dos maiores artilheiros da história da Copa Sul-Americana, com 14 gols em 22 jogos – o líder do ranking é o argentino Hernan Barcos, com 19 gols em 32 partidas.

O meia argentino Zapelli soma agora 3 gols e 2 assistências em 12 jogos pelo Furacão em 2024. O volante Fernandinho tem 2 gols em 11 partidas no ano pelo clube – em toda a história, acumula 29 gols em 187 jogos pela equipe paranaense.

Estrangeiros

Pela primeira vez no ano, o time pode contar com os nove estrangeiros do elenco na mesma partida. A Sul-Americana não tem limite de 'gringos'. No Campeonato Paranaense, não é permitido mais que cinco por time por partida.

As baixas no Athletico eram o volante Erick e o centroavante Pablo, em recuperação física. O técnico Cuca fez seis mudanças em relação ao último jogo, com as entradas de Gamarra, Leo Godoy, Fernandinho, Alex Santana, Zapelli e Mastriani. Eles entraram nos lugares de Madson, Erick, Hugo Moura, Christian, Julimar e Pablo.

O técnico Cuca usou o esquema tático 4-1-4-1 contra o Londrina, o 4-2-3-1 contra o Operário e o 4-2-2-2 contra o Maringá. Dessa vez, apostou no 3-4-2-1, com Pedro Henrique (direita), Thiago Heleno (centro) e Gamarra (esquerda). A linha do meio-campo tinha Fernandinho (centro), Alex Santana (centro), Leo Godoy (direita) e Esquivel (esquerda). Mastriani era o centroavante. Pouco atrás deles, dois meias ofensivos: Canobbio e Zapelli.

Análise

O Athletico adotou postura ofensiva e explorando os avanços de Godoy pela direita. E abriu o placar já aos 6 minutos, após chute de Canobbio, rebote do goleiro, passe de Zapelli e finalização de Mastriani. O Ameliano empatou aos 15, quando Godoy foi desarmado por Samudio no meio-campo. Thiago Heleno derrubou o atacante, mas a bola sobrou para Contrera tocar para Vera, livre, chutar no canto: 1 a 1. O Furacão pediu falta em Godoy, mas o VAR verificou o lance e validou o gol. O jogo ficou aberto, com bons ataques do time paranaense, mas muitos erros defensivos. O visitante fez 2 a 1 aos 32, em cruzamento perfeito de Leo Godoy para Zapelli chutar no canto. Aos 48, Fernandinho fez 3 a 1, em chute preciso de fora da área.

No intervalo, saiu Gamarra e entrou o volante Felipinho. O Athletico mudou para o 4-2-3-1, com Godoy e Esquivel como laterais. A linha de três ficou com Felipinho (esquerda), Canobbio (direita) e Zapelli (centro). Com 3 a 1 no placar, o visitante reduziu o ritmo e passou a administrar o jogo. Aos 25, saiu Alex Santana e entrou o volante Hugo Moura. Já em ritmo de treino, o Furacão fez 4 a 1 aos 27, em cruzamento de Esquivel e cabeceio de Mastriani. Aos 30, mais três substituições, com as entradas do centroavante Di Yorio e dos pontas Cuello e Romeo Benítez.

Estatísticas

Nos 90 minutos, o Athletico teve 60% de posse de bola e 15 finalizações (6 certas). O Ameliano terminou com 11 arremates (3 certos) e 76% de precisão nos passes.

PREPARAÇÃO

Robson sofre lesão no joelho e passa por artroscopia

Artilheiro vai desfalcar o Coxa nas primeiras rodadas da Série B. Previsão é de três a quatro semanas em recuperação

Silvio Rauth Filho

O ponta Robson, 32 anos, sofreu uma lesão no joelho e vai desfalcar o Coritiba nas primeiras rodadas da Série B do Campeonato Brasileiro. "Em virtude de lesão meniscal no joelho direito ocorrida durante o Campeonato Paranaense, o atleta Robson foi submetido a artroscopia nesta terça-feira (2). O procedimento foi realizado pelo Dr Roberto Tauchmann, no Hospital do Rocio e transcorreu dentro do planejado. O jogador iniciará processo de reabilitação fisioterápica ainda essa semana", informou o clube.

A previsão é que Robson precise de três a quatro semanas para se recuperar. A tendência é que não jogue nas três primeiras rodadas, contra Ponte Preta, Brusque e Sport.

As opções para o lugar de Robson são Wesley Pomba e David da Hora. O técnico Guto Ferreira vem usando o esquema tático 4-2-3-1 como base, com Leandro Damião como centroavante e Figueiredo como meia ofensivo centralizado.

Franklin de Freitas



Robson: artilheiro do time em 2024

Robson vinha atuando abert na direita – e Frizzo na esquerda.

Robson é o artilheiro do Coritiba em 2024, com com 11 gols em 15 jogos.

Com 45 gols em 129 jogos, Robson é o quarto maior artilheiro do Coritiba no milênio.

OS ARTILHEIROS DO CORITIBA NO MILÊNIO

Gols pelo clube a partir de janeiro de 2001

Jogador	Gols	Jogos	Média	Período
1º Keirrison	72	173	0,42	2006-17
2º Marcos Aurélio	53	173	0,31	2009-15
3º Rafinha	49	271	0,18	2010-2022
4º Robson	45	129	0,35	2019-2024
5º Kleber Gladiador	41	91	0,45	2015-18
6º Léo Gamalho	40	92	0,43	2021-22
7º Alex*	37	85	0,44	2013-14
8º Marcel**	35	94	0,37	2001-12
9º Bill	31	90	0,34	2010-2013
10º Ariel Nahuelpan	31	84	0,37	2008-10
11º Alef Manga	29	79	0,37	2022-24
11º Anderson Aquino	28	81	0,35	2011-14
12º Marcelinho Paraíba	25	50	0,50	2009
13º Tuta	24	49	0,49	2004
14º Henrique Almeida	24	68	0,35	2015-17

*Alex fez 32 gols em 120 jogos entre 1995 e 1999 pelo Coritiba **Marcel marcou 1 gol em 5 jogos em 2000 pelo Coxa, mas o milênio começou em 2001*

MERCADO DA BOLA

Paraná confirma mais duas contratações e já soma 11 reforços em 2024

O Paraná Clube anunciou ontem mais dois reforços para a disputa do Campeonato Paranaense 2ª Divisão, que começa em 4 de maio. Com isso, já são 11 nomes confirmados. Um deles é o zagueiro Lucão, de 28 anos, que defendeu o FC Cascavel no Campeonato Paranaense 2024. Outro é o meia-atacante Messias Eduardo, de 21 anos, que foi revelado nas categorias de base do Coritiba e do Grêmio. Em 2024, ele defendeu o São-Joseense na disputa do Campeonato Paranaense.

Lucão chegou com o aval do técnico Tcheco. Os dois trabalharam juntos no Caxias em 2023.

Lucão é natural de Indaiatuba, interior de São Paulo, iniciou sua carreira na base do Primavera e passou também por Palmeiras, Capivariano, EC São Bernardo, Rio Branco-SP, Brasilis, Independente de Limeira, Desportivo Brasil, Globo-RN, Sampaio Corrêa, América-RN, Santa Cruz, Caxias, além do FC Cascavel.

Messias Eduardo, de 21 anos, ficou nas categorias de base do Coritiba de 2013 a 2020. Depois, em 2021 e 2022, atuou pelo Sub-20 do Grêmio. Como profissional, só defendeu o São Joseense. Foram cinco jogos, um gol e uma assistência no Paranaense 2023. E mais cinco jogos e um gol em 2024. Na atual temporada, só teve uma chance como titular e só ficou 144 minutos em campo no total da competição.

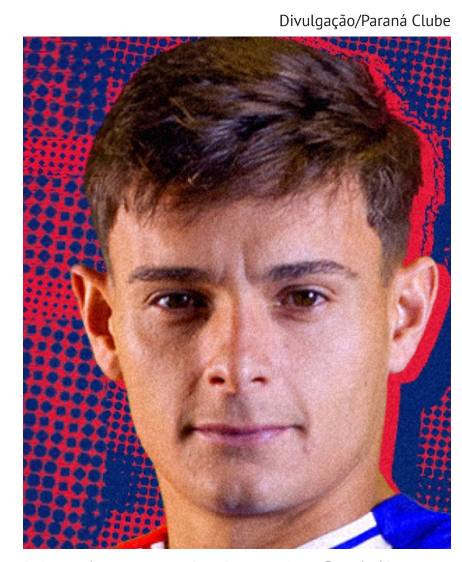
Antes desses dois jogadores, o Paraná Clube confirmou mais nove reforços: os goleiros Sidão (41 anos, ex-São Paulo e Azuriz), Juliano Chade (26 anos, ex-Athletico e seleção brasileira sub-17) e Bruno (22 anos, ex-Iraty e base do próprio Paraná Clube), o volante Jonathan Schuttz (23 anos, base do Palmeiras), o lateral-direito Igor Bosel (31 anos, ex-São Joseense e Azuriz), o meia Alex Nemetz (30 anos, ex-Galo Maringá e Atlético-GO) e os atacantes Cristiano (36 anos, ex-Kashiwa Reysol-JAP), Robinho (20 anos, ex-Coritiba, Athletico e Chapecoense) e Ítalo (21 anos, ex-Galo Maringá).

Divulgação/Paraná Clube



O zagueiro Lucão: ex-Caxias

Divulgação/Paraná Clube



Messias: revelado pelo Coritiba

LUCÃO

Nome completo: Lucas Tancler Ambiel
Apelido: Lucão
Posição: zagueiro
Idade: 28 anos
Altura: 1,95m
Números no Paranaense 2024: 1 jogo, 0 gol, 0 assistência
Desempenho em 2024: 6,40 no ranking Sofascore
Clubes: Palmeiras, Desportivo Brasil, Globo-RN, Sampaio Corrêa, América-RN, Santa Cruz, Caxias e FC Cascavel

MESSIAS EDUARDO

Nome completo: Messias Eduardo Teixeira Feliz
Idade: 21 anos
Posições: meia-atacante e centroavante
Altura: 1,79m
Clube em 2024: São Joseense
Números no Paranaense 2024: 5 jogos, 1 gol, 0 assistência
Desempenho em 2024: 6,58 no ranking Sofascore
Categorias de base: Coritiba e Grêmio



ARENA DA BAIXADA

Athletico aumenta preço dos ingressos

Silvio Rauth Filho

O Athletico Paranaense decidiu aumentar o preço de ingressos para a final do Campeonato Paranaense. Em fevereiro, o clube comunicou que em 2024 começaria uma nova política, com preços diferentes para cada partida. "Os valores dos ingressos serão variáveis, de acordo com oferta e demanda", informou o clube.

Nos primeiros jogos do ano na Arena da Baixada – Ligga Arena, o clube adotou os preços de R$ 90 (meia a R$ 45) para o setor Red, o mais barato. Agora, esse setor subiu para R$ 120 (meia a R$ 60).

No sábado às 17 horas, o time enfrenta o Maringá, na final do Campeonato Paranaense.

Os preços para essa decisão são R$ 60 (Red meia-entrada) e R$ 120 (Red inteira), R$ 90 (Gold meia-entrada) e R$ 180 (Gold inteira), R$ 140 (Black meia-entrada) e R$ 280 (Black inteira).

A venda para a torcida do Athletico começa hoje. A venda para o setor visitante iniciou ontem.

Cada Sócio Furacão pode comprar até 2 ingressos inteiros com 50% de desconto, exclusivamente no site ingressos.athletico.com.br.

Na semifinal, contra o Operário, o Athletico registrou seu maior público na Arena da Baixada em 2024, com 34.310 pagantes. Desse total, 24.082 eram sócios. E 10.228 pagaram ingressos.

O Athletico informou na segunda-feira que 23 mil sócios fizeram check-in para a final de sábado.

LOTERIAS

QUINA
Concurso: 6.405
Data: 02/04/2024
Dezenas: 39 - 57 - 60 - 67 - 74

LOTOFÁCIL
Concurso: 3.068
Data: 02/04/2024
Dezenas: 01 - 02 - 03 - 04 - 05 - 06 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 16 - 18 - 19 - 25

MEGA SENA
Concurso: 2.707
Data: 02/04/2024
Dezenas: 07 - 09 - 11 - 39 - 54 - 57

TIMEMANIA
Concurso: 2.074
Data: 02/04/2024
Dezenas: 02 - 22 - 43 - 56 - 65 - 76 - 77
Time do coração: Altos/PI

DIA DE SORTE
Concurso: 895
Data: 02/04/2024
Dezenas: 01 - 02 - 07 - 11 - 14 - 15 - 30
Mês da sorte: outubro

TABELÃO

CAMP. PARANAENSE

Final, jogo de volta

Sábado
17h00 Athletico x Maringá
Ida: Maringá 0 x 1 Athletico

CAMP. PAULISTA

Final, jogo de volta

Domingo
18h00 Palmeiras x Santos
Ida: Santos 1 x 0 Palmeiras

CAMPEONATO CARIOCA

Final, jogo de volta

Domingo
17h00 Flamengo x Nova Iguaçu
Ida: Nova Iguaçu 0 x 3 Flamengo

CAMP. GAÚCHO

Final, jogo de volta

Sábado
16h30 Grêmio x Juventude
Ida: Juventude 0 x 0 Grêmio

CAMPEONATO MINEIRO

Final, jogo de volta

Domingo
15h30 Cruzeiro x Atlético-MG
Ida: Atlético-MG 2 x 2 Cruzeiro

CAMPEONATO INGLÊS

31ª rodada

Ontem
Nottingham Forest 3 x 1 Fulham
Newcastle 1 x 1 Everton
Bournemouth 4 x 3 Crystal Palace
Burnley 1 x 1 Wolverhampton
West Ham 1 x 1 Tottenham

Hoje
15h30 Arsenal x Luton Town
15h30 Brentford x Brighton
16h15 Manchester City x Aston Villa
15h30 Liverpool x Sheffield United

Amanhã
16h15 Chelsea x Manchester United

Classificação: Liverpool (67), Arsenal (65), Manchester City (64), Aston Villa (59), Tottenham (57), Manchester United (48), West Ham (45), Newcastle (44), Brighton (42), Wolverhampton (42), Bournemouth (41), Chelsea (40), Fulham (39), Everton (32), Crystal Palace (30), Nottingham (29), Brentford (27), Luton (22), Burnley (19), Sheffield United (15)

COPA LIBERTADORES

Fase de Grupos, 1ª rodada

Grupo A

Hoje
21h00 Colo-Colo (CHI) x Cerro Porteño (PAR)
21h30 Alianza Lima (PER) x Fluminense

Grupo B

Ontem
Cobresal (CHI) 1 x 1 Barcelona de Guayaquil (EQU)
Gols: Fydriszewski (B, 6-2º), Leo Valência (C, 45-2º)

Amanhã
21h00 Talleres (ARG) x São Paulo
Classificação: Cobresal (CHI) (1), Barcelona de Guayaquil (EQU) (1), Talleres (ARG) (0), São Paulo (0)

Grupo C

Ontem
The Strongest (PER) 2 x 0 Grêmio
Gols: Ursino (15-1º), Triverio (27-2º)

Hoje
19h00 Huachipato (CHI) x Estudiantes (ARG)
Classificação: The Strongest (PER) (3), Huachipato (CHI) (0), Estudiantes (ARG) (0), Grêmio (0)

Grupo D

Ontem
23h00 Universitario (PER) x LDU (EQU)
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição

Hoje
19h00 Botafogo-RJ x Junior Barranquilla (COL)

Grupo E

Ontem
Millonarios (COL) 1 x 1 Flamengo
Gols: Pedro (F, 18-2º), Daniel Ruiz (F, 34-2º)

Amanhã
21h00 Palestino (CHI) x Bolívar (BOL)
Classificação: Millonarios (COL) (1), Flamengo (1), Palestino (CHI) (0), Bolívar (BOL) (0)

Grupo F

Hoje
21h30 San Lorenzo (ARG) x Palmeiras

Amanhã
21h00 Liverpool (URU) x Independiente del Valle (EQU)

Grupo G

Amanhã
19h00 Caracas (VEN) x Atlético-MG
19h00 Rosario Central (ARG) x Peñarol (URU)

Grupo H

Ontem
Deportivo Táchira (VEN) 0 x 2 River Plate (ARG)
Gols: Boselli (26-2º), Fonseca (34-2º)

Hoje
19h00 Nacional (URU) x Libertad (PAR)
Classificação: River Plate (ARG) (3), Nacional (URU) (0), Libertad (PAR) (0), Deportivo Táchira (VEN) (0)

COPA SUL-AMERICANA

Fase de Grupos, 1ª rodada

Grupo A

Ontem
23h00 Univ. César Vallejo (PER) x Defensa y Justicia (ARG)
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição

Amanhã
23h00 Always Ready (BOL) x Independiente Medellín (COL)

Grupo B

Hoje
23h00 Alianza Petrolera (COL) x Unión La Calera (CHI)

Amanhã
21h00 Universidad de Quito (EQU) x Cruzeiro

Grupo C

Ontem
Belgrano (ARG) 0 x 0 Internacional

Amanhã
23h00 Real Tomayapo (BOL) x Delfín (EQU)
Classificação: Belgrano (ARG) (1), Internacional (1), Real Tomayapo (BOL) (0), Delfín (EQU) (0)

Grupo D

Hoje
21h00 Nacional Potosí (BOL) x Boca Juniors (ARG)
21h00 Sportivo Trinidense (PAR) x Fortaleza

Grupo E

Ontem
Sportivo Ameliano (PAR) 1 x 4 Athletico-PR

Amanhã
19h00 Rayo Zuliano (VEN) x Danubio (URU)
Classificação: Athletico-PR (3), Rayo Zuliano (VEN) (0), Danubio (URU) (0), Sportivo Ameliano (PAR) (0)

Grupo F

Ontem
Nacional (PAR) 2 x 3 Argentinos Juniors (ARG)
Gols: Romero (A, 29 e 47-º), Lescano (A, 41-1º), Rivas (N, 32-2º), Arevalo (N, 44-2º)
Racing (URU) 1 x 1 Corinthians
Gols: Yuri Alberto (C, 23-1º), Alaniz (R, 39-2º)
Classificação: Argentinos Juniors (ARG) (3), Racing (URU) (1), Corinthians (1), Nacional (PAR) (0)

Grupo G

Hoje
19h00 Cuiabá x Lanús (ARG)

Amanhã
19h00 Deportivo Garcilaso (PER) x Metropolitanos (VEN)

Grupo H

Hoje
21h00 RB Bragantino x Coquimbo Unido (CHI)

Amanhã
21h00 Sportivo Luqueño (PAR) x Racing (ARG)

COPA DA ALEMANHA

Semifinais, jogos únicos

Ontem
Saarbrücken 0 x 2 Kaiserslautern
Obs.: Kaiserslautern avança para a final

Hoje
16h45 Bayer Leverkusen x Fortuna Düsseldorf

COPA DA ITÁLIA

Semifinais, jogos ida

Ontem
Juventus 2 x 0 Lazio
Gols: Chiesa (5-2º), Vlahovic (19-2º)
Obs.: Juventus avança para a final

Hoje
17h00 Fiorentina x Atalanta

VELSIS SISTEMAS E TECNOLOGIA VIÁRIA S.A.

CNPJ: 07.877.926/0001-09

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Valores em milhares de Reais - R$)

	NOTA	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.382	22.003	27.233	26.291
Contas a receber de clientes	6	18.432	21.618	26.357	22.338
Estoques	7	135	104	6.184	4.402
Impostos diferidos	9	1.538	1.897	2.051	2.506
Impostos a recuperar	8	12.471	5.913	17.642	6.685
Partes relacionadas	19	8.244	8.199	2.657	4.923
Créditos com consórcios	11	3.948	6.481	3.948	6.481
Outras contas a receber	10	1.230	3.064	2.640	3.973
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**66.380**	**69.279**	**88.712**	**77.599**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	6	4.292	5.257	4.292	5.257
Impostos diferidos	9	8.041	10.057	9.044	11.689
Partes relacionadas	19	11.727	1.453	10.974	1.453
Outras contas a receber	10	2.901	3.830	2.901	3.835
Créditos com consórcios	11	8.689	23.944	8.689	23.944
Investimentos	12	28.534	19.193	-	-
Imobilizado	13	2.902	4.633	34.032	39.183
Intangível	14	16.449	14.437	28.239	18.940
Ativos de direito de uso	15	6.243	2.861	7.126	2.913
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**89.778**	**85.665**	**105.297**	**107.214**
TOTAL DO ATIVO		**156.158**	**154.944**	**194.009**	**184.813**

	NOTA	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
PASSIVO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	5.790	6.361	6.526	5.953
Empréstimos e financiamentos	17	4.321	2.877	8.349	4.862
Passivos de arrendamento	15	6.052	1.854	6.508	1.943
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18	4.039	3.049	6.394	4.404
Obrigações tributárias	8	15.803	15.457	19.852	17.915
Dividendos a pagar		517	517	517	517
Outras contas a pagar		644	1.074	1.359	1.787
Provisão para contingências	20	2.398	-	2.398	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**39.564**	**31.189**	**51.903**	**37.381**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	16.968	21.249	33.114	41.096
Passivos de arrendamento	15	1.538	1.325	2.051	1.325
Obrigações tributárias	8	21.200	21.314	27.446	24.472
Débitos com consórcios	11	8.791	21.000	10.437	21.000
Partes Relacionadas	19	1.525	1.525	1.525	1.525
Outras contas a pagar		795	2.031	1.729	2.698
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**50.817**	**68.444**	**76.302**	**92.116**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	42.565	42.565	42.565	42.565
Ajuste acumulado de conversão		141	49	141	49
Reservas de lucros	21	20.016	11.793	20.016	11.793
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		62.722	54.407	62.722	54.407
Participação de não controladores		3.055	904	3.082	909
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**65.777**	**55.311**	**65.804**	**55.316**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**156.158**	**154.944**	**194.009**	**184.813**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital social realizado	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Dividendos obrigatórios	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Patrimônio Atribuível aos Controladores	Participação de Não Controladores	Total	Participação de Não Controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**38.515**	**1.083**	**-**	**2.571**	**-**	**242**	**42.411**	**989**	**43.400**	**-**	**43.400**
Aumento de capital	21 (i)	4.050	-	-	-	-	-	4.050	65	4.115	-	4.115
Distribuição de resultados		-	-	-	-	-	-	-	(624)	(624)	-	(624)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.139	-	8.139	-	8.139	-	8.139
Reserva legal	21 (ii)	-	407	-	-	(407)	-	-	-	-	-	-
Reserva especial de dividendos obrigatórios	21 (iii)	-	-	1.933	-	(1.933)	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	21 (iv)	-	-	-	5.799	(5.799)	-	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	(193)	(193)	-	(193)	-	(193)
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	474	474	5	479
Em 31 de dezembro de 2022		**42.565**	**1.490**	**1.933**	**8.370**	**-**	**49**	**54.407**	**904**	**55.311**	**5**	**55.316**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.223	-	10.223	-	10.223	-	10.223
Reserva legal	21 (ii)	-	511	-	-	(511)	-	-	-	-	-	-
Reserva especial de dividendos obrigatórios	21 (iii)	-	-	2.428	-	(2.428)	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	21 (iv)	-	-	-	7.284	(7.284)	-	-	-	-	-	-
Dividendos	21 (iii)	-	-	(1.933)	(67)	-	-	(2.000)	-	(2.000)	-	(2.000)
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	92	92	-	92	-	92
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	2.151	2.151	22	2.173
Em 31 de dezembro de 2023		**42.565**	**2.001**	**2.428**	**15.587**	**-**	**141**	**62.722**	**3.055**	**65.777**	**27**	**65.804**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de Reais - R$)

	NOTA	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	22	**102.496**	**103.818**	**145.676**	**125.813**
(-) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(65.898)	(62.136)	(83.174)	(76.315)
Lucro Bruto		**36.598**	**41.682**	**62.502**	**49.498**
Despesas administrativas	24	(13.272)	(16.024)	(23.526)	(21.857)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(4.618)	(1.932)	(5.953)	(2.079)
Equivalência patrimonial	12	6.250	1.754	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**24.958**	**25.480**	**33.023**	**25.562**
Resultado financeiro	26	(8.901)	(13.857)	(14.837)	(13.861)
Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		**16.057**	**11.623**	**18.186**	**11.701**
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(3.873)	(2.280)	(6.000)	(2.911)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	91	(730)	88	(179)
Participação de não controladores		(2.052)	(474)	(2.051)	(472)
Lucro líquido do exercício		**10.223**	**8.139**	**10.223**	**8.139**
Resultado básico por ação	29				
(Valor do lucro por ação expresso em reais)					
Por ação ordinária		0,7374	0,5870	0,7374	0,5870

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de Reais - R$)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	10.223	8.139	10.223	8.139
Outros resultados abrangentes				
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	141	49	141	49
Resultado abrangente total	10.364	8.188	10.364	8.188

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de Reais - R$)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Resultado antes da provisão IRPJ/CSLL	**16.057**	**11.623**	**18.186**	**11.701**
(-) Resultado atribuível a não controladores	(2.052)	(474)	(2.051)	(472)
Itens não operacionais				
Depreciação e amortização	11.434	7.966	25.522	21.293
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	4.481	3.447	7.224	5.963
Equivalência patrimonial	(6.250)	(1.754)	-	-
Provisao para créditos de liquidação duvidosa	804	945	1.915	945
Ajuste a valor presente	542	(822)	863	(1.132)
Perdas com recebíveis	682	119	685	142
Baixa de ativo intangível	1.217	1.393	1.219	1.383
	26.915	**22.443**	**53.563**	**39.823**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Contas a receber de clientes	3.347	(3.830)	(4.969)	(3.317)
Estoques	(31)	109	(1.782)	4.281
Impostos a recuperar	(6.558)	(3.651)	(10.957)	(3.656)
Créditos com consórcios	17.788	(4.072)	17.788	(4.072)
Partes relacionadas	(10.319)	6.551	(7.255)	1.409
Outras contas a receber	2.763	(678)	2.267	1.925
Fornecedores	(571)	(2.798)	573	(10.498)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	990	832	1.990	1.327
Obrigações tributárias	(1.175)	13.569	2.099	19.137
Débitos com consórcios	(12.209)	6.121	(10.563)	6.121
Outras contas a pagar	1.377	3.223	1.466	4.684
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**22.317**	**37.819**	**44.220**	**57.164**
Pagamento de impostos		(2.341)		(4.336)
Pagamento de juros de empréstimos e arrendamento	(4.437)	(3.067)	(6.861)	(3.835)
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	**17.880**	**32.411**	**37.359**	**48.993**
Adição de investimentos	(3.088)	(5.044)	-	-
Adiantamento distribuição de investimentos	-	-	-	-
Outros movimentos do investimento	(3)	56	-	-
Adição de ativo imobilizado	(1.245)	(812)	(11.456)	(9.179)
Baixa de ativo imobilizado	2.236	553	2.831	946
Baixa de direito de uso	(266)	-	(266)	-
Adição de ativo intangível	(8.501)	(3.745)	(16.499)	(6.913)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(10.867)**	**(8.992)**	**(25.390)**	**(15.146)**
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(2.881)	(7.432)	(4.858)	(13.458)
Conversão de debentures	-	4.050	-	4.050
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.143	-	1.142
Pagamentos de arrendamento direito de uso	(5.753)	(2.139)	(6.169)	(2.412)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(8.634)**	**(4.378)**	**(11.027)**	**(10.678)**
Geração de caixa	**(1.621)**	**19.041**	**942**	**23.169**
Caixa inicial	**22.003**	**2.962**	**26.291**	**3.122**
Caixa final	**20.382**	**22.003**	**27.233**	**26.291**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), constituída em 24 de janeiro de 2006, com sede na Rodovia BR 277, no 1586, na cidade de Curitiba/PR, tem por objetivo a fabricação, venda e locação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle; fabricação de equipamentos elétricos para a sinalização e alarme, segurança e controle de tráfego rodoviário, aéreo, ferroviário e marítimo. Além de filiais em São Paulo, Salvador, Uberlândia, Teresina, Campina Grande, São Luís, Manaus, Anápolis, Foz do Iguaçu, Cuiabá, Vitória, Castanhal, Santa Cruz do Sul, Curitiba, Aracaju e Novo Hamburgo, a Companhia possui filial na Colômbia e subsidiária no México, a qual têm o objetivo de manter a presença local para fomentar venda de produtos e manter o suporte técnico das operações.

Ao longo de 2023, mantivemos o foco no modelo de negócio com a expansão das vendas e soluções para o setor privado e internacional, manutenção da estrutura de capital com a realização do plano de realização da dívida financeira e planejamento tributário, governança, gestão de pessoas e inovação e que contribuiu para a melhoria dos resultados e no processo de gestão estratégica.

Em 2022, a Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do reperfilamento da dívida financeira (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos).

Novos contratos

Ao final de 2023 participamos de licitações relevantes nas quais fomos vencedores no município de São Paulo através de parceria em consórcio e em outros estados através de operação própria junto ao governo federal para fornecimento de equipamentos, instalação, manutenção, licença de uso de *software e* prestação de serviços que contribuirá com nossa receita recorrente para os próximos cinco anos. Na controlada VSIS, consolidou-se o fornecimento de equipamentos para o mercado privado em El Salvador e México com a realização relevante que representou 15% do faturamento. Com isso, além da linha tradicional de prestação de serviços, consolidamos a expansão internacional nos mercados público e privado com o objetivo de tornar-se a maior plataforma de ITS (*Intelligent Transportation System*) da América Latina.

Novos projetos

Ampliamos o projeto do novo segmento iniciado no ano anterior voltado para o conceito de novas tecnologias para rodovias e para cidades inteligentes e mobilidade em geral, e que será responsável pela nova plataforma de dados, captados pelos equipamentos atuais e de terceiros, que deverão ser comercializados pela Companhia, dentro da estratégia de ampliar o portfólio de produtos ofertados e ingressar no segmento de "*solution as a service*".

Empresas controladas

A controlada VSIS Indústria e Comércio S/A ("VSIS") foi constituída em 10 de novembro de 2017, com sede na Rodovia BR 277, no 1586, módulo 01, na cidade de Curitiba/PR e tem como atividade principal a fabricação, venda e locação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle para dar suporte às operações da Controladora. O capital social integralizado **é de R$** 7.612 e é composto por 7.610.766 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A controlada V. Tech Tecnologia e Sistemas Ltda. ("V.Tech") foi constituída em 15 de julho de 2020, com sede na Rodovia BR 277, no 1586, na cidade de Curitiba/PR e tem como atividade principal a prestação de serviços, instalação, locação e manutenção de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle para dar suporte às operações da Controladora. O capital social total no valor total de R$ 14.000 é composto por 14.000.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um Real) e está totalmente integralizado. O aumento de capital no período anterior foi proveniente de créditos em favor da acionista e está formalizado na 3a Alteração e Consolidação de Contrato Social realizada em 30 de novembro de 2022, devidamente arquivada na Junta Comercial do Paraná.

A subsidiária no exterior do México, Sistemas de Velocidade S.A de C.V. foi constituída em 2017, entrou em operação em 2019 e tem como finalidade manter a presença local para fomentar venda de produtos e manter o suporte técnico das operações. O capital social integralizado totaliza R$ 2.477.

Participações em outras sociedades em conta de participação e consórcios

Em 31 de dezembro de 2022, a Velsis participava, como sócia ostensiva, em Sociedades em Conta de Participação (SCP), possuindo assim o controle e responsabilidade sobre todas as participações nessas sociedades, as quais são registradas em conformidade com a Lei no 10.406/2002 instituída pelo Código Civil, em seu art. 991. As SCPs ativas na data-base são: Pátio Foz, Novo Hamburgo e João Pessoa. As SCPs Transalvador, Aracaju, Teresina e Limeira não estão operando e permanecem ativas para fins de tratativas tributárias ou até que sejam concluídos os trâmites de baixa.

As atividades de tais SCPs concentram-se, preponderantemente, no fornecimento de dados de tráfego para o sistema de informações de trânsito, serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos, fiscalização e monitoramento de vias públicas municipais, prestação de serviços de gestão eletrônica de veículos, cujos condutores tenham transgredido disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

O resultado apurado atribuível aos demais sócios de sociedades em conta de participação nas quais a Velsis é a sócia ostensiva totaliza R$ 2.254 (R$ 474 em 31 de dezembro de 2022).

O plano de distribuição de lucros decorrente do resultado das sociedades será realizado entre os sócios conforme previsão contratual, ou seja, na proporção do capital investido na sociedade ao término do contrato ou através de antecipação de lucros mediante de disponibilidade de caixa após deduzidas todas as obrigações da referida operação.

Adicionalmente, a Velsis participa em consórcios diversos, cujas às atividades concentram-se, também, de forma preponderante, no fornecimento de dados de tráfego para o sistema de informações de trânsito, serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos, fiscalização e monitoramento de vias públicas municipais, prestação de serviços de gestão eletrônica de veículos, cujos condutores tenham transgredido disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Companhia em 21 de março de 2024.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa no 3.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras, são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa no 6** – Contas a receber de clientes (provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa);
- **Nota Explicativa no 9** – Imposto de renda e contribuição social diferidos (realização por meio de projeções que demonstrem a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros);
- **Nota Explicativa no 11** – Consórcios (créditos e débitos com consórcios);
- **Nota Explicativa no 13** – Imobilizado (vida útil e valor residual);
- **Nota Explicativa no 14** – Intangível (projetos de desenvolvimento);
- **Nota Explicativa no 15** – Arrendamento mercantil (taxa de desconto e prazo dos arrendamentos); e
- **Nota Explicativa no 27** – Instrumentos financeiros.

3. Principais práticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a) Base de consolidação

i) **Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	Participação 2023	Participação 2022
VSIS Indústria e Comércio S/A	Direto	100%	100%
V.Tech Tecnologia e Sistemas Ltda.	Direto	100%	100%
Sistemas de Velocidad S.A de C.V.	Direto	99%	99%

ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

c) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado; e
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Impairment

A Companhia avalia o *impairment*, para as contas a receber de clientes, a abordagem simplificada conforme permitida pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, quando aplicável. Para 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou valores significativos correspondentes às perdas desta natureza.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

e) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

f) Contas a receber de clientes e provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e a faturar decorrente de medições realizadas, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada, excluindo os impostos, quando recuperáveis e incluindo os gastos incorridos na aquisição de estoques, os custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condição atuais.

h) Investimentos

Os investimentos nas empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

Demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

ii) **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos-futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Móveis e utensílios	10% a.a
Máquinas e equipamentos	20% a.a
Equipamentos eletrônicos	20% a 33,33% a.a
Instalações	10% a.a
Computadores e periféricos	20% a.a
Veículos	20% a 33,33% a.a
Benfeitorias em imóveis locados	29% a.a (*)

(*) Taxa média de acordo com cada contrato de aluguel

iv) Arrendamentos

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC TG 06/R3 – "Arrendamentos".

j) Ativos intangíveis

i) Marcas e patentes

Referem-se aos gastos incorridos pela Companhia para o registro de marcas e patentes.

ii) Softwares

Os referidos intangíveis possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

iii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos-futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos-futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

v) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A taxa de amortização utilizada é a seguinte:

Desenvolvimento novos projetos - concluídos	20% a.a
Softwares	20% a.a

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar

continua na próxima página ---->

esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m) Partes relacionadas

Registrados pelo valor nominal das transações e títulos representativos desses cr**éditos e** obrigações, acrescido de juros, quando aplicáveis, incorridas até a data do encerramento do exercício, que incluem transações de mútuos e reembolsos de despesas compartilhadas. As transações seguem as condições pactuadas mediante contrato firmado entre as partes, exceto o mútuo a receber da controladora Velsis Participações Societárias S.A.

n) Receita operacional

i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, **(ii)** for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa, **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, **(v)** o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

ii) **Prestação de serviços, incluindo locação**

A Companhia e suas controladas estão envolvidas na prestação de serviços. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base em medições dos respectivos serviços.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos de aplicações financeiras, ganhos com variação cambial, juros recebidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros sobre empréstimos e financiamentos, multas e juros sobre parcelamentos tributários, perdas com variação cambial e descontos concedidos.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes aos impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos.

q) Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 não trouxeram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A Administração avaliará no ano de 2024 os possíveis impactos, caso aplicável a Companhia.

4. Determinação do valor justo

As divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos adiante. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i) **Contas a receber de clientes e outros créditos**

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data-base das demonstrações financeiras.

ii) **Passivos financeiros não derivativos**

São mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	6.414	10.421	7.588	14.709
Aplicações financeiras (i)	13.968	11.582	19.645	11.582
	20.382	22.003	27.233	26.291

(i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, aos fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

6. Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Clientes nacionais	23.491	29.793	25.504	30.500
Clientes internacionais	2.955	-	9.978	13
(-) Provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa	(3.722)	(2.918)	(4.833)	(2.918)
	22.724	26.875	30.649	27.595
Ativo circulante	18.432	21.618	26.357	22.338
Ativo não circulante	4.292	5.257	4.292	5.257

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	13.846	11.638	16.022	13.794
Vencidos até 30 dias	3.855	2.860	3.392	1.103
Vencidos de 31 a 60 dias	8	1.942	234	2.001
Vencidos de 61 a 90 dias	1	6.281	1	6.339
Vencidos de 91 a 180 dias	2.993	2.713	5.895	2.889
Vencidos de 181 a 360 dias	13	204	3.085	218
Vencidos acima de 361 dias	2.008	1.237	2.020	1.251
	22.724	26.875	30.649	27.595

A provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa é constituída pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2023, o valor desta provisão é de R$ 4.833 (2022 – R$ 2.918) e foi constituído considerando o histórico de perdas e contempla a expectativa de eventuais perdas futuras dos saldos a vencer.

A Companhia possui recebíveis provenientes da operação de Maceió que estavam em negociação junto ao referido órgão e em 4 de dezembro de 2023 o processo foi julgado definitivamente pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas da 14ª Vara Cível da Fazenda Municipal e já transitou em julgado. Efetuamos o pedido dos precatórios em 2024, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 31 – Eventos subsequentes.

Para os saldos vencidos a Administração não identificou a necessidade de registro de provisão para perdas adicional, uma vez que o prazo médio de recebimento que é de 120 dias e o fato de os recebíveis representarem operações substancialmente com órgãos governamentais para os quais não apresentam risco significativo de insuficiência de caixa para liquidação de saldos devedores.

Movimentação da provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(2.918)	(1.973)	(2.918)	(1.973)
Constituição no período	(804)	(945)	(1.915)	(945)
Saldo no encerramento do exercício	(3.722)	(2.918)	(4.833)	(2.918)

7. Estoques

O saldo é composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Estoques - matéria prima	121	31	4.271	2.614
Estoques - peças para manutenção	-	-	-	205
Estoques - produtos em processo	14	7	504	116
Estoques - produtos acabados	-	66	1.409	1.467
	135	104	6.184	4.402

8. Impostos

O saldo de impostos é composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL (i)	10.021	3.076	13.939	3.462
INSS	571	742	601	742
PIS e COFINS	1.474	1.609	1.542	1.631
IPI	80	56	1.009	420
ICMS	77	-	213	-
FGTS	-	19	-	19
Impostos retidos sobre serviços	248	411	338	411
	12.471	5.913	17.642	6.685
Ativo circulante	12.471	5.913	17.642	6.685
Ativo não circulante	-	-	-	-

(i) O aumento expressivo do saldo deve-se basicamente ao IRRF decorrente de aquisição de serviços e saldo negativo não utilizado no período.

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	34	18	108	18
ICMS parcelamento TAP (i)	1.834	2.534	1.988	2.949
IPI	3	-	3	-
PIS e COFINS	3.121	6.067	3.402	6.337
IRPJ e CSLL (viii)	3.796	2.154	4.952	2.920
PERT Parcelamento (ii)	3.027	9.243	3.027	9.243
Parcelamento Ordinário (iii)	1.851	2.240	1.851	2.240
Parcelamento Federal (iv)	1.735	2.076	1.814	2.244
Parcelamento PGFN (v)	1.381	1.889	1.381	1.889
Parcelamento Municipal (vi)	1.593	1.789	1.593	1.789
Parcelamento Simplificado (vii)	17.664	7.646	25.985	11.415
Demais impostos a recolher	964	1.115	1.194	1.343
	37.003	36.771	47.298	42.387
Passivo circulante	15.803	15.457	19.852	17.915
Passivo não circulante	21.200	21.314	27.446	24.472

(i) Os valores devidos de ICMS referem-se substancialmente ao exercício de 2019 e 2022 e foram parcelados através dos Termos de Acordo de Parcelamentos (RICMS Art. 86º); esses débitos foram renegociados em novembro de 2022 e serão quitados em 60 parcelas a partir desta data;

(ii) Em agosto de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) (MP nº 783/2017); estes débitos serão quitados em 145 parcelas;

(iii) Em junho de 2018 e novembro de 2019 a Companhia homologou o Parcelamento Ordinário (Lei nº 10.522/2002) para regularização dos débitos fiscais de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL, o qual foi renegociado em dezembro de 2021 e serão quitados em 60 parcelas a partir desta data;

(iv) Em dezembro de 2019 a Companhia homologou o Parcelamento Ordinário (Lei nº 10.522/2002) para regularização dos débitos fiscais de PIS, Cofins, IPI, IRPJ e CSLL, o qual foi renegociado em dezembro de 2021 e serão quitados em 60 parcelas a partir desta data;

(v) Em março de 2020 a Companhia homologou o Parcelamento Especial junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para regularização dos débitos fiscais de PIS, Cofins, IPI, IRPJ e CSLL, o qual foi renegociado e serão quitados em 60 parcelas a partir desta data;

(vi) Em novembro de 2022 a Companhia homologou o Parcelamento Administrativo de débitos (Decreto nº 25.344/2014, Art.19, § 1º, I) para a regularização dos débitos fiscais de ISS, que serão quitados em 60 parcelas, a partir desta data;

(vii) Em junho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2022 os débitos de impostos foram parcelados na modalidade Parcelamento Simplificado (Lei n.º 10.522/2002) e serão quitados em 60 parcelas. Em fevereiro, abril e maio de 2023 a Companhia homologou o Parcelamento Simplificado (Lei n.º 10.522/2002) para regularização dos débitos fiscais de PIS, Cofins, IPI, IRPJ e CSLL, e serão quitados em 60 parcelas;

(viii) Em 29 de novembro de 2023 foi publicada a Lei nº 14.740, que trata da autorregularização incentivada de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e a regulamentação foi publicada em 29 de dezembro de 2023 – IN RFB nº 2.168. O programa abrange débitos não constituídos até 30 de novembro de 2023 e destacamos as principais disposições: i) a utilização do prejuízo fiscal e base de cálculo negativa e/ou precatórios para liquidação de até 50% da dívida consolidada; ii) redução integral dos valores de multas de mora e de ofício e de juros; iii) possibilidade de pagamento parcelado com parcelas mensais acrescidas de juro SELIC. O saldo de IRPJ e CSLL que aumentou expressivamente de 2022 para 2023 é decorrente, basicamente, do programa da autorregularização e será compensado com impostos federais na mesma proporção do seu pagamento (vide Nota Explicativa nº 31 - Eventos subsequentes).

9. Imposto de renda e contribuição social

i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
Diferido ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças Temporárias				
Provisão fornecedores	1.231	900	1.377	907
Provisão para devedores duvidosos	1.266	992	1.643	992
Outras adições e exclusões temporárias	1.258	6	1.302	(98)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	5.985	10.140	6.934	12.478
Total do ativo diferido	9.740	12.038	11.256	14.279
Diferido passivo				
IRPJ e CSLL sobre contratos de entidades governamentais - SCP's	(161)	(84)	(161)	(84)
Total do passivo diferido	(161)	(84)	(161)	(84)
Total diferido ativo	9.579	11.954	11.095	14.195
Ativo circulante	1.538	1.897	2.051	2.506
Ativo não circulante	8.041	10.057	9.044	11.689

ii) Período estimado de realização

A composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
2024	1.538	2.051
2025	2.295	3.060
2026	3.147	3.385
2027	2.599	2.599
	9.579	11.095

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
2023	1.897	2.506
2024	1.065	1.562
2025	1.632	2.129
2026	2.296	2.793
2027	3.075	3.572
2028	1.989	1.632
	11.954	14.195

iii) Conciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	16.057	11.623	18.186	11.701
(-) Exclusão resultado não controladores	(2.052)	(474)	(2.051)	(472)
Base de cálculo	14.005	11.149	16.135	11.229
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(4.762)	(3.791)	(5.486)	(3.818)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	2.369	709	220	62
Resultado da participação em SCPs	337	160	337	160
Ajuste a valor justo de ativo imobilizado	-	266	-	371
Ajuste de tributo diferido de variação cambial	-	(58)	-	(21)
Demais adições e exclusões	(1.009)	35	(266)	487
Encargo fiscal sobre o resultado	**(3.065)**	**(2.679)**	**(5.195)**	**(2.759)**
Total do imposto - SCPs - lucro presumido (a)	(717)	(331)	(717)	(331)
Total líquido de IRPJ e CSLL corrente/ diferido	**(3.782)**	**(3.010)**	**(5.912)**	**(3.090)**

a) Cálculo do imposto de renda e contribuição social das SCPs:

	Controladora IRPJ e CSLL	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços	6.445	3.314
Alíquota de presunção	32%	32%
Base de cálculo	2.062	1.060
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	2.062	1.060
Alíquota	24%	24%
Imposto de renda e contribuição social	495	254
Base de cálculo imposto de renda adicional	1.462	710
Alíquota adicional	10%	10%
Imposto de renda adicional	146	71
Receitas Governamentais diferidas	742	51
imposto de renda e contribuição social postergado - 34%	76	6
Total do imposto - SCPs - lucro presumido	**717**	**331**

10. Outras contas a receber

O saldo é composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores (i)	313	1.725	950	2.518
Despesas a apropriar	766	634	1.473	713
Direito de venda de recebível (ii)	2.308	2.028	2.308	2.033
Depósitos judiciais (iii)	532	1.577	532	1.577
Demais contas a receber	212	930	278	967
	4.131	6.894	5.541	7.808
Ativo circulante	1.230	3.064	2.640	3.973
Ativo não circulante	2.901	3.830	2.901	3.835

(i) Valores adiantados aos prestadores de serviços e gastos com importações para atendimento da programação industrial atrelado a negociações comerciais;

(ii) Valor a receber decorrente de contratos operacionais que foram objeto de negociação financeira (cessão dos direitos) junto a terceiros (registrados ao custo em 2020). Em 30 de março de 2021 a Companhia firmou o instrumento particular de cessão de direitos creditórios junto a pessoa jurídica independente onde a Companhia transfere na integralidade os direitos de recebimento de contrato operacional. A negociação financeira compreende uma parte do valor fixa e uma parte variável, sendo a parte fixa realizada ao longo de 2021 e a parte variável quando do recebimento do crédito pela parte adquirente (registrados à valor justo em 2023); e

(iii) Para dezembro de 2023 o saldo corresponde a depósitos judiciais de processos cíveis e trabalhistas em andamento. Em novembro de 2023 houve a decisão do Supremo Tribunal Federal desfavorável a liminar concedida em 11 de abril de 2022 ao Mandado de Segurança no 5007279-12.2022.8.08.0024 para a 1a Vara da Fazenda Estadual Pública de Vitória para recolhimento em juízo do Diferencial de Alíquota – DIFAL do ICMS decorrente da venda de mercadorias aos clientes do Estado do Espírito Santo e o montante de R$ 1.400 foi integralmente registrado no resultado.

11. Consórcios

A Companhia participa na forma de consórcio nas empresas adiante. Os valores ativos são compostos por aportes e notas de débito (valores pagos pela Companhia e que devem ser ressarcidos pelos consórcios) e os valores passivos são os resultados e valores pagos pelos consórcios e devidos pela Companhia (o consórcio deve ser ressarcido), a mensuração destes valores envolvem estimativas que são revistas periodicamente pela Administração, conforme demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				
VMR - Operação após Abril/2023	1.954	-	1.954	-
VMR - Operação até Março/2023	6.068	6.079	6.068	6.079
CSC Mobilidade Limeira	2.323	1.086	2.323	1.086
VA	1.538	2.124	1.538	2.124
CSC Monitora Curitiba	353	1.096	353	1.096
SV - Splice-Velsis	-	8.592	-	8.592
Aracaju	-	3.488	-	3.488
Limeira Segura	-	3.341	-	3.341
SVS - Splice-Velsis-Shempo	-	2.486	-	2.486
Velsis - Rodando Legal	-	780	-	780
Demais consórcios	401	1.353	401	1.353
	12.637	30.425	12.637	30.425
Ativo circulante	3.948	6.481	3.948	6.481
Ativo não circulante	8.689	23.944	8.689	23.944

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
VMR - Operação após Abril/2023	1.098	-	2.744	-
VMR - Operação até Março/2023	5.084	4.914	5.084	4.914
CSC Mobilidade Limeira	2.297	1.027	2.297	1.027
SV - Splice-Velsis	-	7.601	-	7.601
Limeira Segura	-	3.272	-	3.272
Aracaju	-	3.265	-	3.265
Demais consórcios	312	921	312	921
	8.791	21.000	10.437	21.000
Passivo não circulante	8.791	21.000	10.437	21.000

(a) Em abril de 2023 houve alteração na constituição do Consórcio VMR onde o novo parceiro passou a ser a controlada VTech e, por este motivo, apresentamos o saldo vinculado aos parceiros anteriores em linha segregada uma vez que estamos em processo de negociação destes valores.

A Companhia concluiu o processo de negociação dos saldos das principais operações de consórcios que foram encerradas ao longo de 2023 e isto se reflete na redução dos valores ativos e passivos se comparados ao ano anterior.

12. Investimentos

i) Composição dos saldos da controladora

Razão Social	% Part	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial 31/12/2023	Equivalência patrimonial 31/12/2022	Valor do investimento 31/12/2023	Valor do investimento 31/12/2022
Vsis Indústria e Comércio S/A	100%	15.950	6.173	6.173	2.802	15.950	9.777
V.Tech Tecnologia e Sistemas Ltda.	100%	12.023	174	174	(900)	12.023	8.924
Sistemas de Velocidad S.A de C.V.	99%	566	(97)	(97)	(148)	561	492
Total		28.539	6.250	6.250	1.754	28.534	19.193

A V.Tech iniciou suas operações em 2020 e em 2023 participou de licitação onde foi habilitada como empresa líder junto a parceiros de consórcios. Por este motivo, além dos investimentos efetuados nesta controlada, a Administração prevê a manutenção de resultados positivos nos próximos anos, decorrente do crescimento da receita e aumento no volume das operações.

ii) Movimentação do investimento

	VSIS Indústria e Comércio S/A	V.Tech Tecnologia e Sistemas Ltda.	Sistemas de Velocidad S.A de C.V.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.777	8.924	492	19.193
Adição de investimento	-	2.925	163	3.088
Ajuste de conversão	-	-	3	3
Equivalência patrimonial	6.173	174	(97)	6.250
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.950	12.023	561	28.534

	VSIS Indústria e Comércio S/A	V.Tech Tecnologia e Sistemas Ltda.	VELSIS US LLC	Sistemas de Velocidad S.A de C.V.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.975	4.919	87	470	12.451
Adição de investimento	-	4.905	-	139	5.044
Ajuste de conversão	-	-	-	31	31
Equivalência patrimonial	2.802	(900)	-	(148)	1.754
Encerramento de Operação	-	-	(87)	-	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.777	8.924	-	492	19.193

iii) Resumo dos investimentos

	VSIS Indústria e Comércio S/A	V.Tech Tecnologia e Sistemas Ltda.	Sistemas de Velocidad S.A de C.V.
Participação no capital social	100%	100%	99%
Total do ativo	**61.482**	**14.712**	**795**
Total dos passivos	45.532	2.689	229
Total do patrimônio líquido	15.950	12.023	566
Total do passivo	**61.482**	**14.712**	**795**
Capital Social	7.612	14.000	2.477
Resultado do exercício	6.173	174	(97)
Receitas líquidas	48.999	6.222	-

13. Imobilizado

i) Composição do saldo (controladora)

	2023			2022
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	756	(378)	378	311
Máquinas e equipamentos	639	(290)	349	186
Equipamentos eletrônicos	11.155	(10.465)	690	874
Computadores e periféricos	1.736	(919)	817	333
Veículos	783	(331)	452	646
Benfeitorias em imóveis locados	1.291	(1.075)	216	177
Imobilizado em andamento	-	-	-	2.106
	16.360	(13.458)	2.902	4.633

ii) Movimentação do custo (controladora)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	630	132	(6)	-	756
Máquinas e equipamentos	422	217	-	-	639
Equipamentos eletrônicos	11.041	242	(128)	-	11.155
Computadores e periféricos	1.140	605	(9)	-	1.736
Veículos	941	-	(158)	-	783
Benfeitorias em imóveis locados	1.242	49	-	-	1.291
Imobilizado em andamento	2.106	-	(2.106)	-	-
	17.522	1.245	(2.407)	-	16.360

iii) Movimentação da depreciação (controladora)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	(319)	(65)	6	-	(378)
Máquinas e equipamentos	(236)	(54)	-	-	(290)
Equipamentos eletrônicos	(10.167)	(420)	122	-	(10.465)
Computadores e periféricos	(807)	(113)	1	-	(919)
Veículos	(295)	(78)	42	-	(331)
Benfeitorias em imóveis locados	(1.065)	(10)	-	-	(1.075)
	(12.889)	(740)	171	-	(13.458)

iv) Composição do saldo (consolidado)

	2023			2022
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	911	(427)	484	358
Máquinas e equipamentos	1.001	(322)	679	247
Equipamentos eletrônicos	85.431	(55.567)	29.864	34.226
Computadores e periféricos	2.730	(1.282)	1.448	975
Veículos	1.733	(503)	1.230	1.075
Benfeitorias em imóveis locados	1.408	(1.081)	327	196
Imobilizado em andamento	-	-	-	2.106
	93.214	(59.182)	34.032	39.183

v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	713	204	(6)	-	911
Máquinas e equipamentos	495	544	(38)	-	1.001
Equipamentos eletrônicos	77.589	9.308	(1.466)	-	85.431
Computadores e periféricos	1.971	777	(18)	-	2.730
Veículos	1.410	481	(158)	-	1.733
Benfeitorias em imóveis locados	1.266	142	-	-	1.408
Imobilizado em andamento	2.106	-	(2.106)	-	-
	85.550	11.456	(3.792)	-	93.214

vi) Movimentação da depreciação (consolidado)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023 Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	(355)	(78)	6	-	(427)
Máquinas e equipamentos	(248)	(74)	-	-	(322)
Equipamentos eletrônicos	(43.363)	(13.114)	910	-	(55.567)
Computadores e periféricos	(996)	(289)	3	-	(1.282)
Veículos	(335)	(210)	42	-	(503)
Benfeitorias em imóveis locados	(1.070)	(11)	-	-	(1.081)
	(46.367)	(13.776)	961	-	(59.182)

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 – "Ativo imobilizado", sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores dos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Existem bens dados em garantias, os quais são adquiridos através de operações de Finame, cuja garantia para tais operações são os próprios bens.

14. Intangível

i) Composição do saldo (controladora)

	2023			2022
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	4.831	-	4.831	1.572
Desenvolvimento novos projetos - concluído	24.703	(14.320)	10.383	11.627
Marcas e patentes	855	(412)	443	528
Softwares	1.433	(641)	792	710
	31.822	(15.373)	16.449	14.437

Os projetos em andamento referem-se exclusivamente aos gastos com implantação de novos contratos e atrelados a ordens de serviços emitidas pelos órgãos para instalação de equipamentos e possuem prazo médio estimado de conclusão em até 4 meses.

ii) Movimentação do custo (controladora)

continua na próxima página ---->

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023			Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	1.572	8.157	(1.218)	(3.681)	4.831
Desenvolvimento novos projetos - concluído	27.508	82	(6.568)	3.681	24.703
Marcas e patentes	855	-	-	-	855
Softwares	1.279	262	(108)	-	1.433
	31.214	8.501	(7.894)	-	31.822

(a) O montante de R$ 1.218 na linha de projetos em andamento corresponde a baixa efetuada na Controladora para aporte de capital na controlada Vtech referente a um projeto de novo segmento que será continuado por esta empresa.

iii) Movimentação da amortização (controladora)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023			Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - concluído	(15.881)	(5.008)	6.569	-	(14.320)
Marcas e patentes	(327)	(85)	-	-	(412)
Softwares	(569)	(180)	108	-	(641)
	(16.777)	(5.273)	6.677	-	(15.373)

iv) Composição do saldo (consolidado)

	2023			2022
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	14.015	-	14.015	3.848
Desenvolvimento novos projetos - concluído	28.173	(15.328)	12.845	13.767
Marcas e patentes	1.011	(426)	585	608
Softwares	1.470	(676)	794	717
	44.669	(16.430)	28.239	18.940

Os projetos em andamento referem-se ao desenvolvimento de novas tecnologias e produtos e possuem prazos estimados de conclusão para os próximos 12 meses. Estão diretamente ligados a expansão da tecnologia para geração de benefício futuro específico para o negócio da Companhia.

v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023			Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	3.848	16.057	(1.219)	(4.671)	14.015
Desenvolvimento novos projetos - concluído	29.979	92	(6.569)	4.671	28.173
Marcas e patentes	966	88	(43)	-	1.011
Softwares	1.316	262	(108)	-	1.470
	36.109	16.499	(7.939)	-	44.669

vi) Movimentação da amortização (consolidado)

	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023			Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - concluído	(16.212)	(5.685)	6.569	-	(15.328)
Marcas e patentes	(358)	(111)	43	-	(426)
Softwares	(599)	(185)	108	-	(676)
	(17.169)	(5.981)	6.720	-	(16.430)

15. Arrendamento mercantil

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada deixando de ser uma despesa linear de arredamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização de direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento. A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. A Companhia aplicou à expectativa futura das obrigações ativas em 1o de janeiro de 2022 (18,17%) para todos os arrendamentos. O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos de Direito de Uso	**6.243**	**2.861**	**7.126**	**2.913**
Locação de imóveis	1.213	1.159	2.096	1.211
Locação de veículos	1.976	1.702	1.976	1.702
Locação de equipamentos	3.054	-	3.054	-
Passivos de arrendamentos				
Circulante	**6.052**	**1.854**	**6.508**	**1.943**
Locação de imóveis	731	918	1.187	1.007
Locação de veículos	2.287	936	2.287	936
Locação de equipamentos	3.034	-	3.034	-
Não Circulante	**1.538**	**1.325**	**2.051**	**1.325**
Locação de imóveis	363	333	876	333
Locação de veículos	220	992	220	992
Locação de equipamentos	955	-	955	-
Total passivo de arrendamento	**7.590**	**3.179**	**8.559**	**3.268**

a) Movimentação dos saldos ativos:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 1º de janeiro	2.861	1.231	2.913	1.394
Adição por novos contratos	8.696	3.517	9.873	3.603
Baixa por encerramento de contratos	107	-	107	-
Despesa de amortização	(5.421)	(1.887)	(5.767)	(2.084)
Saldos em 31 de dezembro	**6.243**	**2.861**	**7.126**	**2.913**

b) Movimentação dos saldos passivos:

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 1º de janeiro	3.179	1.335	3.268	1.516
Juros provisionados	(1.746)	(529)	(2.033)	(564)
Juros pagos	1.618	529	1.737	564
Adição por novos contratos	10.451	3.983	11.915	4.164
Baixa por encerramento de contratos	(159)	-	(159)	-
Pagamentos	(5.753)	(2.139)	(6.169)	(2.412)
Saldos em 31 de dezembro	**7.590**	**3.179**	**8.559**	**3.268**

As demonstrações de resultado incluem os seguintes montantes relacionados aos arrendamentos (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação – Notas Explicativas nos 22 e 23):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de depreciação dos ativos de direito de uso	**(5.421)**	**(1.887)**	**(5.767)**	**(2.084)**
Locação de imóveis	(1.151)	(1.175)	(1.497)	(1.372)
Locação de veículos	(1.557)	(712)	(1.557)	(712)
Locação de equipamentos	(2.713)	-	(2.713)	-
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	**(1.618)**	**(529)**	**(1.737)**	**(564)**
Os pagamentos de arrendamentos totalizaram	**(7.039)**	**(2.416)**	**(7.504)**	**(2.648)**

16. Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	4.883	4.813	6.261	5.742
Fornecedores internacionais	-	-	265	211
Fornecedores intercompany (nota 19)	907	1.548	-	-
	5.790	6.361	6.526	5.953

17. Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Moeda	Natureza	Taxa (ao mês)	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Real	Leasing	1,24%-1,71%	196	720	196	720
Real	BRDE	4% - 7%	815	1.037	1.645	1.911
Real	Recuperação Extrajudicial	CDI - 0,99%	20.904	23.191	40.238	44.458
Real	(-) Ajuste a valor presente		(626)	(822)	(616)	(1.132)
			21.289	24.126	41.463	45.958
Passivo circulante			4.321	2.877	8.349	4.862
Passivo não circulante			16.968	21.249	33.114	41.096

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante se dará da seguinte forma:

31/12/2023	Controladora	Consolidado
2025	4.502	8.527
2026	4.418	8.444
2027	4.198	8.224
2028	3.850	7.919
	16.968	33.114

31/12/2022	Controladora	Consolidado
2024	4.530	8.556
2025	4.502	8.527
2026	4.418	8.444
2027	4.345	8.371
2028	3.454	7.198
	21.249	41.096

a) Reestruturação financeira e alongamento das dívidas

A reestruturação financeira aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia (Ata no 138 de 23 de fevereiro de 2022) tem como estratégia buscar o equilíbrio entre o fluxo de investimento e o fluxo operacional, essencialmente pelo alongamento da dívida (empréstimos e financiamentos). As diretrizes para alavancar o sucesso desta reestruturação estão suportadas por diversos aspectos, dentre os quais, destacamos os seguintes: **(a)** receita recorrente estável e em expansão com o cronograma de implantação; **(b)** novos negócios atrelados a novos projetos e extensão de contratos vigentes; **(c)** relação dívida x (geração de caixa operacional) aderente a práticas de mercado; **(d)** possibilidade de sindicalização da dívida; **(e)** renegociação individual/coletiva para alongamento da dívida; e **(f)** alternativa de capital próprio.

O processo foi estruturado em etapas, iniciando com as conversas da Administração junto as instituições financeiras, apoio de consultorias especializadas contratada, bem como as tratativas para melhorias de estrutura de capital de curto prazo até a adesão dos credores e homologação da recuperação extrajudicial com valores revisados por perito judicial e outorgado pelo juiz. A Companhia entrou com o pedido em 28 de abril de 2022 e teve seu pedido aceito pelo judiciário em 2 de maio de 2022. O Plano foi homologado em 5 de dezembro de 2022 conforme Autos no 0003055-96.2022.8.16.0185 com aprovação de 91,8% de todos os credores participantes da Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. e sua controlada Vsis Indústria e Comércio S.A.. O pagamento de juros e amortizações relativos a esses credores ficaram suspensos entre a data do pedido e 30 de novembro de 2022.

As condições do Plano homologado são lineares para todos os credores, considera novo prazo de 66 parcelas, carência de seis meses para pagamento do principal, sendo a primeira parcela em julho de 2023, e taxa de juros de CDI ou 0,99%. Os pagamentos foram realizados conforme cronograma até 31 de dezembro de 2023.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

i) Movimentação patrimonial (controladora):

Produto	Saldo em 01/01/2023	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2023
Leasing	720	-	(474)	(36)	(14)	196
Conta garantida	-	-	-	(21)	21	-
BRDE	1.037	-	(222)	(65)	65	815
Recuperação Extrajudicial	23.191	-	(2.185)	(2.893)	2.791	20.904
(-) Ajuste a valor presente	(822)	-	-	196	-	(626)
	24.126	-	(2.881)	(2.819)	2.863	21.289

Produto	Saldo em 01/01/2022	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Reclassificação Recuperação Extrajudicial	Saldo em 31/12/2022
Leasing	660	-	(79)	(43)	181	-	719
Capital de Giro	1.567	-	-	-	(96)	(1.470)	1
Conta garantida	2.020	-	(173)	(642)	662	(1.867)	-
Saldo negativo conta corrente	2.221	157	(1.685)	(712)	627	(608)	-
CCB	21.724	985	(5.146)	(824)	1.065	(17.804)	-
Cartão BNDES	359	-	(10)	-	13	(362)	-
BRDE	2.307	-	(339)	(124)	172	(978)	1.038
Recuperação Extrajudicial	-	-	-	(193)	294	23.089	23.190
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(822)	(822)
	30.858	1.142	(7.432)	(2.538)	2.918	(822)	24.126

ii) Movimentação patrimonial (consolidado):

Produto	Saldo em 01/01/2023	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2023
Leasing	720	-	(474)	(36)	(14)	196
Conta garantida	-	-	-	(21)	21	-
BRDE	1.037	-	(222)	(65)	65	815
Recuperação Extrajudicial	23.191	-	(2.185)	(2.893)	2.791	20.904
(-) Ajuste a valor presente	(822)	-	-	196	-	(626)
	24.126	-	(2.881)	(2.819)	2.863	21.289

Produto	Saldo em 01/01/2022	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Reclassificação Recuperação Extrajudicial	Saldo em 31/12/2022
Empréstimos com pessoas não ligadas	3.312	-	(504)	(113)	188	-	2.883
Leasing	660	-	(79)	(43)	182	-	720
Capital de Giro	13.055	-	(577)	(208)	791	(1.470)	11.591
Conta garantida	2.020	-	(173)	(642)	662	(1.867)	-
Saldo negativo conta corrente	2.221	157	(1.685)	(712)	627	(608)	-
CCB	28.567	985	(5.983)	(891)	1.920	(17.804)	6.794
Cartão BNDES	359	-	(10)	-	13	(362)	-
Debêntures	3.911	-	(4.050)	-	139	-	-
BRDE	3.173	-	(397)	(230)	344	(978)	1.912
Recuperação Extrajudicial	-	-	-	(432)	533	23.089	23.190
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(1.132)	(1.132)
	57.278	1.142	(13.458)	(3.271)	5.399	(1.132)	45.958

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais desses empréstimos e financiamentos e do plano de reestruturação da dívida.

Compromissos ("*covenants*")

Os contratos de empréstimos, firmados com as respectivas instituições financeiras, não possuem cláusulas contratuais restritivas relacionadas aos *covenants*.

Em 22 de abril de 2022, houve o Distrato da Escritura de Emissão de Debêntures e, na mesma data, conforme Assembleia Geral de Debenturistas, houve a conversão das debêntures na Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A em 693.214 ações, ao valor de R$ 4.050, conforme Boletim de Subscrição e 27ª Assembleia Geral Extraordinária.

O atingimento de metas vinculadas ao Ebitda e orçamento foram mantidos e estas metas estavam em consonância ao estabelecido no contrato para 31 de dezembro de 2022 conforme a proporcionalidade.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, existiam garantias dadas para os contratos de empréstimos e financiamentos relacionados **à**s operações de arrendamento mercantil (alienação fiduciária) e aval dos sócios.

Para os valores da dívida que compõem a recuperação extrajudicial, a manutenção do Plano homologado está atrelada ao adimplemento das obrigações assumidas. Caso o Plano não seja cumprido, as dívidas e coobrigados voltam as condições originais.

18. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

O saldo é composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários	1.449	1.254	2.593	1.826
Pró-labore a pagar	58	78	58	78
Encargos sociais	796	384	1.146	555
Provisão de férias e 13º Salário	1.629	1.327	2.486	1.935
Outros	107	6	111	10
	4.039	3.049	6.394	4.404

19. Partes relacionadas

i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possuía saldos ou transações com partes relacionadas. Essas transações foram realizadas de acordo com os termos e as condições celebrados entre as partes, levando em consideração a estrutura de custos e o fluxo de caixa das empresas do Grupo como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não integrantes do Grupo.

Controladora	Compra		Venda		Ativos		Passivos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
VSIS Indústria e Comércio S.A (i)	3.093	5.014	18	58	644	-	-	-
Créditos e débitos com parceiros em consórcios e SCP's (ii)	-	-	-	-	276	276	1.525	1.525
Adiantamento de dividendos (iii)	-	-	-	-	3.673	1.512	-	-
V.Tech Tecnologia e Sistemas Ltda. (iv)	-	8	-	-	109	-	-	-
Créditos com controlada (v)	-	-	-	-	3.987	1.676	-	-
Velsis Participações S.A. (vi)	-	-	-	-	9.554	3.310	-	-
Dividendos antecipados de Controlada (ix)	-	-	-	-	1.600	1.600	-	-
Venda de ativo imobilizado a receber (vii)	-	-	-	-	128	1.278	-	-
Subtotal	3.093	5.021	18	58	19.971	9.652	1.525	1.525
Créditos e débitos com consórcios (viii) (nota 11)	-	-	-	-	12.637	30.425	8.791	21.000
Total geral	3.093	5.021	18	58	32.608	40.077	10.316	22.525

Consolidado	Compra		Venda		Ativos		Passivos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Velsis Participações S.A. (v)	-	-	-	-	9.449	3.226	-	-
Créditos e débitos com parceiros em consórcios e SCP's (ii)	-	-	-	-	381	359	1.525	1.525
Adiantamento de dividendos (iii)	-	-	-	-	3.673	1.512	-	-
Venda de ativo imobilizado a receber (vi)	-	-	-	-	128	1.278	-	-
Subtotal	-	-	-	-	13.631	6.376	1.525	1.525
Créditos e débitos com consórcios (vii) (nota 11)	-	-	-	-	12.637	30.425	10.437	21.000
Total geral	-	-	-	-	26.268	36.801	11.962	22.525

(i) Operações de compra e venda de mercadoria, locação de equipamentos e reembolso de despesas;
(ii) Valores referentes aos créditos e débitos provenientes de operações e reembolsos de despesas junto aos parceiros em consórcios e SCPs;
(iii) Valores referentes às antecipações efetuadas aos sócios das SCPs e empresas ligadas;
(iv) Este valor junto a V. Tech Tecnologia e Sistemas Ltda trata-se de transferência de conta corrente para pagamento de despesas de abertura da Sociedade;
(v) Valores decorrentes de despesas compartilhadas entre a Velsis e a controlada VSIS, conforme contrato firmado entre as partes;
(vi) O montante a receber da Velsis Participações S.A refere-se a mútuo junto a esta Companhia para o qual estamos buscando alternativa econômico-financeira para liquidação;
(vii) A Companhia efetuou a venda de equipamentos eletrônicos para empresas que participam de consórcio em conjunto definidas em condições contratuais;
(viii) Participação em operações de consórcios, conforme Nota Explicativa no 11; e
(ix) Valor referente a antecipação feita pela controlada VSIS Indústria e Comércio S.A.

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a título de benefícios mais impostos de curto prazo foram de R$ 1.193 (R$1.624 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

20. Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais ou processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2023, com base em informações de seus assessores jurídicos, foi constituída uma provisão no montante de R$ 2.398. A variação expressiva do ano anterior deve-se a alteração da classificação de um processo cível de possível para provável ao longo do exercício de 2023. O saldo de depósito judicial vinculado as ações em andamento totalizam R$ 532 (R$ 1.577 para 2022). Em 2024 ocorreram andamentos em processos provisionados, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 31 – Eventos subsequentes.

Adicionalmente, a Companhia é ré em outras ações substancialmente cíveis cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião dos assessores jurídicos, no montante total de R$ 2.241 (R$ 2.849 em 31 de dezembro de 2022).

Com a homologação do Plano de recuperação extrajudicial em 2022 (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos) e, considerando o início dos pagamentos em julho de 2023, os assessores jurídicos classificaram como perda possível em 31 de dezembro 2023 o montante de R$ 7.389 (em 31 de dezembro de 2022, o valor da perda possível correspondia ao total da dívida, ou seja, R$ 23.191 na controladora e R$ 44.458 no consolidado, uma vez que a matéria estava atrelada ao adimplemento das obrigações assumidas no Plano.

21. Patrimônio líquido

i) Capital social

O Capital Social da Companhia é de R$ 42.565 (R$ 42.565 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 13.864.268 (13.864.268 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas por Velsis Participações S/A. mencionar conversão de debentures. Em 22 de abril de 2022, houve o Distrato da Escritura de Emissão de Debêntures e, na mesma data, conforme Assembleia Geral de Debenturistas, houve a conversão das debêntures na Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. em 693.214 ações, ao valor de R$ 4.050, conforme Boletim de Subscrição e 27ª assembleia geral extraordinária.

ii) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei no 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em razão do lucro do exercício foi constituída reserva legal para 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 511 (R$ 407 em 31 de dezembro de 2022).

iii) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido da Companhia. Os dividendos a pagar são normalmente destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Em função do lucro do exercício, destacou a alocação do montante de R$ 2.428 em reserva especial de dividendo mínimo obrigatório conforme Art. n.º 202, §4ºe § 5º da Lei n.º 6.404/76 e a aprovação ocorrerá na próxima Assembleia Geral Ordinária. Em relação à distribuição de lucros referentes ao exercício social de 2022, os acionistas deliberaram na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de maio de 2023 pela efetiva distribuição global do montante de R$ 2.000.

iv) Reserva de retenção de lucros

Os acionistas deliberaram na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2023 pela constituição de uma Reserva Legal especial, na qual ficou alocado o valor a ser distribuídos a título de dividendos obrigatórios (25% do resultado líquido do exercício de 2022). Todavia, considerando o cenário econômico-financeiro da Companhia, os acionistas deliberaram na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de maio de 2023 pela efetiva distribuição no montante de R$2.000, alocada na referida conta, conforme abaixo demostrado.

22. Receita operacional líquida

A receita líquida da Companhia e suas controladas possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno				
Venda de produtos	18	27.440	70	28.031
Prestação de serviços	102.136	89.519	104.813	90.294
Locação	11.999	4.285	28.327	21.039
Mercado externo				
Venda de produtos	2.992,00	-	29.577	5.893
Receita operacional bruta	**117.145**	**121.244**	**162.787**	**145.257**
(-) Deduções				
(-) Deduções da receita	(14.649)	(17.426)	(17.111)	(19.444)
	102.496	103.818	145.676	125.813

23. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos produtos vendidos	931	5.980	7.002	6.592
Salários e encargos sociais	11.715	10.807	15.582	13.919
Prestação de serviços	25.467	28.509	17.552	23.128
Infraestrutura	6.026	5.531	6.444	5.714
Gastos gerais	8.509	4.220	9.713	6.713
Depreciação e amortização	13.250	7.089	26.881	20.249
	65.898	62.136	83.174	76.315

24. Despesas administrativas

As despesas administrativas da Companhia e suas controladas possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesa com pessoal e encargos	4.084	3.001	6.507	4.811
Despesa com serviços de terceiros	2.463	6.407	5.877	8.301
Despesas gerais	1.823	1.045	1.903	1.061
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	2.586	1.584
Despesas comerciais	2.680	3.070	3.808	3.432
Despesas da Administração	1.193	1.624	1.193	1.624
Depreciação e amortização	1.029	877	1.652	1.044
	13.272	16.024	23.526	21.857

25. Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas da Companhia e suas controladas possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado no encerramento de operação (i)	(2.655)	(1.415)	(3.708)	(1.415)
Avaliação a valor justo ativo imobilizado (ii)	-	1.005	-	1.005
Ganho (Perda) na alienação de ativo imobilizado	-	-	182	-
Perda com recebíveis	(682)	(119)	(685)	(142)
Crédito tributário sobre arrendamento	350	-	385	-
Custo baixa ativo imobilizado por desmobilização	(2)	(5)	(455)	(200)
Recuperação de despesas	423	716	509	763
Créditos extermporâneos de impostos (iii)	272	399	272	434
Despesas com Contingências (iv)	(2.820)	(1.832)	(2.820)	(1.832)
Outras	496	(681)	367	(692)
	(4.618)	(1.932)	(5.953)	(2.079)

(i) Trata-se dos saldos remanescentes de operações com parceiros que foram encerradas ao longo do exercício, tais como consórcio SVS, Aracaju e Limeira Segura;
(ii) Refere-se ao valor justo decorrente da avaliação de ativo imobilizado adquirido de terceiros e suportado por laudo independente;
(iii) Os créditos extemporâneos referem-se exclusivamente a créditos de Pis e Cofins provenientes, basicamente, de prestação de serviços e aquisição de materiais vinculados diretamente as operações da Companhia; e
(iv) Em 2023 houve o registro de provisão para contingência cível (vide NE 20 – Contingências); já para 2022, o saldo refere-se à contingência fiscal decorrente da homologação do Parcelamento Administrativo de Débitos (Decreto nº 25.344/2014, art. 19, §1º, I) para regularização dos débitos fiscais de ISS junto ao município de Salvador.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	1.879	101	2.227	107
Descontos obtidos	189	152	239	264
Juros ativos	71	228	104	257
Variações cambiais ativas	11	1	128	135
Outras receitas	907	262	2.538	4.762
	3.057	744	5.237	5.525
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.863)	(2.918)	(5.487)	(5.399)
Despesas bancárias	(121)	(161)	(213)	(216)
Juros sobre arrendamentos	(1.618)	(529)	(1.737)	(564)
Variações cambiais passivas	(5)	(125)	(1.009)	(265)
Juros passivos	(120)	(1.004)	(134)	(1.518)
Descontos concedidos	(17)	(1.152)	(19)	(1.353)
Juros e encargos sobre parcelamentos tributários	(5.335)	(3.996)	(7.461)	(5.041)
Outras despesas	(1.879)	(4.719)	(4.016)	(5.029)
	(11.958)	(14.602)	(20.074)	(19.386)
	(8.901)	(13.857)	(14.837)	(13.861)

27. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

28. Cobertura dos seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais refere-se ao seguro de veículos com cobertura contra os riscos de incêndio, colisão e roubo, assegurado pelo valor de mercado.

29. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado básico por ação				
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	10.223	8.139	10.223	8.139
Por ação ordinária	10.223	8.139	10.223	8.139
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	13.864	13.864	13.864	13.864
	13.864	13.864	13.864	13.864
Resultado básico:				
Por ação ordinária	0,7374	0,5870	0,7374	0,5870

30. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim sumariados:

continua na próxima página ---->

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Total dos empréstimos	41.463	45.958
Caixa e equivalentes de caixa (-)	(27.233)	(26.291)
Dívida líquida	14.230	19.667
Total do patrimônio líquido	65.804	55.316
Total do capital	80.034	74.983
Índice de alavancagem financeira - %	18%	26%

A melhora no índice de alavancagem do período atual deve-se a principalmente a dois fatores: **(i)** homologação do reperfilamento da dívida (Nota Explicativa no 17 – Empréstimos e financiamentos) em 2022 e **(ii)** o aumento do faturamento com a realização dos recebíveis, junto a melhor administração do caixa em 2023.

31. Eventos subsequentes

(i) Programa de Autorregularização

Em 8 de março de 2024, a Companhia e sua controlada Vsis homologaram a adesão ao programa da autorregularização junto a Receita Federal do Brasil conforme mencionado na nota explicativa 8 – Impostos. O montante do débito atualizado totaliza R$ 7.904 e deduzidos da multa e juros restam R$ 6.378, dos quais, R$ 4.932 na Controladora e R$ 1.446 na controlada Vsis. Após a compensação na proporção de 50% através de prejuízo fiscal previsto no programa, o saldo remanescente de R$ 3.189, dos quais R$ 2.466 da Controladora e R$ 723 da controlada Vsis, será quitado em 24 parcelas, com a primeira foi paga em 7 de março de 2024. A compensação dos valores registrados nas respectivas contas de impostos a recuperar ocorrerá na mesma proporção dos pagamentos efetuados. A redução integral de juros e multa serão efetivados após a homologação.

(ii) Evolução de contingências

Em fevereiro e março de 2024, foram publicadas decisões do STJ negando provimento aos recursos manejados pela Velsis referente à execução do título extrajudicial 2019.10500474 da 5ª Vara Cível de Aracaju movida pela Sales. Em 6 de março de 2024 foi proferida a decisão determinando que a Velsis efetue o pagamento do valor de R$ 1.869 e R$ 224 de honorários advocatícios. Em 18 de março de 2024 as partes estão em tratativas de acordo para pagamento do débito em três parcelas e com desconto de 20%. Esta contingência foi estimada pelos assessores jurídicos e provisionada em 31 de dezembro de 2023 pelo montante de R$ 1.700, conforme divulgado na Nota Explicativa no 20 – Provisão para Contingências.

Em 13 de março de 2024 foi deferido o parcelamento do débito decorrente de multa aplicada ao Consórcio LAV (do qual a Velsis não faz mais parte), referente ao Contrato TT-121/2015-00 - Lote 09 – PIAF , nos autos de processo administrativo nº 50600.022756/2018-56. O valor será pago integralmente pela empresa líder, sem qualquer impacto para a Velsis. A provisão no montante de R$ 698 foi constituída em dezembro de 2023 considerando avaliação dos assessores jurídicos internos (Nota Explicativa nº 20 – Provisão para Contingências).

(iii) Contas a receber

Em 19 de fevereiro de 2024 foi protocolado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas pedido de expedição de precatório (processo nº 0733745-66.2018.8.02.0001) no valor de R$ 6.786, atualizado até janeiro de 2024, líquido dos honorários advocatícios, decorrente dos recebíveis de direito da controladora junto a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – SMTT, conforme divulgado na Nota Explicativa no 6 - Contas a receber.

* * *

GUILHERME GUIMARÃES ARAÚJO
Diretor Presidente

ARTHUR SÁ DE VILLEMOR NEGRI
Diretor Executivo

LUIZ CARLOS VALLE RAMOS
Diretor Financeiro

DANIELLA WOLFF CORDEIRO STINGLIN
Gerente Contábil e Fiscal

VALDIR JOSÉ MUNHOZ DE OLIVEIRA
Contador
CRC/ PR 034.807-O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e acionistas da **Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A.** Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR-049.038/O-9

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Segunda Alteração do Edital do Pregão Eletrônico 006/2024

Objeto: Registro de preços objetivando a eventual aquisição de ração para os animais do Centro de Acolhimento e Tratamento Animal (CATA), Lei Municipal nº 2132/2017 – Com itens de Ampla Concorrência, Cota Reservada e Cota Exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

1.Ficam alterados os descritivos de todos os itens constantes no item 1.2 do edital e do Termo de Referência.

2.As alterações estarão disponíveis aos interessados no site do Compras Governa-mentais endereço eletrônico https://www.comprasnet.gov.br e no site oficial do município de Dois Vizinhos, endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br.

3.A nova data para a abertura da sessão pública será dia 16/4/2024 as 8h15m.

4.Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 2 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Retificação do Edital do Pregão Eletrônico 008/2024

Objeto: Registro de preços, objetivando a eventual aquisição de medicamentos para atender as demandas judiciais da Farmácia Municipal de Dois Vizinhos.

1. Em virtude da falta de publicação nos órgãos oficiais, fica alterado a data para abertura do certame.
2. A nova Data e Horário de Abertura dos Envelopes será a do dia 22 de abril de 2024 às 9 horas 00 minutos.
3. Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 2 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

Objeto: Registro de Preços objetivando a eventual aquisição de materiais elétricos para a manutenção dos próprios públicos – Com cota reservada para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Ampla Concorrência.
Local: Dois Vizinhos/PR
Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR
Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 6
Tipo: Edital de Pregão Eletrônico
Data de início de recebimento de propostas: 3/4/2024
Data fim de recebimento de propostas: 17/4/2024 08h15min (horário de Brasília)
Fonte: Compras.gov.br
O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.
Dois Vizinhos, 02 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO E OUTROS, NA ESTRADA DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DOS POLONESES, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 952158/2023/MIDR/CAIXA.
Local: Dois Vizinhos/PR
Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR
Modalidade da contratação: Concorrência
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, inciso II.
Tipo: Concorrência Eletrônica
Data de início de recebimento de propostas: 3/4/2024
Data fim de recebimento de propostas: 18/4/2024 10h30min (horário de Brasília)
Fonte: Compras.gov.br
O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.
Dois Vizinhos, 2 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA ESTADO PARANÁ

TERMO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE PROMOVA SHOWS COM O CANTOR EDUARDO COSTA PARA AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 64º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA-PR.

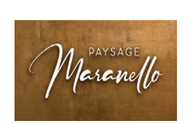
A Agente de Contratação juntamente com a equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Sapopema torna pública a Inexigibilidade de Licitação, na forma do artigo Artigo 74 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal Nºs 57/2024 e 58/2023. **ADJUDICADA-EMPRESA:** EC13 PRODUÇÕES LTDA**, CNPJ:** 07.694.286/0001-00**. VALOR:** R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). **CONTRATO:** Nº 48/2024**. VIGÊNCIA:** Até 30 de setembro de 2024. **Paulo Maximiano de Souza Junior-Prefeito Municipal.** Sapopema, 02 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024

Objeto: Aquisição de máquinas com recursos do Convênio nº 942133/2023, firmado com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.
Local: Dois Vizinhos/PR
Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR
Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico
Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 6
Tipo: Edital de Pregão Eletrônico
Data de início de recebimento de propostas: 3/4/2024
Data fim de recebimento de propostas: 17/4/2024
08h15min (horário de Brasília)
Fonte: Compras.gov.br
O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.
Dois Vizinhos, 02 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito



CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CONDOMÍNIO PAYSAGE MARANELLO

Na qualidade de Incorporadora e Construtora do "**CONDOMÍNIO PAYSAGE MARANELLO**", a ESCORSIN KLOSS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e SMM KLOSS EMPREENDIMENTOS LTDA., vem através desse edital e comunicado, CONVOCAR o(a)(s) senhor(es)(as) condômino(s) a participar(em) da Assembleia Geral Ordinária de Entrega e Implantação do Condomínio, que ocorrerá de forma REMOTA (*on-line)*, no dia **17 de abril de 2024** em **primeira convocação às 18h30min** com a participação de 50% (cinquenta por cento) dos condôminos ou às **19h00 em segunda convocação** com qualquer número de condôminos, através da plataforma online **Zoom**, com acesso pelo link:
https://us02web.zoom.us/j/84345271024?pwd=RzJ4RnBYbGtjZ2VlOGEvTldkT1JmQT09
ID **843 4527 1024** e senha de acesso **668600** para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. *Entrega das Obras das Áreas Comuns do Condomínio*
2. *Eleição do Síndico*
3. *Eleição do Conselho Consultivo Fiscal*
4. *Deliberação e Aprovação de Remuneração do Síndico*
5. *Aprovação de Previsão Orçamentária para fixação da taxa de condomínio;*
6. *Aprovação da data de vencimento da taxa de condomínio*
7. *Eleição da Administradora de Condomínio e Remuneração dos Serviços*
8. *Eleição da Comissão de Obras*

O condômino poderá ser representado por procuradores com fins específicos, sendo que, se o instrumento de procuração for particular, e por assinatura física, deverá ter reconhecida a firma do outorgante, e se for por assinatura digital, deverá ser por certificado reconhecido pelo Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital ICP-Brasil. A procuração deve ser encaminhada antecipadamente até o início da Assembleia no seguinte endereço eletrônico: sac@pasyage.com.br.

O condômino interessado em se candidatar para Síndico ou para Conselheiro, deverá manifestar sua intenção até 02 (dois) dias antes da Assembleia, informando o nome completo e a unidade que é proprietário, encaminhando a candidatura para o sac@paysage.com.br

É muito importante a sua participação, não só pela relevância dos assuntos que serão tratados, mas também porque as decisões tomadas deverão ser cumpridas por todos, até mesmo por aqueles que não participarem da assembleia.

Aos condôminos que tiverem dúvidas, deverão entrar em contato pelo sac@paysage.com.br

Contamos com sua presença.

Curitiba, 01 de abril de 2024

ESCORSIN KLOSS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
SMM KLOSS EMPREENDIMENTOS LTDA.

 www.paysage.com.br  /paysage.empreendimentos

BANCO SENFF S.A.

CNPJ 11.970.623/0001-03 - CURITIBA - PARANÁ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Banco Senff -Empresas - Uma das principais estratégias adotadas foi a ampliação da força de vendas por meio do canal de distribuição e originação de negócios através de "Escritórios Parceiros", devidamente certificados como Correspondentes Bancários. Este canal, que representa 40% das originações e liberações de crédito, complementou os esforços de nosso time próprio de Gerentes Comerciais Pessoa Jurídica, especialistas e certificados nas regulamentações da ANBIMA, responsáveis pelos restantes 60%. Além disso, como parte de nossa estratégia de diversificação de produtos e serviços, introduzimos novas linhas de crédito, incluindo as linhas de FGI do BNDES e Antecipação de Fornecedores, entre outras. Essas iniciativas contribuíram para um aumento significativo em nossa carteira de crédito Pessoa Jurídica, que fechou o exercício de 2023 em R$252 milhões, representando 83% de nossa carteira própria.
Também demos passos significativos em direção às práticas de responsabilidade social e ambiental, incorporando questionários sociais, ambientais e climáticos em todas as nossas análises de crédito para garantir que nossas operações estejam alinhadas com nossas políticas ESG. Além disso, mantivemos um rígido controle de riscos e uma governança eficaz, com todas as operações passando por análises e comitês de crédito liderados por diretores e executivos do Grupo Senff. Para 2024, estamos focados em expandir ainda mais nossa carteira de crédito, concentrando-nos em linhas com garantias sólidas e agregando valor aos nossos clientes e parceiros comerciais. Com um olhar para o futuro, continuaremos a apoiar projetos que impulsionem o crescimento econômico do país, contribuindo para a criação de empregos e o aumento da renda. Em suma, 2023 foi um ano marcante para o Banco Senff, e estamos ansiosos para continuar nossa jornada de sucesso e crescimento sustentável em 2024 e além. **Desenvolvimento humano -** Em 2023, o Grupo Senff avançou nas melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, concluindo 67% das iniciativas planejadas, mantendo um cronograma para finalizar os 33% restantes em 2024. Além disso, o Grupo Senff continuou seu apoio a instituições sociais, impactando mais de 4.000 pessoas em situação de vulnerabilidade através de parcerias com organizações como "Gerando Falcões" e "Raiz Nova". No aspecto ambiental, o Grupo Senff reduziu seus resíduos em 11% após a implementação da coleta seletiva e recebeu o Selo Clima Paraná Categoria A por seus esforços na redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, iniciou o apoio ao projeto Tampinha Solidária e Tampinhas Legais, contribuindo para ações sociais e ambientais. Em termos sociais, o Grupo Senff impactou mais de 3.000 famílias por meio de campanhas de doações, programas de voluntariado e projetos educacionais, como o "Senffer Coletividade" e o projeto "Aprendiz Sombra", visando a capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho. Além disso, o Grupo Senff fortaleceu sua governança corporativa, implementando políticas internas alinhadas com sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR-SAC), e promovendo treinamentos para colaboradores, resultando em um aumento de 40% no número de colaboradores capacitados. Por fim, em 2023, o Grupo Senff celebrou a conquista do 3º Selo Great Place to Work, destacando seu compromisso contínuo em proporcionar um ambiente de trabalho excepcional. Essas iniciativas refletem o compromisso do Grupo Senff em promover o desenvolvimento sustentável e contribuir positivamente para a sociedade e o meio ambiente. **Conta Corrente** - Em dezembro de 2023, atingimos um marco significativo com a abertura de 290 mil contas correntes para pessoas físicas. Essas contas proporcionam aos nossos clientes a conveniência de realizar transações através do nosso aplicativo, com facilidade e segurança, incluindo serviços como Pix, recarga de celular, pagamento de contas e muito mais. Além disso, nossos clientes têm acesso a facilidades como cheque especial e cartão de crédito, ampliando ainda mais suas opções de uso e benefícios. Estamos comprometidos em oferecer soluções financeiras inovadoras e acessíveis para atender às necessidades de nossos clientes e proporcionar-lhes uma experiência bancária completa e satisfatória. **Inovação** - É com entusiasmo que anunciamos o lançamento de uma nova funcionalidade para nossos clientes: a opção de INVESTIMENTOS diretamente em nosso aplicativo. A partir de agora, os clientes têm a conveniência de investir, consultar e resgatar suas aplicações de forma rápida e fácil, tudo através do aplicativo móvel. Esta nova opção foi lançada em fevereiro de 2024, e representa mais um passo em nosso compromisso de oferecer soluções financeiras acessíveis e inovadoras para nossos clientes. Estamos confiantes de que essa adição proporcionará ainda mais praticidade e comodidade aos nossos usuários, permitindo-lhes gerenciar seus investimentos de forma eficiente e acompanhar seu progresso financeiro a qualquer momento e em qualquer lugar. **Agradecimentos -** À medida que concluímos este relatório da administração para as demonstrações financeiras, gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão a todos os envolvidos em tornar possível mais um ano de conquistas e crescimento. Em nome da administração, gostaríamos de estender nossos sinceros agradecimentos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros por sua confiança contínua e apoio ao longo do último período fiscal. Este relatório reflete não apenas nossas realizações financeiras, mas também o compromisso inabalável do Banco com a transparência, integridade e excelência em todas as áreas de nossa operação. À medida que enfrentamos desafios e celebramos triunfos, reiteramos nosso compromisso em manter os mais altos padrões de governança corporativa e práticas empresariais éticas em tudo o que fazemos.

Curitiba, 28 de março de 2024.
Leopoldo de Paula Senff
Presidente

Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Disponibilidade			
Disponibilidades	4	72.210	28.410
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	10.278
Ralações Interfinanceiras	5	64.125	29.277
Títulos e Valores Mobiliários	6	71.217	-
Operações de Crédito			
Operações de crédito	7	327.331	253.704
(-) Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(26.825)	(13.708)
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições			
Ativo fiscal corrente e diferido	8	20.373	12.907
Outros créditos			
Pagamentos a ressarcir	9	29.836	28.765
Devedores por depósitos em garantia		903	363
(-) Provisão para outros créditos		(987)	(192)
Devedores diversos		254	22
Ativo Permanente			
Intangível	11	10.001	7.757
Total Ativo		**568.438**	**357.583**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Depósitos			
Depósitos	12	386.079	200.621
Recursos de Aceite Cambial			
Recursos de aceite cambial	12	63.133	71.380
Outras Obrigações			
Fiscais e previdenciárias	13	5.028	471
Cobrança e arrec. de tributos e assemelhados	13	600	647
Outras contas a pagar	14	24.084	15.460
Provisões para contingências	14	836	1.245
Patrimônio Líquido		**88.678**	**67.759**
Capital social	15	76.000	50.000
Resevas legal		2.576	1.955
Reserva expansão		10.102	15.804
Total Passivo e Patrimônio líquido		**568.438**	**357.583**

(As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
(+) RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	15	**75.768**	**187.639**	**125.233**
Operações de Crédito		41.368	82.248	78.271
Rendas De Aplicações Interfinanceiras De Liquidez		8.199	13.542	4.417
Rendas De Prestação De Serviços		1.517	3.153	3.567
Outras Receitas Operacionais		24.684	88.696	38.978
(-) DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	16	**(49.053)**	**(100.893)**	**(72.964)**
(-) Despesas De Captação		(26.059)	(50.927)	(29.931)
(-) Desp. Com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(159)
(-) Aprovisionamentos E Ajustes Patrimoniais		(22.994)	(49.966)	(42.874)
(=) Resultado Bruto da intermediação financeiras		**26.715**	**86.746**	**52.269**
(+/-) RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	17	**(16.019)**	**(74.771)**	**(45.189)**
(-) Despesas Administrativas		(12.796)	(26.356)	(27.107)
(-) Outras Despesas Operacionais		(3.223)	(48.415)	(18.082)
(=) Resultado Operacional		**10.696**	**11.975**	**7.080**
Resultado Não Operacional	18	(14)	(33)	12
(=) Resultado antes da trib. s/lucro e participações		**10.682**	**11.942**	**7.092**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferido	19	**(2.463)**	**467**	**868**
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**8.219**	**12.409**	**7.960**
Lucro por Ação - em R$		0,12	0,18	0,16

(As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2023	31/12/2022
(=) Resultado Abrangente	-	-
Lucro/ (Prejuízo) Líquido	12.409	7.960
Outros Resultados Abrangentes	-	-

(As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2° Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
(=) Resultado Líquido		**8.219**	**12.409**	**7.960**
Ajustes ao Resultado do Exercício:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.494)	13.912	(5.137)
Contingências	19	456	(409)	732
Tributos diferidos		(1.371)	(7.466)	(1.832)
Lucro Líquido dos Exercícios Ajustados		**4.810**	**18.446**	**1.723**
Aplicações interfinanceiras de liquidez, TVM		(24.193)	(95.787)	331
Operações de crédito		(69.021)	(73.627)	(57.660)
Créditos Tributários Constituído		-	-	65
Pagamentos a ressarcir		(18.386)	(1.071)	(25.099)
Outros Créditos		1.023	(772)	(176)
Despesas Antecipadas		52	-	-
(Aumento) Redução em Ativos Operacionais:		**(110.525)**	**(171.257)**	**(82.539)**
Depósitos	11	88.729	185.458	124.674
Recursos de Aceites Cambiais	11	1.967	(8.247)	(13.283)
Outras Obrigações	18	17.416	13.134	6.674
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais:		**108.112**	**190.345**	**118.065**
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais		**2.397**	**37.534**	**37.249**
Aquisição/ Baixa Imobilizado de uso	10	-	-	1
Aquisição/ Baixa de Intangível	10	(1.062)	(2.244)	(7.757)
Juros sobre Capital Próprio		(1.000)	(2.000)	(1.500)
Integralização de Capital Social		6.000	10.510	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos		**3.938**	**6.266**	**(9.256)**
Disponibilidades líquidas geradas		**6.335**	**43.800**	**27.993**
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	4	**65.875**	**28.410**	**417**
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	4	**72.210**	**72.210**	**28.410**

(As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Aumento de capital	Reserva Legal	Reserva para Expansão	Lucros Acumulados	Total Geral
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**50.000**	**-**	**1.557**	**9.742**	**-**	**61.299**
Lucro líquido	-	-	-	-	7.960	**7.960**
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.500)	**(1.500)**
Proposta para reserva legal	-	-	398	-	(398)	-
Proposta para reserva para expansão	-	-	-	6.062	(6.062)	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**50.000**	**-**	**1.955**	**15.804**	**-**	**67.759**
Mutação do exercício	**-**	**-**	**398**	**6.062**	**-**	**6.460**
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**50.000**	**-**	**1.955**	**15.804**	**-**	**67.759**
Lucro líquido	-	-	-	-	12.409	**12.409**
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.000)	**(2.000)**
Proposta para reserva legal	-	-	621	-	(621)	-
Proposta para reserva para expansão	-	-	-	9.788	(9.788)	-
Aumento de capital com absorção de reserva	20.000	(4.510)	-	(15.490)		-
Aumento de capital com integralização	-	10.510	-	-	-	**10.510**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**70.000**	**6.000**	**2.576**	**10.103**	**-**	**88.678**
Mutação do exercício	**20.000**	**6.000**	**621**	**(5.701)**	**-**	**20.919**
Saldo em 30 de junho de 2023	**65.490**	**4.510**	**2.165**	**3.295**	**-**	**75.460**
Lucro líquido	-	-	-	-	8.219	**8.219**
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.000)	**(1.000)**
Proposta para reserva legal	-	-	411	-	(411)	-
Proposta para reserva para expansão	-	-	-	6.808	(6.808)	-
Aumento de capital	4.510	(4.510)	-	-	-	-
Aumento de capital com integralização	-	6.000	-	-	-	**6.000**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**70.000**	**6.000**	**2.576**	**10.103**	**-**	**88.678**
Mutação do semestre	**4.510**	**1.490**	**411**	**6.808**	**-**	**13.218**

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Senff S.A., constituído como sociedade anônima fechada e controlada pela família SENFF, é uma instituição financeira com sede na Avenida Senador Souza Naves, 1240, no bairro Cristo Rei em Curitiba, PR, registrado sob o CNPJ 11.970.623/0001-03. Fundado em 2010 como antiga Senff S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, o banco passou por uma mudança significativa em seu objeto social, tornando-se um banco múltiplo com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, sob a denominação Banco Senff S.A., aprovada pelo Banco Central em 2020.
As operações do Banco Senff S.A. são conduzidas em conjunto com outras instituições do Grupo Senff, incluindo Instituição de Pagamento, TI, Call-Center e Loja Virtual.
O banco atende clientes em diversas regiões do país e oferece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros, com foco em empréstimos, financiamentos, investimentos e, desde 2021, com ênfase na operação do produto Conta Corrente. Integrante de um Conglomerado prudencial, o Banco Senff faz parte do grupo liderado pela Senffnet Instituição de Pagamento Ltda., junto com o Fundo de Investimentos - Credifix. No primeiro semestre de 2023, o Banco Senff adquiriu cotas do Fundo de Investimentos.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis do Banco Senff S.A., aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 que respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

CPC – Pronunciamentos Contábeis (IFRS)	BACEN
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21

Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:
Resolução CMN nº 4.966: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 . Plano de implementação detalhado na NE 27.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
POLÍTICAS CONTÁBEIS
i. Estimativas Contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registros de estimativas contábeis. A administração do Banco Senff, utilizou julgamentos, estimativas e premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem apresentar diferenças das estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:
a) Avaliação de carteira de crédito, para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
b) Avaliação de contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões;
c) Estudos técnicos para realização de créditos tributários.
ii. Moeda Funcional - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional do Banco Senff. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma
iii. Caixa e equivalente de caixa – São representadas por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias, apresenta risco insignificante de mudança de valor justo.
iv. Título e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros derivativos - Os títulos e valores mobiliários detidos pelo Banco Senff, são registrados e avaliados de acordo com o disposto na Circular Bacen nº 3.068/01, conforme abaixo:
a) Títulos para negociação: Na categoria para negociação, são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado.
b) Títulos mantidos até o vencimento: Na categoria mantidos até o vencimento, são registrados os títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado.
c) Títulos disponíveis para venda: Na categoria disponíveis para venda, são registrados os títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
v. Outros ativos circulantes e não circulantes – Outros Ativos Circulante e Não Circulante estão demonstrados pelo valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.
vi. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros - Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:
a) Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
• Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e
• Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
b) Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
• Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/(despesas) são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
• Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.
vii. Imobilizado - Conforme previsto na Resolução nº 4.535, de 24/11/2016, do CMN, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades do Banco por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por impairment, quando aplicável. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais;

Item	Taxa Depreciação a.a.
Equipamentos de informática	20%
Instalações	10%
Móveis e Equipamentos de Uso	10%

Para os imobilizados adquiridos usados, a depreciação é calculada de acordo com o restante da vida útil, considerando para cálculo à primeira instalação para utilização.
viii. Intangível - São compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de software e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, como ágio ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a impairment anualmente. Ativos intangíveis sujeitos a amortização são avaliados ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

ix. Redução ao valor recuperável de ativo

a) Ativos Financeiros - O Banco revisa periodicamente seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, com o intuito de verificar se houve aumento significativo no risco de não recuperabilidade dos mesmos. O aumento no risco pode ser ocasionado pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida ao resultado.

b) Ativos Não Financeiros - No fim de cada exercício, o Banco revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

x. Operações de crédito – As operações de crédito, arrendamento mercantil, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculado "pro-rata-die" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59° dia de atraso.

xi. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – A provisão para operações de crédito é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

xii. Impostos e Contribuições – O Banco está sujeito aos seguintes impostos e contribuições, em conformidade com suas atividades operacionais:

Tributos	2023	2022
Imposto de Renda	15%	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%	10%
Contribuição Social (*)	20%	20% - 21%
PIS	1%	1%
COFINS	4%	4%

*Conforme medida provisória (MP) nº 115 o imposto de Contribuição Social para o 2º semestre de 2022 é de 21%.

a) As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada.

c) Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base.

d) Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

xiii. Ativo e Passivo Circulante e Não Circulantes – são Ativos (Disponibilidades, diretos, aplicação de recursos, saldos pagos antecipadamente) e/ou Passivos (obrigações, inclusive financiamentos para aquisição de diretos) avaliados na data do balanço com data de realização em até 12 meses da data das demonstrações contábeis são classificados como circulantes e acima de 12 meses são considerados não circulantes.

xiv. Outros passivos circulantes e não circulantes – Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao valor presente e classificados conforme prazo de liquidação.

xv. Depósitos a prazo, captações no mercado, recursos de aceites e emissão de títulos – Estão demonstrados pelo valor de captações realizadas junto a terceiros, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço e classificados conforme títulos negociados.

xvi. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela na Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Resolução BCB n° 9/2020, descritos abaixo:

a) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;

b) Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável a perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

c) Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

d) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições que, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

xvii. Apuração do resultado – As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência:

a) Receita de Operações de Crédito: para as operações de natureza financeira observando-se o critério "pro rata die". As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b) Receitas de Prestação de Serviços: são registradas conforme competência da origem da prestação de serviço.

c) Receitas de Tarifas: são apuradas conforme cobrança da utilização.

d) Despesa Administrativas: são registradas conforme competência da utilização dos serviços ou compras.

xviii. Lucro Por Ação - O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações pela média ponderada das ações em circulação em poder dos acionistas nas datas das demonstrações contábeis.

xix. Resultados não recorrentes - correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro.

4. Disponibilidades

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos - Conta Movimento	262	134
Reservas Livres	71.948	28.276
Total	**72.210**	**28.410**

Bancos Conta Movimento- Corresponde a saldos de caixa e depósitos bancários não vinculados, como a aplicações financeiras em certificados de despósitos bancários que, por serem imediatamente conversíveis em caixa e destinados a atender compromissos de caixa de curtissimo prazo, são considerados equivalentes a caixa.

Reservas Livres- Em Julho de 2022 o Banco Senff optou por utilizar depósitos Voluntário, como opção principal para aplicações de seus recursos diários, conforme Comunicado nº 38.288 de 03/02/2022 do Banco Central.

4.1 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicaçãoem Instituição Financeira	-	10.278
Total	**-**	**10.278**

Em 2023 o Banco realizou o resgate da aplicação.

5. Relações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Transações de Pagamentos	64.125	29.277
Total	**64.125**	**29.277**

Saldos a receber de empresas ligadas, referente aos repasses com vencimentos futuros dos estabelecimentos credenciados, que concretizaram a antecipação de recebíveis.

a. Provisão (Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)

A provisão para perdas foi constituída dentro dos limites julgados necessários para fazer face a possíveis perdas na realização dos ativos. Com base na Res. BACEN 2.682/99, o critério utilizado é o simplificado.

Descrição	31/12/2023	Após 360 dias	PCLD	Total	31/12/2022	Após 360 dias	PCLD	Total
Transações de Pagamento	66.170	-	(2.045)	64.125	29.424	-	(147)	29.277
Total	**66.170**	**-**	**(2.045)**	**64.125**	**29.424**	**-**	**(147)**	**29.277**

6. Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Cotas do fundo Credifix	71.016	-
Cotas em FGI	201	-
Total	**71.217**	**-**

(a) No primeiro semestre de 2023 foi adquirido cotas do Fundo de Investimentos - Credifix, registrando em títulos e valores mobiliários, os valores registrados no balanço refletem as valorizas ou desvalorizações do período.

6.1 Cotas Fundo Credifix

Descrição	Valores
Valor da Aquisição	65.000
Valorização em 2023	6.016
Saldo Atualizado em 31/12/2023	**71.016**

7. Operações de Crédito

Em conformidade com as resoluções 2.682/99 e 2.697/2000 do Conselho Monetário Nacional, Carta Circulares 2.903/2000 e 2.899/2000 do Banco Central do Brasil. A carteira foi classificada conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Tipo de Renda	31/12/2023 Até 360 dias	Após 360 dias	PCLD	31/12/2022 Até 360 dias	Após 360 dias	PCLD
101	Empréstimo	15	922	(910)	66	-	(48)
202	Empréstimo	12.344	30.215	(1.936)	23.574	9.963	(1.816)
203	Empréstimo	10.463	3.894	(2.892)	4.366	18.379	(1.715)
204	Empréstimo	4.798	10.323	(6.305)	8.790	467	(2.168)
210	Empréstimo	2.319	351	(95)	337	12.558	(111)
211	Empréstimo	12.329	26.977	(1.079)	8.092	2.891	(107)
213	Empréstimo	3.635	422	(255)	-	2.245	-
214	Empréstimo	-	-	-	237	3.813	(133)
215	Empréstimo	3.702	592	(369)	4	-	(33)
216	Empréstimo	48.707	79.401	(2.829)	58.789	28.720	(1.600)
299	Empréstimo	10.238	7.074	(6.688)	3.632	7.275	(2.585)
401	Financiamento	5.434	9.643	(527)	7.398	3.298	(149)
402	Financiamento	25.586	10.340	(2.896)	9.232	37.689	(3.207)
405	Financiamento	219	-	(7)	187	622	(26)
499	Financiamento	1	-	-	-	-	-
702	Financiamento	6.975	412	(37)	-	1.080	(10)
Total		**146.765**	**180.566**	**(26.825)**	**124.704**	**129.000**	**(13.708)**

Conforme estratégia operacional da instituição algumas carteiras podem ser cedidas, tal operação é realizada pelo valor das operações atualizadas até a data de venda acrescidas de juros futuros e com cessão total de diretos e sem retenção de risco, conforme negociação firmada na respectiva operação. Após cessão os contratos são liquidados e as provisões são revertidas.

7.a A carteira está classificada em Ativo Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	146.765	124.704
Não circulante	180.566	129.000
Total	**327.331**	**253.704**

7.b Classificação por Tipo de Renda

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos	58.610	59.505
Emprestimos E Titulos Descontados	268.721	194.199
Total	327.331	253.704

7.c Concentração de Carteira

Descrição	31/12/2023	Carteira	31/12/2022	Carteira
20 Maiores	120.860	36%	88.337	35%
50 Maiores Seguintes	64.036	20%	28.876	11%
Demais	142.435	44%	136.491	54%
Total	**327.331**	**100%**	**253.704**	**100%**

7.d Vencimento e Provisão (Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)

A provisão para perdas em operações de crédito foi constituída dentro dos limites julgados necessários para fazer face a possíveis perdas na realização dos ativos. Com base na Res. BACEN 2.682/99, o critério utilizado é o simplificado.

Classificação Rating	PECLD %	Vincendas	Vencidas	PECLD $	31/12/2023 Total	Vincendas	Vencidas	PECLD $	31/12/2022 Total
AA	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50%	150.580	-	(753)	**149.827**	128.371	-	(642)	**127.730**
B	1,00%	77.097	1.117	(782)	**77.432**	64.771	4.885	(697)	**68.959**
C	3,00%	46.258	2.024	(1.448)	**46.833**	23.202	5.014	(846)	**27.369**
D	10,00%	18.871	3.269	(2.214)	**19.926**	3.778	5.286	(906)	**8.158**
E	30,00%	3.267	1.608	(1.463)	**3.413**	659	5.467	(1.838)	**4.288**
F	50,00%	2.737	1.560	(2.149)	**2.149**	437	4.151	(2.294)	**2.294**
G	70,00%	1.635	1.471	(2.179)	**927**	286	3.706	(2.794)	**1.198**
H	100,00%	4.425	11.412	(15.837)	-	968	2.723	(3.691)	-
	Total	**304.870**	**22.461**	**(26.825)**	**300.506**	**222.472**	**31.232**	**(13.708)**	**239.996**

7.e Movimentação das Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito no Período.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	13.708	18.844
Constituição	65.923	22.071
Reversão de Provisão Operacional	(52.806)	(27.207)
Total	**26.825**	**13.708**

7.f Renegociados, Baixados e Recuperados no Período

Alguns contratos possuem garantias vinculadas a concessão de crédito, abaixo podemos observar os valores totais de contratos por tipo de garantia e linha de produto.

Contratos com Garantia 2023	Aval	Aplicação	Hipoteca	Recebíveis Futuros	Veículos	Equipamentos	Total
Emprestimo - CDC	19.425	-	-	1	19.488	-	38.913
Emprestimo - CDI	124.288	6.150	9.188	20.889	5.685	185	166.385
Emprestimo - Capital de Giro	160.398	-	48.260	23.759	14.561	-	246.978
Financimento - Compror	-	-	-	-	3.108	-	3.108
Emprestimo - Crédito Pessoal	26	-	966	-	286	-	1.278
Total	**304.137**	**6.150**	**58.414**	**44.648**	**43.127**	**185**	**456.662**

Contratos com Garantia 2022	Aval	Aplicação	Hipoteca	Recebíveis Futuros	Veículos	Equipamentos	Total
Emprestimo - CDC	11.212	-	-	1	15.472	-	26.685
Emprestimo - CDI	155.588	6.150	23.233	27.389	4.582	185	217.126
Emprestimo - Capital de Giro	166.737	-	27.500	30.031	504	-	224.772
Financimento - Compror	-	-	-	-	3.108	-	3.108
Emprestimo - Crédito Pessoal	26	-	412	-	34	-	472
Total	**333.563**	**6.150**	**51.145**	**57.421**	**23.700**	**185**	**472.163**

8. Outros créditos- Créditos Tributários de Impostos e Contribuições

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Total Ativo Diferido- Não Circulante	19.755	12.900
Total Ativo Corrente- Circulante	618	7
Total	**20.373**	**12.907**

(a) A Instituição adota o procedimento de reconhecer os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2022 os valores diferidos são os seguintes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito no Período	**28.342**	**13.708**
Provisão Contingências	**836**	**1.246**
IR - 15%	4.377	2.243
IR Adicional - 10%	2.918	1.495
CSLL – 20% -21%	5.835	3.140
Total Crédito Tributário Diferido	**13.130**	**6.878**

O valor referente ao crédito tributário diferido apurado sobre os valores de Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, constituído conforme Circular nº 3.171/2002, está classificado no Ativo Não Circulante. Está em conformidade com a circular 3.059/2002. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados.

(b) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculado no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Créditos Tributários". Em 31 de dezembro de 2023 os valores de crédito tributário são os seguintes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Base Negativa - Prejuízo Fiscal	**14.474**	**13.404**
IR - 15%	2.208	2.644
Adicional de IR 10%*	1.472	1.090
CSLL – 20%	2.945	2.288
Total	**6.625**	**6.022**

Os créditos foram constituídos conforme Resolução nº 3.059 e 4.441, os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados.

Outros créditos – Créditos Tributários de Impostos e Contribuições (b)

De acordo com o orçamento projetado até o ano de 2032, estimamos que o Banco tem margem para absorver nos próximos 9 anos os saldos de créditos tributários reconhecidos até a presente data. Os saldos de diferenças temporárias se apresentam numa crescente devido ao aumento da carteira, com um prazo médio de realização de 6 anos. Essa análise indica uma situação financeira sólida e uma capacidade de absorção adequada para as variações esperadas nos ativos ao longo do período projetado, conforme a seguir demonstrado:

Realização dos Tributos Diferidos	Prejuízo Fiscal e BC Negativa	Diferenças Temporárias	TOTAL
2024	(585)	(10.488)	**(11.073)**
2025	(1.834)	(1.397)	**(3.231)**
2026	(1.081)	(645)	**(1.726)**
2027	(486)	(316)	**(802)**
2028	(725)	(173)	**(898)**
2029	(336)	(111)	**(447)**
2030	(286)	-	**(286)**
2031	(634)	-	**(634)**
2032	(658)	-	**(658)**
Total	**(6.625)**	**(13.130)**	**(19.755)**

9. Pagamentos a Ressarcir

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ressarcimentos diversos (a)	28.709	27.709
Adiantamento a fornecedores	405	129
Outros valores a receber(b)	722	927
Total	**29.836**	**28.765**

(a) Saldos em aberto de Ressarcimentos Diversos- transações de antecipação junto a parceiro de processamento de empresa ligadas, em sua maioria de diferenças de D+1 de operação bancária.

(b) Outros valores a receber- advindos de rescisões de consignado, análise de fraudes e demais operações vinculadas a renegociações.

10. Intangível

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	7.757	6.627
Adições	2.258	1.130
(-) Baixas	(14)	-
Total	**10.001**	**7.757**

No primeiro semestre foram realizadas aquisições de intangíveis de empresas ligadas, no valor de 6.627 mm, tais intangíveis estão ligados as melhorias da instituição para prospecção de novos produtos e novos clientes, os desenvolvimentos dos intangíveis foram voltados para operação bancária, com o desenvolvimento do aplicativo Internet Banking para funcionalidade da conta digital, atendendo as transações de Pix, Transferências e com as integrações via API com os sistemas legados. Nos segundo semestre foram adquiridos de terceiros 930 mil de intágiveis voltados para operações bancárias. Os intangíveis possuem vida útil indefinida.

Os saldos de intagíveis foram submetios a teste de verificação (*impairment*) e, não houve perda ou desvalorização.

11. Depósitos e Recursos de Aceite Cambial

Descrição	Tipo de Taxa	31/12/2023	31/12/2022
Letras de Cambio (LC)	Pós Fixada	125,44%	126,81%
Letras de Cambio (LC)	Pre Fixada	-	8,35%
Letras de Cambio Imobiliário (LCI)	Pós Fixada	93,08%	92,83%
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	Pós Fixada	94,00%	-
Deposito a Prazo com Garantia Espeical (DPGE)	Pós Fixada	-	109,50%
Deposito a Prazo com Garantia Espeical (DPGE)	Pre Fixada	-	8,84%
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Pós Fixada	113,14%	114,30%
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Pre Fixada	100,00%	14,43%
Depósitos a prazo contribuição ordinária (RDB)	Pós Fixada	123,00%	116,17%

a. Abaixo apresentamos composição das captações por espécie:

Ano	Depósitos interfinanceiros	Depósitos Contribuição Especial	Recursos de Aceites Cambiais	Depósitos a Vistas	Depósitos a prazo	Total
2024	-	-	50.261	11.864	290.994	**353.119**
2025	-	-	12.809	-	76.230	**89.039**
2026	-	-	63	-	5.824	**5.887**
2027	-	-	-	-	797	**797**
2028	-	-	-	-	370	**370**
Total	**-**	**-**	**63.133**	**11.864**	**374.215**	**449.212**

b. Depósitos a Vista

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos a vista	11.864	2.911
Total	**11.864**	**2.911**

c. Depósitos a Prazo - Contribuição Ordinária

Composição por vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 360 dias – Não ligadas	290.994	70.829
Superior a 360 dias – Não Ligadas	83.221	70.431
Total	**374.215**	**141.260**

d. Recursos de Aceite Cambial

Composição por vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 360 dias	50.261	46.524
Superior a 360 dias	12.872	24.856
Total	**63.133**	**71.380**

e. Depósitos a Prazo - Garantia Especial

Composição por vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 360 dias	-	56.449
Total	**-**	**56.449**

12. Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(809)	-
CSLL - Contribuição Social s/ Lucro Líquido	(652)	-
IR/Fonte	(266)	(96)
PIS a Recolher	(76)	(39)
COFINS a Recolher	(467)	(237)
CSRF/Fonte	(40)	(80)
INSS a Recolher	(5)	(5)
ISS a Recolher	(6)	(14)
IOF - Imposto Sob. Oper. Financeiras PF (a)	(397)	(569)
IOF - Imposto Sob. Oper. Financeiras PJ (a)	(203)	(78)
Outros – Tributos a recolher	(2.707)	-
Total	**(5.628)**	**(1.118)**

a) As alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras são aplicadas conforme Decreto n° 6.306 de 2007 e alterações em vigor no exercício, os saldos apresentados no balanço decorrem do último decêndio do mês de dezembro.

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outras contas a pagar (a)	(22.263)	(15.460)
Fornecedores	(1.821)	-
Contingências cíveis e trabalhistas (b)	(836)	(1.245)
Total	**(24.920)**	**(16.705)**

(a) Valores a pagar referente repasses oriundos das operações de crédito, cuja liquidação financeira é realizada no dia seguinte para as operações de empréstimos e para os processos de financiamentos de CDC os repasses aos Lojistas são realizados em prazo máximo de 30 dias validando se o cliente recebeu o produto.

(b) Em cumprimento da norma técnica NBC TG 25/R1 e BACEN 3.823 Provisão Passivo e Ativo Contingentes, a assessoria jurídica efetuou a classificação de probabilidade de perda dos processos judiciais em que a companhia figura como polo passivo. Abaixo relacionamos os considerados prováveis de realização:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contingências cíveis	(836)	(1.245)
Total	**(836)**	**(1.245)**

Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2023 não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

Litígios com probabilidade de perda possível

Devido à expectativa de realização destes processos serem consideradas baixa conforme critérios de avaliação dos assessores jurídicos e características dos processos, os mesmos conforme políticas não são provisionados.

Natureza das causas	31/12/2023	31/12/2022
Cível	1.139	11.712
Trabalhista	364	-
Total	**1.503**	**11.712**

Contingências Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo.

Contingências Trabalhistas:

São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por teceiros. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo.

14. Patrimônio Líquido

Capital Social

No dia 01 de junho de 2023, na sede do Banco Senff S.A., na presença da totalidade dos acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia em totalidade ao seu Capital Social, foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias escriturais sem valor nominal de emissão da Companhia, alterando o "caput" do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o novo número de ações em que se divide o Capital Social da Companhia, que passará de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações para 70.000.000 (setenta milhões) de ações. O Capital da Instituição, subscrito e integralizado é de R$ 70.000.000 (setenta milhões de reais), dividido em 70.000.000 (setenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 24 de novembro de 2023 a Companhia deliberou novo aumento de Capital de R$ 6 milhões de reias. Conforme NE de Eventos Subsequentes.**Reservas**

Reserva Legal-Conforme Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido será destinado à constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; será destinada parcela necessária à constituição de Reserva de Contingência e de Lucros a Realizar, quando as circunstâncias assim o recomendarem; o saldo de Lucros, se houver, após a destinação dos dividendos obrigatórios, terão a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral.

Reserva Expansão

Na finalização do exercício, após calculo das devidas destinação de lucros aos acionistas e de reserva legal, o lucro excedente é destinado a reserva de expansão, o qual fica a disposição dos acionista e diretores para destinação em assembleia-geral ordinária que deve ocorrer no quarto mês consecutivo após a finalização do exercício, cujo objetivo é a destinação baseada nos planos para expansão de suas atividades.

Dividendos

Do Lucro Líquido, após os ajustes legais, será devida a parcela de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, como dividendos obrigatórios para pagamento aos acionistas.

Juros Sobre Capital Próprio

A instituição no exercício de 2.023 disponibilizou a remuneração a título de juros sobre capital próprio no valor de R$ 850.000,09, conforme estatuto a remuneração mínima dos acionista é de 25%, os valores pagos como juros sobre capital próprio se enquadram como pagamento de distribuição, a distribuição sendo inferior aos 25% será distribuído em assembleia geral ordinária que se realizara no quatro mês consecutiva ao encerramento do exercício.

15. Receitas de Intermediação Financeira

Descrição	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito	**41.368**	**82.248**	**78.271**
Rendas de empréstimos	14.439	30.512	49.663
Rendas de financiamentos	9.888	19.869	22.213
Rendas de empréstimo consignado	16.171	30.595	5.769
Rendas de financiamentos com interveniência	870	1.272	626
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	**8.199**	**13.542**	**4.417**
Rendas de operações compromissadas	8.199	13.542	4.417
Rendas de prestação de serviços	**1.517**	**3.153**	**3.567**
Rendas com tarifas de empréstimos	-	-	3.450
Rendas de tarifas bancárias	1.510	3.143	113
Rendas por serviços de pagamento	7	10	4
Outras receitas operacionais	**24.684**	**88.696**	**38.978**
Venda ou transferência de ativos financeiros	7.752	12.488	8.270
Rendas por antecipação de obrigações	4.501	8.637	425
Recuperação de encargos e despesas	10.912	21.842	33
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.519	45.729	30.250
Total de receitas da intermediação financeira	**75.768**	**187.639**	**125.233**

O crescimento das rendas neste exercício deve-se ao crescimento da carteira, devido novas parcerias e ainda pela expansão atrelado às modalidades de empréstimo pessoal, capital de giro, capital de giro pós-fixado em CDI e giro Antecipação (antecipação de recebíveis).

16. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
(-) Despesas de captação	**(26.059)**	**(50.927)**	**(29.931)**
Despesas de depósitos a prazo	(21.518)	(42.049)	(22.864)
Despesas de aceites cambiais	(4.273)	(8.326)	(6.652)
Despesas de contribuições a fundo garantidor de créditos	(268)	(552)	(378)
Despesas de depósitos interfinanceiros	-	-	(37)
(-) Despesa com títulos e valores mobiliários	**-**	**-**	**(159)**
Letras do Tesouro Nacional	-	-	(159)
(-) Aproveitamentos e ajustes patrimoniais	**(22.994)**	**(49.966)**	**(42.874)**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(22.994)	(49.966)	(42.693)
Contingências	-	-	(180)
Despesas de depreciação	-	-	(1)
Total de despesas da intermediação financeira	**(49.053)**	**(100.893)**	**(72.964)**

17. Receitas (Despesas) Operacionais

Descrição	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
(-) Despesas administrativas	**(12.796)**	**(26.356)**	**(27.107)**
Despesas de serviços de terceiros	(6.029)	(13.124)	(15.735)
Despesas de processamento de dados	(5.178)	(10.277)	(8.914)
Outras despesas administrativas	(683)	(1.221)	(943)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(544)	(1.024)	(617)
Despesas com pessoal	(156)	(308)	(289)
Despesas com comunicações	(29)	(81)	(155)
Despesas de promoções e relações públicas	(77)	(151)	(176)
Despesas de água, energia e gás	(27)	(53)	(72)
Despesas de aluguéis	(44)	(88)	(84)
Despesas de serviços técnicos especializados	(29)	(29)	(122)
(-) Outras despesas operacionais	**(3.223)**	**(48.415)**	**(18.082)**
Contribuição ao COFINS	(1.408)	(2.683)	(2.602)
Despesas de desconto financiamento	(934)	(2.886)	(2.316)
Contribuição ao PIS/PASEP	(229)	(436)	(423)
Imposto sobre serviços - ISS	(77)	(159)	(178)
Indenizações a terceiros	(574)	(681)	(134)
Prejuízos em operações de venda	-	(41.562)	(12.393)
Cashback	-	-	(16)
Outras despesas operacionais	(1)	(8)	(20)
Total de despesas da intermediação financeira	**(16.019)**	**(74.771)**	**(45.189)**

18. Resultado Não Operacional

Descrição	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Outras Despesas	(34)	(65)	(8)
Outras Receitas	20	32	20
Total	**(14)**	**(33)**	**12**

19. Reconciliação - IRPJ/CSLL

Descrição	31/12/2023 IRPJ	31/12/2023 CSLL	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**11.942**	**11.942**	**7.092**	**7.092**
Adições	**51.827**	**51.827**	**43.375**	**43.375**
Despesas com provisões ativas	49.966	49.966	42.873	42.873
Doações e Brindes	151	151	166	166
Outras Adições	1.710	1.710	336	336
Exclusões	**(56.969)**	**(56.969)**	**(58.920)**	**(58.920)**
Juros sobre capital próprio	(2.000)	(2.000)	(1.500)	(1.500)
Reversões de provisões	(25.988)	(25.988)	(54.376)	(54.376)
Outras exclusões	(28.981)	(28.981)	(3.044)	(3.044)
Compensação	**3.522**	**3.522**	**-**	**-**
Compensação de prejuízo	3.522	3.522	-	-
Base de cálculo	**3.278**	**3.278**	**(8.453)**	**(8.453)**
IRPJ/CSLL	2.037	1.644	2.137	1.786
Ativo fiscal diferido com efeito no resultado	**(1.786)**	**(1.428)**	**(1.101)**	**(1.954)**

20. Partes Relacionadas

Observando a Norma Técnica NBC TG 05/R3 – Divulgação das Partes Relacionadas e Resolução BACEN 3.750 de 2009, informamos as seguintes operações:

b) Obrigações com partes relacionadas decorrentes de empresa ligada aos acionistas

As transações de prestações de serviços, assim como as eventuais transações financeiras de empréstimos captação de recursos, entre a Companhia, e suas partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes.

No quadro a seguir estão demonstrados as transações ocorridas e os saldos em aberto entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Descrição	2023 Ativo (Passivo)	2023 Receitas (Despesas)	2022 Ativo (Passivo)	2022 Receitas (Despesas)
Fornecedores Ligadas				
Senffnet Inst. De Pag. Ltda.	(205)	-	(219)	(8.402)
Senff Contact Ltda.	-	(3.863)	(298)	(3.950)
Senff Parati Incorp. Em. Ltda.	-	(44)	-	(83)
Senff Soluções em TI Ltda.	-	(265)	(16)	(1.893)
Outras Receitas Operacionais				
Fidc- Credifix	71.016	6.016	-	-

1) Senffnet Inst. De Pag. Ltda.-Serviços Contratados Corresponde ao saldo devido das operações contratadas pelo usuário do cartão junto ao Banco Senff. Os valores são repassados conforme data de vencimento da fatura.

2) Senff Contact Ltda.- Serviços Contratados - Corresponde a prestação de serviço de teleatendimento;

3) Senff Soluções em TI Ltda.- Serviços Contratados corresponde a prestação de serviço relacionados à processamento de dados e manutenção de programas;

4) Senff Parati Incorp. Em. Ltda- Corresponde à saldo de aluguéis.

5) Credifix Fundos de Investimentos - o Banco adquiriu cotas do Fundo em 2023.

21. Cessão de Títulos de Créditos

Descrição	31/12/2023	Receita	31/12/2022	Receita
Fundo de Investimento CrediFix	76.464	3.341	151.981	5.315
Verde Card	404.300	1.333	887.570	3
Big Card	-	-	5.458	83
Verde Card (a)	43.491	1.706	18.348	1.029
Total	**524.255**	6.380	**1.063.357**	**6.430**

Conforme estratégia operacional da instituição algumas carteiras podem ser cedidas, tal operação é realizada pelo valor das operações atualizadas até a data de venda acrescidas de juros futuros. São cedidas com transferência total de direitos e consequentemente dos riscos e inadimplências a partir da data de assinatura do termo de cessão, conforme negociação firmada na respectiva negociação. Após cessão os contratos são liquidados e as provisões são revertidas.
a) Venda Carteira
No segundo semestre de 2023, realizamos uma cessão junto a VerdeCard, parte da carteira que inclui títulos já baixados como prejuízo, vencidos a mais de 360 dias. Esses títulos totalizaram aproximadamente 43 milhões de reais e a compra foi concluída pelo valor de R$ 1.706 (em milhares). O pagamento foi realizado com recursos imediatamente disponíveis.

Ordem	Contas	Operação de Cessão	Valores	Observações
1	Compensação Ativo	Operação de Crédito Baixas como Prejuízo	(43.491)	*Baixa conta de Compensação*
1	Compensação Passivo	Operação de Crédito Baixas como Prejuízo	43.491	*Baixa conta de Compensação*
2	Ativo	A Receber	1.706	*Constituição do Contas a Receber, liquidado em dezembro*
2	Resultado	Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(43.491)	*Apuração do Resultado da Cessão, Conta de Resultado*
2	Resultado	Deságio de Cessão	41.785	*Apuração do Resultado da Cessão, Conta de Resultado*

22. Resultado Não Recorrente
Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas de instituição de pagamento e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Foi considerada como resultado não recorrente a majoração da Alíquotas de CSLL Nº 1.115/22.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do Período	12.409	7.738
(-) Resultado Não Recorrente	-	**(100)**
Majoração da alíquota de CSLL - MP nº 1.115/22	-	(100)
Total	**12.409**	**7.638**

23. Seguros
O Banco adota como política contratar seguros, em especial o predial, de forma global pelo grupo, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.
As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Gestão de Riscos
O Banco Senff tem o compromisso de gerenciar seus riscos de forma eficaz, compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição, garantindo assim a segurança dos ativos e a sustentabilidade de suas operações. Com base na Resolução 4.553 de 30 de janeiro de 2017 que estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banco Senff está enquadrado na categoria de Segmento 4 (S4).
O Banco Senff possui uma estrutura de gerenciamento de riscos segregada da unidade de negócios e auditoria interna para executar as atividades de gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital, conforme Resolução BCB nº 265 de 25/11/22.
O Banco dispõe de normas e procedimentos para atender às determinações legais, regulamentares e às melhores práticas de mercado e das diretrizes estabelecidas nas políticas internas. Essas estruturas de gerenciamento são resumidas como:

Risco de crédito
A política de crédito do Banco Senff considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
Mensalmente a estrutura de riscos de crédito monitora os níveis de concentração, produção e inadimplência, medindo seus impactos no resultado da Companhia

Risco de Mercado
É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, contudo o Banco Senff não possui exposições classificadas na carteira de negociação.

Risco de variação das taxas de juros (IRRBB)
O IRRBB (Interest Rate Risk of Banking Book) é o risco atual ou prospectivo que resulta do impacto de movimentos adversos nas taxas de juros sobre o capital e os resultados da Instituição financeira, quanto ao descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas e indexadores das exposições classificadas na carteira bancária.

Risco Operacional
O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.
A gestão do risco operacional do Banco Senff é realizada de forma constante e tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente.
Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que o Banco Senff está exposto.

Risco de liquidez
É o risco de o Banco Senff não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo operado diariamente pela área de Tesouraria e monitoramento pela área de riscos.
O Banco Senff dispõe de um Plano de contingência que assegura procedimentos e responsabilidades a serem adotadas em ocorrência de insuficiência de Liquidez, no intuito de blindar a capacidade da Instituição de honrar com suas obrigações financeiras.

Risco Social, Risco Ambiental e Risco Climático
O gerenciamento de riscos ambientais, sociais e climáticos é essencial para operar de forma sustentável e responsável. Isso envolve identificar e avaliar riscos e impactos potenciais das atividades da Instituição no meio ambiente, na sociedade, na mudança climática, e com isso implementar medidas para mitigá-las. A Instituição implementou um comitê ESG composto por 12 membros de diferentes áreas relevantes para o conjunto de frentes de negócios do conglomerado.

Gerenciamento de Capital
O gerenciamento de capital realizado pela Instituição é determinado pelo processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco Senff, pela avaliação da necessidade de capital perante a exposição aos riscos já assumidos e ao planejamento de metas, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.
O gerenciamento de capital tem como objetivo garantir a estabilidade financeira e a proteção dos credenciados de forma segura e sustentável. Realizamos essa tarefa através da avaliação contínua dos riscos enfrentados pela Instituição, adotando medidas para mitigar esses riscos. Isso pode envolver a implementação de políticas de gerenciamento de riscos mais robustas, a redução da exposição a certos tipos de risco, ou a diversificação de atividades para reduzir a dependência de um único tipo de negócio ou fonte de receita. As necessidades futuras de capital regulamentar é planejada através das projeções de crescimento da Instituição, levando em consideração a exposição ao risco, movimentos de mercado e outras informações relevantes. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	R$ 113.977.584,48
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	R$ 1.015.657.472,36
Indice de Basileia	11,2%
Indice de Basileia +IRRBB	10,2%

Valores expressos em R$ (reais

25. Ouvidoria
Instituída nos moldes da Resolução 4.860/2020, e conforme política que rege as regras e diretrizes para o funcionamento da Ouvidoria cabe à está de maneira transparente, independente, e imparcial, prestar atendimento de última instância às demandas do público que forem recepcionadas e não foram solucionadas nos canais de atendimento primário, assim considerados o atendimento habitual realizado nos pontos ou canais de atendimento iniciais. Podendo abranger demandas não recepcionadas pela central de atendimento, órgãos Públicos ou Privados, e demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, atuando como um canal de comunicação entre a entidade e os consumidores de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. O Canal de Ouvidoria tem proporcionado significativa melhoria na gestão do atendimento e no processo de relacionamento com clientes e usuários, constituindo também importante instrumento de avaliação e de gestão institucional.

26. Eventos Subsequentes
Em novembro de 2023, o Banco submeteu ao Bacen pedido de aumento de capital para R$ 76.000 (cetenta e seis milhões de reais), o aumento de R$ 6.000 (seis milhões de reais), é composto por aporte dos acionistas. O pedido foi deferido em 26 de fevereiro de 2024.

27. Outras Informações
PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 4.966/21:
Conforme estabelecido no Artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco Senff S.A. elaborou o Plano de Implementação da referida Resolução, que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. É importante mencionarmos que normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 estão pendentes de emissão pelo órgão regulador, principalmente referente ao modelo simplificado de Perda Esperada a ser definido para as Instituições classificadas como S4, como no caso do Banco. Dessa forma, os macros planos de ação e cronograma, foram desenvolvidos baseados nas seguintes fases:

Cronograma de Adequação	Previsão
Simulação de impacto metodologia simplificada	Abr./24
Ajustes E Desenvolvimentos De Sistemas Para A Classificação/ Mensuração Dos Instrumentos Financeiros	Ago./24
Parametrização Dos Sistemas	Set./24
Revisão De Controles Internos, Treinamento e Homologação	Out./24
Implementação Em Produção	Jan./25
Monitoramento Pelo Compliance	Jan./25

Pollyana Fernandes Pereira
Contador/ CRC 071351/0 PR

Jacqueline Jussara Lange Pereira
Diretora Controladoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas do
BANCO SENFF S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do BANCO SENFF S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BANCO SENFF S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil –BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Ativo fiscal diferido
Conforme descrito na nota explicativa nº 08 das demonstrações contábeis, existem em 31 de dezembro de 2023 ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias registrados no ativo não circulante, no valor de R$ 19.755 mil, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários. Essa projeção de realização do crédito tributário foi elaborada pela diretoria do Banco de acordo com estudo do cenário atual e futuro, utilizando fundamentos de indicadores financeiros e como fonte principal de geração de novas receitas, lançamento de produtos para diversificação de linhas de serviços. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como foram aprovados pela governança. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis
A Diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria do Banco, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR) 28 de março de 2024.
RONALDO ARSIE GUIMARÃES
Contador CRC (PR) nº 0033.757/O-1



GUIMARÃES E GONÇALVES AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SS
CRC Nº PR-007570-O/07



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 040/2024
Sistema de Registro de Preços

OBJETO: Aquisição de adubo orgânico e mudas de hortaliças e de ervas condimentares. **TIPO DE LICITAÇÃO**: Menor Preço. **VALOR MÁXIMO:** R$261.717,40 **ABERTURA DA SESSÃO**: **dia 16/04/2024,** às **09h00min.**(horário oficial de Brasília) no site http://www.bnc.org.br - BNC Compras. **Edital:** Estará disponível aos interessados, nos sites http://www.bnc.org.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br e www.pinhais.pr.gov.br link licitações do dia 03/04/2024 ao dia 15/04/2024. **Informações**: poderão ser obtidas nos sites acima relacionados ou pelo email: juliana.caliari@pinhais.pr.gov.br ou pelo telefone (041) 99268-9054, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 02/04/2024.

Pregão Eletrônico nº 041/2024
Sistema Registro de Preços

Objeto: Aquisição de material de limpeza e assepsia hospitalar, para Prefeitura Municipal de Pinhais e Pinhais Previdência. **Tipo de Licitação**: Menor Preço. **Valor Máximo: R$** 715.809,37 (setecentos e quinze mil, oitocentos e nove reais e trinta e sete centavos). **Data de Início Recebimento das Propostas:** 03/04/2024. **Abertura da Sessão:** dia **16/04/2024, às 09:30 horas** (horário oficial de Brasília) no site **www.gov.br/compras** - Portal de Compras do Governo Federal. **Edital:** Estará disponível aos interessados, nos sites **www.gov.br/compras**, **https://www.gov.br/pncp/pt-br** e **www.pinhais.pr.gov.br link licitações** do dia 03/04/2024 ao dia 15/04/2024. **Informações:** poderão ser obtidas nos sites acima relacionados ou pelo email: giselem@pinhais.pr.gov.br ou pelo telefone (041) 99271-4065, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 02/04/2024

PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S/A
CNPJ n.º 02.725.300/0001-63 - NIRE 41.300.016.348

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam as acionistas da Pasa - Paraná Operações Portuárias S/A, convocadas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2024, às 9:00 horas, de forma remota e exclusivamente **digital**, nos termos da Instrução Normativa No. 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, alterada de tempos em tempos ("IN DREI 81/20"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. Paranaguá, 25 de março de 2024. **Paulo Meneguetti** - Diretor Presidente. Informações Gerais. Poderão participar da Assembleia ora convocada, as acionistas constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia no dia da realização da Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores. A este respeito, nos termos do art. 15º do Estatuto Social da Companhia, e do §1º do art. 126 da Lei n.º 6.404/76, a acionista poderá ser representada na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, membro da administração da Companhia ou advogado licenciado no Brasil. Nos termos IN DREI no 81/2020, a Companhia solicita que as acionistas apresentem até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, os seguintes documentos: (1) cópia da identidade de seu representante legal, cópia dos atos societários relevantes que comprovem a representação legal, incluindo, mas não se limitando a: (1.a) o contrato social ou estatuto social; (1.b) o ato societário de eleição dos administradores que comparecerem à Assembleia na qualidade de representante da acionista, e/ou (1.c) cópia da procuração outorgada a terceiro para representar a acionista. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: Carteira de Identidade Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, ou carteiras funcionais expedidas por órgãos da administração pública, desde que contenham a fotografia do titular. A Assembleia será realizada de forma remota e exclusivamente digital, não sendo adotado o sistema de boletim de voto à distância. As vias digitalizadas dos documentos necessários à participação na Assembleia deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço eletrônico: PASA@PASAPARANAGUA.COM.BR. Após o recebimento dos documentos acima mencionados, a Companhia entrará em contato com a acionista solicitante para informar os procedimentos de acesso à Assembleia, por meio de videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams.

SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, AUXILIARES DE FISIOTERAPIA E AUXILIARES DE TERAPIA OCUPACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
SINFITO-PR
Carta Sindical registrada no Ministério do Trabalho - Livro 110 - folha 043 - ano 1988
CÓDIGO 012.000.49527-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, AUXILIARES DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ – SINFITO-PR (CÓDIGO 012.000.49527-5), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas (art. 31 do Estatuto Social), **convoca Assembleia Geral Extraordinária de toda a categoria profissional**, que será realizada no dia **09 de abril de 2024**, às **19h00** em primeira convocação e às **19h30** em segunda convocação[1] respectivamente, no Auditório do Edifício Curitibano Prime Center, localizado na Rua Petit Carneiro, nº 1122, bairro Água Verde, CEP: 80240-050, Curitiba, Estado do Paraná, devendo ser examinado e deliberado a forma de descontos em favor do Sindicato das contribuições assistenciais, sindicais e mensais nos moldes previstos em CLT.

Curitiba, 03 de abril de 2024.

WOLDIR WOSIACKI FILHO
Presidente

1 Não sendo atingido o "quorum" de comparecimento previsto no art. 612, da CLT, para realização dos atos em primeira convocação, será obedecido ao "quorum" de comparecimento ora previsto no Estatuto, realizando-se a Assembleia Geral Extraordinária, com qualquer número de profissionais presentes.

Rua Petit Carneiro, 1122 – Conjunto 403 – Curitibano Prime Center – Água Verde – Curitiba/PR – 80240-050 FONE: (41) 3027-2066 – (41) 99937-7706 – E-mail: sinfito@sinfito.org.br

PUBLICIDADE LEGAL

Edição impressa

Rumo S.A.

CNPJ nº 02.387.241/0001-60

Relatório da Administração

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apresentação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Rumo S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Demais informações encontram-se à disposição dos Acionistas na Sede Social e no site de relações com investidores da Companhia (ri.rumolog.com). Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Balanços patrimoniais *(Em milhares de Reais - R$)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	3.114.042	2.169.335	7.233.993	7.385.421
Títulos e valores mobiliários	5.3	228.496	88.934	1.396.107	840.061
Contas a receber de clientes	5.4	41.958	52.644	538.457	561.641
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	–	–	26.252	17.545
Estoques	5.10	1.502	1.606	215.605	225.813
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	120.761	125.978	58.597	49.995
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		13.330	–	156.640	195.436
Outros tributos a recuperar	5.9	30.254	21.230	356.698	363.416
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		260.653	921	–	1.057
Outros ativos		35.651	13.570	269.481	114.510
Ativo circulante		**3.846.647**	**2.474.218**	**10.251.830**	**9.754.895**
Contas a receber de clientes	5.4	–	–	17.840	16.682
Caixa restrito	5.3	78	79	109.671	92.770
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		147.449	152.857	342.117	309.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	–	–	1.869.877	1.869.764
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	3.326	1.003.326	36.929	96.658
Outros tributos a recuperar	5.9	–	–	838.072	741.367
Depósitos judiciais	5.15	65.234	61.124	271.666	237.167
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	912.643	384.224	1.535.241	857.298
Outros ativos		10.647	1.755	60.043	38.660
Investimentos em controladas e coligadas	5.11	20.649.761	18.721.831	360.867	381.469
Propriedades para investimentos	5.12.1	–	174.422	–	–
Imobilizado	5.12.2	506.390	153.295	19.176.386	17.049.188
Intangíveis	5.12.3	235.697	270.748	6.664.143	6.774.306
Direito de uso	5.12.4	40.987	48.103	7.703.754	7.732.284
Ativo não circulante		**22.572.212**	**20.971.764**	**38.986.606**	**36.196.850**
Total do ativo		**26.418.859**	**23.445.982**	**49.238.436**	**45.951.745**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	110.723	99.769	1.356.905	1.357.026
Passivos de arrendamento	5.6	11.812	11.597	509.421	483.397
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	327.250	391.938	821.700	1.020.726
Fornecedores	5.7	119.653	64.155	887.745	746.430
Ordenados e salários a pagar		12.574	4.490	318.550	296.833
Imposto de renda e contribuição social correntes		4.285	146	23.446	6.710
Outros tributos a pagar	5.13	24.390	16.645	77.989	50.080
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		176.258	127.569	180.337	132.044
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	–	–	250.971	256.759
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	146.099	62.184	269.997	297.791
Receitas diferidas		–	2.802	2.564	5.400
Outros passivos financeiros	5.1	8.584	76	342.276	787.884
Outras contas a pagar		194.291	70.699	435.636	249.341
Passivo circulante		**1.135.919**	**852.070**	**5.477.537**	**5.690.421**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	6.917.100	4.893.120	17.607.936	15.401.062
Passivos de arrendamento	5.6	33.307	38.067	2.897.422	2.770.613
Fornecedores	5.7	–	–	197.186	–
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	–	–	650.095	392.219
Outros tributos a pagar	5.13	–	–	21	169
Provisão para demandas judiciais	5.15	105.029	93.605	767.468	724.622
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	–	–	3.314.402	3.094.651
Provisão para passivo descoberto	5.11	2.373.532	2.204.666	–	–
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	4.733	37.344	–	–
Outros passivos financeiros	5.1	–	–	–	29.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	168.975	113.247	2.393.393	2.368.137
Receitas diferidas		–	10.507	19.129	32.200
Outras contas a pagar		8.912	12.187	42.792	37.216
Passivo não circulante		**9.611.588**	**7.402.743**	**27.889.844**	**24.850.874**
Total do passivo		**10.747.507**	**8.254.813**	**33.367.381**	**30.541.295**
Patrimônio líquido	5.17				
Capital social		12.560.952	12.547.842	12.560.952	12.547.842
Ações em tesouraria		(118.577)	(30.186)	(118.577)	(30.186)
Reservas		3.191.989	2.637.536	3.191.989	2.637.536
Ajustes de avaliação patrimonial		36.988	35.977	36.988	35.977
		15.671.352	**15.191.169**	**15.671.352**	**15.191.169**
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		15.671.352	15.191.169	15.671.352	15.191.169
Acionistas não controladores	5.11	–	–	199.703	219.281
Total do patrimônio líquido		**15.671.352**	**15.191.169**	**15.871.055**	**15.410.450**
Total do passivo e patrimônio líquido		**26.418.859**	**23.445.982**	**49.238.436**	**45.951.745**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados do exercício *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	6.1	1.013.446	984.597	10.937.716	9.841.508
Custos dos serviços prestados	6.2	(812.124)	(803.005)	(6.838.432)	(6.695.148)
Lucro bruto		**201.322**	**181.592**	**4.099.284**	**3.146.360**
Despesas comerciais	6.2	(837)	416	(40.657)	(30.619)
Despesas gerais e administrativas	6.2	(42.393)	(23.266)	(559.973)	(468.574)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	3.735	549.623	(100.780)	348.543
Despesas operacionais		**(39.495)**	**526.773**	**(701.410)**	**(150.650)**
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		**161.827**	**708.365**	**3.397.874**	**2.995.710**
Equivalência patrimonial	5.11	1.017.684	437.953	76.600	40.462
Resultado de equivalência patrimonial		**1.017.684**	**437.953**	**76.600**	**40.462**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		**1.179.511**	**1.146.318**	**3.474.474**	**3.036.172**
Despesas financeiras		(916.406)	(731.235)	(3.621.093)	(2.906.092)
Receitas financeiras		341.237	294.805	1.190.685	1.108.620
Variação cambial, líquida		2.972	10.033	368.259	374.859
Derivativos e valor justo		161.920	(86.757)	(493.233)	(906.422)
Resultado financeiro líquido	6.4	**(410.277)**	**(513.154)**	**(2.555.382)**	**(2.329.035)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**769.234**	**633.164**	**919.092**	**707.137**
Imposto de renda e contribuição social	5.14				
Correntes		6.160	(71.328)	(173.669)	(411.436)
Diferidos		(55.728)	(46.896)	(23.506)	218.320
		(49.568)	**(118.224)**	**(197.175)**	**(193.116)**
Resultado do exercício		**719.666**	**514.940**	**721.917**	**514.021**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		719.666	514.940	719.666	514.940
Acionistas não controladores		–	–	2.251	(919)
Resultado por ação:	6.6				
Básico				R$0,38853	R$0,27800
Diluído				R$0,38753	R$0,27724

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	**719.666**	**514.940**	**721.917**	**514.021**
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ganhos atuariais com plano de pensão	216	863	216	862
Tributos sobre (ganhos) atuariais	(9)	(36)	(9)	(36)
	207	**827**	**207**	**826**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	445	–	445
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	804	1.689	804	1.689
	804	**2.134**	**804**	**2.134**
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	**1.011**	**2.961**	**1.011**	**2.960**
Resultado abrangente total	**720.677**	**517.901**	**722.928**	**516.981**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	720.677	517.901	720.677	517.901
Acionistas não controladores	–	–	2.251	(920)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.077.661	1.048.879	11.554.448	10.417.807
Outras receitas operacionais, líquidas	26.638	959.653	112.370	1.022.519
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(837)	416	25.767	12.164
	1.103.462	**2.008.948**	**11.692.585**	**11.452.490**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(429.502)	(673.901)	(3.241.915)	(3.467.726)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(145.521)	(420.116)	(786.518)	(1.127.611)
	(575.023)	**(1.094.017)**	**(4.028.433)**	**(4.595.337)**
Valor adicionado bruto	**528.439**	**914.931**	**7.664.152**	**6.857.153**
Retenções				
Depreciação e amortização	(107.164)	(105.089)	(2.175.834)	(1.966.945)
	(107.164)	**(105.089)**	**(2.175.834)**	**(1.966.945)**
Valor adicionado líquido produzido	**421.275**	**809.842**	**5.488.318**	**4.890.208**
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	1.017.684	437.953	76.600	40.462
Aluguéis recebidos	2.876	21.479	2.876	479
Receitas financeiras	341.237	294.805	1.190.685	1.108.620
	1.361.797	**754.237**	**1.270.161**	**1.149.561**
Valor adicionado total a distribuir	**1.783.072**	**1.564.079**	**6.758.479**	**6.039.769**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**80.068**	**50.783**	**1.163.821**	**1.044.674**
Remuneração direta	72.982	41.738	849.386	776.997
Benefícios	5.596	8.635	272.287	235.042
FGTS	1.490	410	42.148	32.635
Impostos, taxas e contribuições	**229.560**	**188.735**	**1.029.120**	**900.660**
Federais	120.474	185.225	688.820	637.785
Estaduais	560	1.698	190.884	200.373
Municipais	108.526	1.812	149.416	62.502
Remuneração de capitais de terceiros	**753.778**	**809.621**	**3.843.621**	**3.580.414**
Juros	751.514	807.959	3.746.067	3.437.655
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	2.264	1.662	97.554	142.759
Remuneração de capitais próprios	**719.666**	**514.940**	**721.917**	**514.021**
Dividendos	170.920	122.298	170.920	122.298
Participação dos acionistas não controladores	–	–	2.251	(919)
Resultado do exercício	548.746	392.642	548.746	392.642
	1.783.072	**1.564.079**	**6.758.479**	**6.039.769**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa *(Em milhares de Reais - R$)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		769.234	633.164	919.092	707.137
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	6.2	107.164	105.089	2.175.834	1.966.945
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	5.11	(1.017.684)	(437.953)	(76.600)	(40.462)
Provisão para participações nos resultados e bônus		8.067	(4.463)	188.375	175.299
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3	(6.051)	990	18.729	1.906
Provisão de demandas judiciais	6.3	17.993	21.387	158.433	238.703
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		837	(416)	(273)	(245)
Transações com pagamento baseado em ações		24.004	26.141	27.360	28.775
Resultado na venda de investimento	6.3	–	(955.584)	–	(955.584)
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	(26)	910	(33.384)	(97.765)
Provisão de *take or pay*		21.529	–	98.226	26.692
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		640.649	612.523	3.293.873	3.099.768
Outros		(13.871)	341.414	(8.453)	342.416
		551.845	**343.202**	**6.761.212**	**5.493.585**
Variação em:					
Contas a receber de clientes		8.834	(35.726)	(31.379)	(84.120)
Partes relacionadas, líquidas		52.708	(11.360)	9.219	72.085
Outros tributos, líquidos		12.637	(119.728)	(128.468)	(322.828)
Estoques		104	(30)	1.618	6.686
Ordenados e salários a pagar		621	(478)	(177.311)	(115.980)
Fornecedores		24.648	(3.623)	153.733	6.841
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados a pagar		–	–	(227.493)	(110.577)
Provisão para demandas judiciais		(26.106)	(52.546)	(295.053)	(219.012)
Outros passivos financeiros		5.265	(8)	(502.654)	103.913
Outros ativos e passivos, líquidos		43.579	(25.181)	(112.428)	400
		122.290	**(248.680)**	**(1.310.216)**	**(662.592)**
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais		**674.135**	**94.522**	**5.450.996**	**4.830.993**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aumento (redução) de capital em controlada e coligadas	5.11	(3.590.515)	(82.620)	51.740	–
Caixa e equivalente de caixa recebido por incorporação	5.11	2.650.000	–	–	–
Títulos e valores mobiliários		(61.692)	35.556	(292.019)	535.012
Caixa restrito		1	9	(19.981)	(66.054)
Dividendos recebidos de controladas e associadas		34.766	1.046.869	44.414	153.011
Adições ao imobilizado e intangível		(279.853)	(9.922)	(3.689.877)	(2.717.745)
Recebimento de juros de mútuos concedidos		1.072.000	134.138	–	–
Caixa líquido na alienação de investimentos		–	1.394.669	–	1.208.463
Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes		–	–	–	1.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento		**(175.273)**	**2.518.699**	**(3.905.723)**	**(886.313)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	1.459.791	–	2.770.736	693.086
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(73.201)	(588.695)	(1.323.716)	(4.106.479)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(271.370)	(267.656)	(1.211.808)	(1.189.903)
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.6	(5.239)	(2.383)	(397.533)	(353.373)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	5.6	(7.435)	(3.905)	(169.342)	(195.080)
Aquisição de participação de não controlador		–	(151)	–	(151)
Redução de capital, líquido de custos de emissão de ações		–	–	(12.250)	(8.824)
Custos de liquidação de empréstimos e financiamentos		–	–	–	(94.196)
Compra de ações em tesouraria		(103.283)	(25.084)	(103.283)	(25.084)
Pagamento instrumentos financeiros derivativos		(431.187)	(342.930)	(1.126.536)	(709.450)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos		–	30.849	2.250	45.053
Dividendos pagos		(122.231)	(35.733)	(124.992)	(39.321)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**445.845**	**(1.235.688)**	**(1.696.474)**	**(5.983.722)**
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa		–	–	(227)	(23.730)
(Decréscimo) Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa		**944.707**	**1.377.533**	**(151.428)**	**(2.062.772)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.169.335	791.802	7.385.421	9.448.193
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.114.042	2.169.335	7.233.993	7.385.421
Informação suplementar:					
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	87.292	9.676	137.433

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

• **Transações que não envolveram caixa (Consolidado):** A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado: (i) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R$ 368.221 (R$ 443.126 em 31 de dezembro de 2022), relativo a reajustes contratuais e a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil (Nota 5.12.4). (ii) Aquisição de ativos imobilizados com pagamento a prazo no montante de R$ 612.305 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 185.229 em 31 de dezembro de 2022). (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou aumento de capital em controladas no total de R$ 164.367 (Nota 5.11) por meio de transferência de imobilizado. R$ 47.906 no exercício anterior, dos quais R$ 42.820 foram realizados via caixa e R$ 5.086 por meio de investimento em imobilizado. • **Apresentação de juros e dividendos:** A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois são considerados os custos de obtenção de recursos financeiros para aplicação em ativos imobilizados e intangíveis.

continua →

→★ continuação

Rumo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais - R$)*

	Atribuível aos acionistas da Companhia								
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**12.547.842**	**(30.186)**	**208.702**	**2.428.834**	**35.977**	**–**	**15.191.169**	**219.281**	**15.410.450**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	719.666	719.666	2.251	721.917
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	804	–	804	–	804
Ganhos atuariais com plano de pensão	–	–	–	–	207	–	207	–	207
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.011**	**719.666**	**720.677**	**2.251**	**722.928**
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	37.827	–	–	–	37.827	770	38.597
Exercício de opção de ações	–	14.892	(26.128)	–	–	–	(11.236)	–	(11.236)
Constituição de reservas de lucro	–	–	–	512.763	–	(512.763)	–	–	–
Constituição de reserva legal	–	–	–	35.983	–	(35.983)	–	–	–
Redução do capital social	–	–	–	–	–	–	–	(12.250)	(12.250)
Ações próprias adquiridas	–	(103.283)	–	–	–	–	(103.283)	–	(103.283)
Dividendos	–	–	–	–	–	(170.920)	(170.920)	(3.231)	(174.151)
Total das transações com e para acionistas	**–**	**(88.391)**	**11.699**	**548.746**	**–**	**(719.666)**	**(247.612)**	**(14.711)**	**(262.323)**
Transações com os acionistas									
Adição de minoritário em função de incorporação de investimento cindido de controlada (nota 4.4)	13.110	–	–	–	–	–	13.110	(13.110)	–
Reorganização societária	–	–	(5.992)	–	–	–	(5.992)	5.992	–
Total das transações com os acionistas	**13.110**	**–**	**(5.992)**	**–**	**–**	**–**	**7.118**	**(7.118)**	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**12.560.952**	**(118.577)**	**214.409**	**2.977.580**	**36.988**	**–**	**15.671.352**	**199.703**	**15.871.055**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

	Atribuível aos acionistas da Companhia								
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**12.547.842**	**(15.995)**	**194.366**	**2.036.192**	**33.016**	**–**	**14.795.421**	**223.142**	**15.018.563**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	514.940	514.940	(919)	514.021
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	1.689	–	1.689	–	1.689
Ganhos atuariais com plano de pensão	–	–	–	–	827	–	827	(1)	826
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	–	–	–	445	–	445	–	445
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.961**	**514.940**	**517.901**	**(920)**	**516.981**
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	35.852	–	–	–	35.852	596	36.448
Exercício de opção de ações	–	10.893	(18.566)	–	–	–	(7.673)	–	(7.673)
Constituição de reservas de lucro	–	–	–	366.895	–	(366.895)	–	–	–
Constituição de reserva legal	–	–	–	25.747	–	(25.747)	–	–	–
Efeito de distribuição de dividendos para não controladores	–	–	(111)	–	–	–	(111)	111	–
Ações próprias adquiridas	–	(25.084)	–	–	–	–	(25.084)	–	(25.084)
Dividendos	–	–	–	–	–	(122.298)	(122.298)	(4.070)	(126.368)
Total das transações com e para acionistas	**–**	**(14.191)**	**17.175**	**392.642**	**–**	**(514.940)**	**(119.314)**	**(3.363)**	**(122.677)**
Transações com os acionistas									
Aporte (redução) de não controlador em controlada	–	–	–	–	–	–	–	(2.204)	(2.204)
Aquisição de participação societária em controlada por não controlador	–	–	(2.839)	–	–	–	(2.839)	2.626	(213)
Total das transações com os acionistas	**–**	**–**	**(2.839)**	**–**	**–**	**–**	**(2.839)**	**422**	**(2.417)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**12.547.842**	**(30.186)**	**208.702**	**2.428.834**	**35.977**	**–**	**15.191.169**	**219.281**	**15.410.450**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

1 Informações da Companhia e do Grupo: 1.1 Contexto operacional: A Rumo S.A. ("Companhia" ou "Rumo S.A."), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte ferroviário e multimodal), principalmente destinados à exportação de *commodities*, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística. A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. ("Rumo Malha Sul"), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. ("Rumo Malha Paulista"), Rumo Malha Norte S.A. ("Rumo Malha Norte"), Rumo Malha Oeste S.A. ("Rumo Malha Oeste") e Rumo Malha Central S.A. ("Rumo Malha Central") alcançando os estados de Goiás e Tocantins. Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. ("Brado") opera no segmento de contêineres. **1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários:** A Companhia opera, por meio de subsidiárias ou coligadas ou controladas em conjunto, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Rumo S.A.	Setembro de 2066	Mato Grosso
Controladas		
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte S.A.	Maio de 2079	Centro-Oeste
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049	Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Coligadas e controladas em conjunto		
Elevações Portuárias S.A.	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS) (i)	Outubro de 2058	Porto de Santos-SP

(i) A Companhia se associou às demais operadoras ferroviárias que operam em Santos na celebração do Contrato de Cessão ("Contrato de Cessão") relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos, visando representar suas controladas Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Paulista S.A. e Rumo Malha Central S.A. que operam no referido Porto, atividade realizada pela Portofer até 30 de setembro de 2023, que teve seu nome atualizado para Rumo Serviços Logístico Ltda. Em 31 de dezembro de 2023. A assunção das atividades pela AG-FIPS ocorreu em 01 de outubro de 2023, data em que foi encerrado o contrato de arrendamento da Rumo Serviços Logísticos Ltda. (Portofer). As controladas, coligadas e controladas em conjunto acima, estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado. **1.3 Informações sobre o Grupo: a) Subsidiárias:** As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:

Controladas	Participação direta e indireta 31/12/2023	31/12/2022
Logispot Armazéns Gerais S.A.	51%	51%
Rumo Luxembourg Sarl	100%	100%
Rumo Intermodal S.A.	100%	100%
Rumo Malha Oeste S.A.	100%	100%
Rumo Malha Paulista S.A.	100%	100%
Rumo Malha Sul S.A.	100%	100%
Rumo Malha Norte S.A. (i)	100%	100%
Rumo Malha Central S.A.	100%	100%
Boswells S.A. (iii)	0%	100%
ALL Argentina S.A.	100%	100%
Paranaguá S.A.	100%	100%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100%	100%
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	100%	100%
Brado Logística e Participações S.A.	77%	77%
Brado Logística S.A.	77%	77%
ALL Mesopotâmica S.A.	71%	71%
Terminal São Simão S.A.	51%	51%
ALL Central S.A.	74%	74%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A.	100%	100%
Rumo Energia	100%	100%
Rumo Holding Malha Norte (ii)	100%	–

(i) A Rumo Malha Norte possui participação de não controladores de 0,26% de suas ações. (ii) Companhia criada em 20 de março de 2023, sem atividade operacional no exercício. (iii) Companhia encerrada em dezembro de 2023. **b) Coligadas e controladas em conjunto:** A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2022), 20% na Termag S.A. (20% em 2022), 10% na TGG S.A. (10% em 2022), e 20% na Elevações Portuárias S.A. nas quais a Administração entende que existe influência significativa decorrente: (i) dos percentuais de participação detidos; (ii) da participação de representante da Companhia no conselho da coligada; e ou (iii) da relevância dos serviços de logística prestados pela Companhia às coligadas. Já os investimentos de 50% no Terminal XXXIX S.A. (50% em 2022), 50% no Terminal Alvorada S.A., bem como a participação na Associação para Gestão da Ferrovia Interna do Porto de Santos ("AG-FIPS"), são geridos por regras de governança que conferem controle compartilhado aos investidores. **c) Controle do Grupo:** Companhia é controlada direta da Cosan S.A. ("Cosan"), que detém 30,33% do seu capital, incluindo ações em tesouraria, A Cosan é listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou "NYSE" (ticker — CSAN). Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan. **2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais:** Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras: **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2024. **2.2 Políticas contábeis gerais:** As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo: **a) Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais. **Julgamentos:** Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas: • **Nota 5.1 - Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia. • **Nota 5.6 - Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação; • **Nota 5.11 - Investimentos em coligadas e controladas em conjunto:** Na avaliação da existência de influência sobre a investida e ou controle compartilhado; • **Nota 5.12.1 - Propriedade para investimento:** Na classificação do arrendamento da propriedade da controladora como arrendadora. Aplicável até 31 de dezembro de 2022. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas: • **Nota 5.4 - Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada; • **Nota 5.6 - Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito); • **Notas 5.12.2 e 5.12.3 - Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • **Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • **Nota 5.15 - Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota 6.5** - **Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de "*vesting*"; • **Nota 2.3 - Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano e o peso argentino. As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação. Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação. As taxas de câmbio do Real (R$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Dólar americano (USD)	4,8413	5,2177
Peso argentino (ARS)	0,006	0,0296

2.3 Mensuração do valor justo: A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho. A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. • **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **i. 6.5 -** Pagamento com base em ações; **ii. 5.8 -** Instrumentos financeiros derivativos. Os títulos das Sênior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo ("LuxSE") apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

Empréstimo	Empresa	31/12/2023	31/12/2022
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg	96,41%	95,04%
Sênior Notes 2032	Rumo Luxembourg	85,65%	80,36%

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023 Nível 2	31/12/2022 Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.233.993	7.385.421	7.233.993	7.385.421
Títulos e valores mobiliários	1.396.107	840.061	1.396.107	840.061
Contas a receber de clientes	556.297	578.323	556.297	578.323
Instrumentos financeiros derivativos	1.561.493	874.843	1.561.493	874.843
Recebíveis de partes relacionadas	95.526	146.653	95.526	146.653
Caixa restrito	109.671	92.770	109.671	92.770
Total	**10.953.087**	**9.918.071**	**10.953.087**	**9.918.071**
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(18.964.841)	(16.758.088)	(18.987.550)	(16.633.229)
Passivos de arrendamento	(3.406.843)	(3.254.010)	(3.406.843)	(3.254.010)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.471.795)	(1.412.945)	(1.471.795)	(1.412.945)
Fornecedores	(1.084.931)	(746.430)	(1.084.931)	(746.430)
Dividendos a pagar	(180.337)	(132.044)	(180.337)	(132.044)
Arrendamentos e concessão parcelados	(1.067.256)	(1.138.076)	(1.067.256)	(1.138.076)
Pagáveis a partes relacionadas	(269.997)	(297.791)	(269.997)	(297.791)
Outros passivos financeiros	(342.276)	(817.869)	(342.276)	(817.869)
Parcelamento de débitos tributários	(902)	(902)	(902)	(902)
Total	**(26.789.178)**	**(24.558.155)**	**(26.811.887)**	**(24.433.296)**

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado. **2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações:** A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. As novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2023, não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia. **3 Negócios, operações e administração da Companhia: 3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros**

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures,Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	*Swap* de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Riscos de mercado:** O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco.

continua→★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Rumo S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos. **i. Risco cambial:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.746	1.540
Contas a receber de clientes	7.678	–
Fornecedores	(979)	(97.259)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.781.727)	(4.388.589)
Derivativos de taxa de câmbio	4.822.012	4.437.823
Passivo de arrendamento	(78.162)	(94.716)
	(27.432)	(141.201)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2023, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

		31/12/2023				
Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	123	1.090	2.057	(844)	(1.812)
Contas a receber de clientes	Flutuação do câmbio	252	2.234	4.217	(1.731)	(3.713)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	(32)	(285)	(538)	221	473
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	159.190	1.248.025	2.489.239	(1.244.620)	(2.489.239)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	(157.870)	(1.234.899)	(2.469.798)	1.234.899	2.469.798
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	(2.562)	(22.743)	(42.924)	17.619	37.800
Impactos no resultado do exercício		**(899)**	**(6.578)**	**(17.747)**	**5.544**	**13.307**

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2024. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

		Cenários				
	31/12/2023	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000
Euro	5,3516	5,6500	7,0625	8,4750	4,2375	2,8250

ii. Risco da taxa de juros: A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros. A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

	31/12/2023				
Exposição taxa de juros	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	740.931	926.164	1.111.397	555.698	370.466
Títulos e valores mobiliários	139.551	174.439	209.327	104.664	69.776
Caixa restrito	10.839	13.549	16.259	8.129	5.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(775.693)	(955.733)	(1.135.773)	(595.652)	(415.612)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(1.145.851)	(1.436.301)	(1.718.777)	(859.388)	(572.926)
Passivo de arrendamento	(441.671)	(442.081)	(442.493)	(441.262)	(440.855)
Arrendamento e concessão parcelados	(107.615)	(134.519)	(161.422)	(80.711)	(53.807)
Outros passivos financeiros	(39.589)	(48.132)	(56.674)	(31.046)	(22.504)
Impactos no resultado do exercício	**(1.619.098)**	**(1.902.614)**	**(2.178.156)**	**(1.339.568)**	**(1.060.042)**

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	10,08%	12,60%	15,13%	7,56%	5,04%
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	4,65%	3,10%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (i)	7.233.993	7.385.421
Títulos e valores mobiliários (i)	1.396.107	840.061
Caixa restrito (i)	109.671	92.770
Contas a receber de clientes (ii)	556.297	578.323
Recebíveis de partes relacionadas (ii)	95.526	146.653
Instrumentos financeiros derivativos (i)	1.561.493	874.843
	10.953.087	**9.918.071**

(i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o valor registrado. (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A". O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023
AA	21.373
AAA	10.279.891
Total	**10.301.264**

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023					31/12/2022
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.482.000)	(883.319)	(9.850.385)	(12.912.902)	**(25.128.605)**	**(24.037.575)**
Fornecedores	(887.745)	(197.186)	–	–	**(1.084.931)**	**(746.430)**
Outros passivos financeiros	(342.276)	–	–	–	**(342.276)**	**(817.869)**
Parcelamento de débitos tributários	(902)	–	–	–	**(902)**	**(902)**
Passivo de arrendamento	(458.343)	(454.984)	(805.545)	(15.570.173)	**(17.289.045)**	**(16.375.570)**
Arrendamento e concessão parcelados	(266.814)	(2.701.491)	(5.102.816)	–	**(8.071.121)**	**(1.137.173)**
Pagáveis a partes relacionadas	(261.320)	–	–	–	**(261.320)**	**(297.791)**
Dividendos a pagar	(180.362)	–	–	–	**(180.362)**	**(132.044)**
Instrumentos financeiros derivativos	(792.725)	(125.929)	(902.827)	3.414.923	**1.593.442**	**(538.101)**
	(4.672.487)	**(4.362.909)**	**(16.661.573)**	**(25.068.152)**	**(50.765.120)**	**(44.083.455)**

3.2 Informação por segmento: As informações por segmento são utilizadas pela Diretoria Executiva da Companhia para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização). **Segmentos operacionais:** A gestão da Companhia está estruturada em três segmentos: (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo nas áreas de concessão da Companhia, da Rumo Malha Norte, da Rumo Malha Central e da Rumo Malha Paulista. (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste. (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Exercício:

	31/12/2023				31/12/2022			
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Receita líquida	8.346.314	2.032.703	558.699	10.937.716	7.635.242	1.739.391	466.875	9.841.508
Custo dos serviços prestados	(4.705.824)	(1.644.307)	(488.301)	(6.838.432)	(4.615.075)	(1.644.441)	(435.632)	(6.695.148)
Lucro bruto	**3.640.490**	**388.396**	**70.398**	**4.099.284**	**3.020.167**	**94.950**	**31.243**	**3.146.360**
Margem bruta (%)	**43,62%**	**19,11%**	**12,60%**	**37,48%**	**39,56%**	**5,46%**	**6,69%**	**31,97%**
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(460.373)	(87.517)	(52.740)	(600.630)	(375.028)	(79.660)	(44.505)	(499.193)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	73.890	(104.026)	5.956	(24.180)	480.459	(102.584)	11.130	389.005
Depreciação e amortização	1.487.476	587.675	100.683	2.175.834	1.327.094	561.478	78.373	1.966.945
EBITDA	**4.741.483**	**784.528**	**124.297**	**5.650.308**	**4.452.692**	**474.184**	**76.241**	**5.003.117**
Margem EBITDA (%)	**56,81%**	**38,60%**	**22,25%**	**51,66%**	**58,32%**	**27,26%**	**16,33%**	**50,84%**

3.2.1 Principais clientes: A Companhia possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,42% da receita operacional líquida do ano de 2023 com um valor aproximado de R$ 1.213.263. Em 2022 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 9,89% da receita líquida com um valor aproximado de R$ 858.831. **4 Transações e eventos significativos: 4.1 Partes relacionadas: Política contábil:** As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. **a) Resumo dos saldos com partes relacionadas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	7.375	6.372	–	–
Rumo Malha Paulista S.A.	31.001	31.854	–	–
Rumo Malha Sul S.A.	3.426	1.878	–	–
Rumo Malha Central S.A.	3.533	2.508	–	–
Raízen S.A. e suas controladas	8.052	780	22.074	30.102
Elevações Portuárias S.A.	18.614	1.406	21.623	5.424
ALL Argentina S.A.	48.615	48.615	–	–
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	–	–	14.286	14.286
Outros	145	150	614	183
	120.761	**93.563**	**58.597**	**49.995**
Operações financeiras e societárias				
Logispot Armazéns Gerais S.A.	–	7.852	–	–
Rumo Malha Central S.A.	–	24.563	–	–
	–	**32.415**	**–**	**–**
	120.761	**125.978**	**58.597**	**49.995**
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	–	–	36.905	48.810
Raízen S.A. e suas controladas	–	–	–	47.731
	–	**–**	**36.905**	**96.541**
Operações financeiras e societárias				
Rumo Malha Central S.A.	–	1.000.000	–	–
ALL Argentina S.A.	3.326	3.326	–	–
Outros	–	–	24	117
	3.326	**1.003.326**	**24**	**117**
	3.326	**1.003.326**	**36.929**	**96.658**
Total	**124.087**	**1.129.304**	**95.526**	**146.653**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	8.067	1.175	–	–
Rumo Malha Sul S.A.	45.955	12.767	–	–
Rumo Malha Paulista S.A.	24.397	23.363	–	–
Rumo Malha Oeste S.A.	3	16	–	–
Rumo Malha Central S.A.	42.624	17.525	–	–
Terminal São Simão S.A.	220	220	–	–
Raízen S.A. e suas controladas	12.626	611	211.714	270.458
Cosan S.A.	2.505	632	6.197	2.976
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	–	–	6.352	8.085
Logispot Armazéns Gerais S.A.	186	666	–	–
Elevações Portuárias S.A.	7.894	4.200	8.294	4.676
Outros	1.622	1.009	37.440	11.596
	146.099	**62.184**	**269.997**	**297.791**
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Boswells S.A.	–	32.611	–	–
ALL - Argentina S.A.	4.733	4.733	–	–
	4.733	**37.344**	**–**	**–**
Total	**150.832**	**99.528**	**269.997**	**297.791**

b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas (i)	345.250	400.375	701.354	805.655
Rumo Malha Norte S.A.	54.684	48.634	–	–
Rumo Malha Paulista S.A. (ii)	324.030	293.915	–	–
Elevações Portuárias S.A.	2.876	19.379	14.778	2.463
Outros	–	–	–	6.910
	726.840	**762.303**	**716.132**	**815.028**
Compras de produtos/insumos				
Raízen S.A. e suas controladas (iii)	(1.752)	–	(2.242.872)	(2.496.143)
Logispot Armazéns Gerais S.A.	(3.413)	(2.945)	–	–
Rumo Malha Central S.A.	(76.896)	(45.757)	–	–
Rumo Malha Paulista S.A. (iv)	(44.552)	(69.122)	–	–
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (v)	(52)	(22)	(62.293)	(62.271)
Rumo Malha Sul S.A.	(50.725)	(51.249)	–	–
Elevações Portuárias S.A.	(15.634)	–	(16.536)	–
Terminal Marítimo do Guarujá S.A.	–	–	74.785	69.460
Outros	–	–	–	(637)
	(193.024)	**(169.095)**	**(2.246.916)**	**(2.489.591)**
Receitas (despesas) compartilhadas				
Cosan S.A. (vi)	–	(850)	(6.195)	(4.365)
Elevações Portuárias S.A.	(111)	2.147	(773)	96
Rumo Malha Oeste S.A.	638	590	–	–
Rumo Malha Paulista S.A.	12.664	16.435	–	–
Rumo Malha Sul S.A.	13.799	10.508	–	–
Rumo Malha Norte S.A.	3.499	3.075	–	–
Rumo Malha Central S.A.	7.135	4.129	–	–
Raízen S.A. e suas controladas (vi)	–	–	(33.235)	(30.803)
	37.624	**36.034**	**(40.203)**	**(35.072)**
Resultado financeiro				
COMGAS - Companhia de Gás de São Paulo	–	–	(8.642)	(12.105)
Rumo Malha Central S.A.	60.166	130.953	–	–
Boswells S.A.	2.353	2.268	–	–
Outros	628	817	–	(94)
	63.147	**134.038**	**(8.642)**	**(12.199)**

(i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 para a Raízen S.A. e suas controladas se refere principalmente à transporte e armazenagem, contratada em condições de mercado. (ii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item iv). (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado. (iv) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado. (v) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado. (vi) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen. **c) Remuneração dos administradores e diretores:** As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo	41.440	33.146
Transações com pagamentos baseados em ações	13.577	16.110
	55.017	**49.256**

4.2 Impacto de conflitos internacionais: A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022, pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países. As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de: fertilizantes e impactos no preço de commodities e combustíveis. A Companhia também tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços da commodity de petróleo, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais. A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam uma perda por *impairment.* Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de *impairment.* Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima. A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. **4.3 Liquidação das parcelas de arrendamento e concessão com precatórios:** Em dezembro de 2021, a Constituição Federal foi alterada para permitir que determinados créditos devidos por entes federados sejam adquiridos de terceiros e utilizados para pagamento de outorgas. As Companhias Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, liquidaram as parcelas do mês de janeiro e anteciparam a liquidação de outras parcelas com vencimento em 2023, no montante de R$ 120.046. Para liquidação destes valores foram utilizados precatórios adquiridos em 16 de janeiro de 2023 com custo de aquisição de R$ 96.036. Os efeitos desta transação foram reconhecidos na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais" nota 6.3. Em transação similar, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram utilizados precatórios no valor de R$ 124.400 para liquidação de parcelas relacionadas ao contrato de concessão da Rumo Malha Paulista. **4.4 Reorganização societária:** Em 19 de julho de 2023, a Companhia e a sua controlada Rumo Malha Norte S.A. convocaram suas respectivas Assembleia Geral Extraordinária - AGE, de forma a aprovar os atos societários relativos à Reorganização Societária de cisão parcial, conforme comunicado ao mercado nas datas de 20 de abril, 02 de junho e 19 de junho de 2023. Foi aprovado o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Rumo Malha Norte S.A. com Incorporação do Acervo Cindido pela Companhia.", celebrado entre as administrações da Companhia e da Malha Norte, bem como a Reorganização Societária e autorização do aumento do capital social da Companhia em decorrência da incorporação do Acervo Cindido. Como impacto da reorganização por meio da cisão, a Companhia recebeu R$ 2.650.000 em caixa, e os investimentos diretos no Terminal XXXIX de Santos S.A., Terminal de Granéis do Guarujá S.A. - TGG e no Terminal Marítimo do Guarujá S.A. - TERMAG, registrados em contrapartida ao investimento da controlada Rumo Malha Norte S.A. (nota 5.11). Como pagamento pela participação dos minoritários da controlada Malha Norte S.A. nos ativos recebidos, foram emitidas 710.158 ações ao montante de R$ 13.110 na Companhia. O efeito no balanço consolidado se resumirá no valor das ações emitidas e entregues como pagamento aos minoritários. **4.5 Investimento Terminal Alvorada S.A:** Em 07 de julho de 2023, a Companhia formou uma *join venture* junto a CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda, com o objetivo de transformar o armazém de transbordo rodoviário da CHS em Alvorada (TO) em terminal de transbordo rodoferroviário. **4.6 Emissão de debêntures Rumo S.A.:** Em 15 de setembro de 2023, a Companhia captou R$ 1.500.000 com a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R$ 750.000, com taxa de IPCA+5,76% e prazo de 6 anos, enquanto a segunda é de R$ 750.000 com taxa de IPCA+6,18% e prazo de 10 anos. Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de 100% do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento. Estas debêntures possuem as mesmas cláusulas financeiras restritivas ("*financial covenants*") que as demais dívidas e compromissos ESG, conforme demonstrado na nota 5.5. **4.7 Plano de recompra de ações:** Em 09 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações. O Programa aprovado, tem como objetivo a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para manutenção de tais ações adquiridas em tesouraria, cancelamento ou alienação, ou posterior alienação das ações no mercado. As ações recompradas e mantidas em tesouraria podem, a critério da administração da Companhia, ser usadas para cumprir obrigações decorrentes de planos de ações referentes à retenção de executivos, na forma aprovada pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. A realização das aquisições de ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra ocorreu entre os dias 13 e 21 de novembro de 2023, quando foi atingido o limite de recompra da Companhia de 4.461.504 ações. **4.8 Eventos de 2022:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou transações não recorrentes, as quais não impactam o exercício de 2023, mas são relevantes para as informações comparativas. **4.8.1 Pré-pagamento Sênior Notes 2025:** Em 14 de janeiro de 2022, a Companhia efetuou o pré-pagamento da Sênior Notes 2025, no valor de USD 500.000, equivalente a R$ 2.848.332, com vencimento original em janeiro de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em janeiro de 2018. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo

continua→★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Rumo S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

período. **4.8.2 Revisão ordinária do contrato de concessão da Malha Paulista:** Em 25 de maio de 2022, ocorreu a revisão ordinária anual da concessão da Malha Paulista, levando à modificação de anexos específicos do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Os principais impactos nas demonstrações financeiras foram: (i) R$ 32.490 de revisão de outorgas, valor registrado em outras receitas e despesas; (ii) R$ 60.309 de remensuração da outorga pela postergação de investimentos com datas determinadas (Nota Explicativa 5.12.4); e (iii) R$ 8.484 de verbas de pesquisa e preservação de memória ferroviária, provisionadas no decorrer do exercício. Todos os valores foram computados nas parcelas trimestrais remanescentes de outorga, sujeitos à correção de IPCA e juros de 11,04% ao ano. **4.8.3 Venda de ações da Elevações Portuárias:** Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a alienação de 80% (oitenta por cento) da sua participação acionária na controlada integral Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"), que opera e controla os terminais T16 e T19 no Porto de Santos (SP), à Corredor Logística e Infraestrutura Sul ("CLI SUL"), empresa integralmente detida pela Corredor Logística e Infraestrutura ("CLI"), em linha com a estratégia de formação de parcerias de longo prazo e de foco na logística ferroviária e na execução dos projetos estratégicos de expansão. A conclusão da operação de venda ocorreu em 14 de novembro de 2022, quando a Companhia recebeu de forma líquida o montante de R$ 1.394.669, apurando um resultado de R$ 955.584 conforme nota explicativa 6.3. **4.8.4 Acordo judicial - Farovia S.A.:** A Rumo Malha Norte, a Rumo Malha Sul, a Rumo Malha Paulista e a Rumo S.A. eram partes em procedimento arbitral confidencial, cujo valor total dos pedidos somava R$ 1.281.084. O procedimento foi instaurado pela parte contrária sob a alegação de que às Companhias teriam dado causa à rescisão de contrato de serviço transporte ferroviário e investimentos, diante do que requereu indenização. Em 22 de novembro de 2022, Companhia firmou acordo para encerrar o procedimento arbitral, mediante a aquisição da totalidade das ações da empresa Farovia, contra a qual litigava, incorporada na sequência. O acordo envolveu um montante de caixa líquido de R$ 51.132 e a assunção de uma dívida bancária totalizando R$ 396.818 conforme nota explicativa 6.3. Em janeiro de 2023 o procedimento arbitral foi extinto a partir de acordo celebrado entre as partes. **4.9 Eventos subsequentes: 4.9.1 Renovação do benefício fiscal SUDAM:** Em 20 de dezembro de 2023 a Rumo Malha Norte S.A. apresentou junto à Receita Federal do Brasil - RFB o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento das condições e requisitos legais exigidos para renovação do benefício fiscal, por mais 10 anos. Diante do exposto a RFB através do uso de suas atribuições, decidiu em 13 de março de 2024, através do ato declaratório executivo de número 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais de que trata o art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte. **4.9.2 Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista S.A.:** Em 25 de março de 2024 a controlada Rumo Malha Paulista captou R$ 1.200.000 com a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R$ 532.243, com taxa de IPCA + 5,7970% a.a., prazo de 10 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização bullet, enquanto a segunda é de R$ 667.757 com taxa de IPCA + 5,9284% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortizações nos três últimos anos. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento. Essa emissão possui as mesmas cláusulas financeiras restritivas ("financial covenants") que as demais dívidas, conforme demonstrado na nota 5.5. **4.9.3 Projeto terminal portuário - Seeds:** Em 25 de março de 2024, as Companhias Rumo S.A. e EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A., assinaram um acordo vinculante para a implementação de um novo projeto (terminal) portuário para elevações de grãos e fertilizantes no porto de Santos. O investimento estimado para construção do Terminal é de R$ 2,5 bilhões e será financiado com empréstimos, além da possibilidade de potenciais parcerias estratégicas ao longo do curso de implementação do Projeto. O início de construção está condicionado ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo licenciamento e aprovações legais e regulatórias. Após o cumprimento de todas as condições precedentes, estima-se o período de 30 meses para construção. **5. Informações detalhadas sobre ativos e passivos: 5.1 Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	1.396.107	840.061
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.561.493	874.843
		2.957.600	**1.714.904**
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	7.233.993	7.385.421
Contas a receber de clientes	5.4	556.297	578.323
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	95.526	146.653
Caixa restrito	5.3	109.671	92.770
		7.995.487	**8.203.167**
Total		**10.953.087**	**9.918.071**
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	4.047.797	4.576.705
Passivos de arrendamento	5.6	3.406.843	3.254.010
Fornecedores	5.7	1.084.931	746.430
Outros passivos financeiros (i)		342.276	817.869
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	269.997	297.791
Dividendos a pagar		180.337	132.044
Arrendamento e concessão parcelados	5.16	1.067.256	1.138.076
Parcelamento de débitos tributários	5.13	902	902
		10.400.339	**10.963.827**
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.471.795	1.412.945
Empréstimos e financiamentos	5.5	14.917.044	12.181.383
		16.388.839	**13.594.328**
Total		**26.789.178**	**24.558.155**

(i) Saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a agentes financeiros. Essas operações tiveram fundos e bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 12,42% a.a. (14,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022). O prazo médio dessas operações gira em torno de 111 dias (109 dias em 31 de dezembro de 2022). A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em "Juros sobre contratos comerciais" (Nota 6.4) do resultado financeiro, tendo representado R$ 91.597 no exercício findo em 31 de dezembro 2023 (R$ 96.752 em 31 de dezembro de 2022). **5.2 Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:** São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.213	1.912	10.948	28.410
Aplicações financeiras	3.112.829	2.167.423	7.223.045	7.357.011
	3.114.042	**2.169.335**	**7.233.993**	**7.385.421**

As aplicações financeiras são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	–	–	177.584	15.095
Certificado de depósitos bancários - CDB (i)	3.112.829	2.167.423	7.045.461	7.341.916
	3.112.829	**2.167.423**	**7.223.045**	**7.357.011**

(i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,10% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou "CDI", em 31 de dezembro de 2023 (102,9% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1. **5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito: Política contábil:** São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos (i)	179.758	50.456	1.097.282	475.936
Certificados de depósitos bancários (ii)	48.738	38.250	298.825	361.972
Letras financeiras (iii)	–	228	–	2.153
	228.496	**88.934**	**1.396.107**	**840.061**

(i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos. (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos. (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	–	–	108.560	84.969
Valores depositados em garantia	78	79	1.111	7.801
	78	**79**	**109.671**	**92.770**

5.4 Contas a receber de clientes: Política contábil: As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	35.321	52.848	540.190	570.524
Mercado externo	7.678	–	21.633	13.598
	42.999	**52.848**	**561.823**	**584.122**
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.041)	(204)	(5.526)	(5.799)
	(1.041)	**(204)**	**(5.526)**	**(5.799)**
Total	**41.958**	**52.644**	**556.297**	**578.323**
Circulante	**41.958**	**52.644**	**538.457**	**561.641**
Não circulante	**–**	**–**	**17.840**	**16.682**
Total	**41.958**	**52.644**	**556.297**	**578.323**

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	35.165	48.737	498.986	530.804
Vencidas				
Até 30 dias	899	2.160	44.151	34.873
De 31 a 60 dias	3.210	1.151	11.239	3.492
De 61 a 90 dias	981	643	4.761	832
Mais de 90 dias	2.744	157	2.686	14.121
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.041)	(204)	(5.526)	(5.799)
	41.958	**52.644**	**556.297**	**578.323**

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**(620)**	**(5.964)**
Provisões	(207)	(5.147)
Reversões e baixas	623	5.312
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(204)**	**(5.799)**
Provisões	(919)	(4.029)
Reversões e baixas	82	4.302
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(1.041)**	**(5.526)**

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures: Política contábil: Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento	
Descrição	Indexador	Taxa média anual de juros (i)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	final	Objetivo
Com garantia								
Finame	Préfixado	6,00%	64.388	137.737	128.494	280.919	dez/2024	Investimento
Finem	Préfixado	3,50%	–	–	29	378	jan/2024	Investimento
	URTJLP	8,60%	–	–	2.210.390	2.221.900	jul/2031	Investimento
NCE	CDI + 0,80%	14,56%	–	–	–	355.770	dez/2023	Capital de giro
	CDI + 1,03%	14,84%	–	–	–	98.003	fev/2023	Capital de giro
	CDI + 2,07%	14,85%	–	–	52.101	50.467	mar/2025	Capital de giro
	CDI + 2,25%	15,16%	–	–	60.774	62.760	mai/2026	Capital de giro
	CDI + 2,25%	15,39%	–	–	78.965	–	fev/2026	Capital de giro
	CDI + 2,20%	14,20%	–	–	30.252	–	mar/2026	Capital de giro
	SOFR + 1,30% (ii)	6,65%	–	–	487.544	–	jan/2025	Capital de giro
Sênior Notes 2028	Préfixado (US$) (iii)	5,25%	–	–	2.178.449	2.196.083	jan/2028	Investimento
Sênior Notes 2032	Préfixado (US$) (iv)	4,20%	–	–	2.066.885	2.124.051	jan/2032	Investimento
ECA	Euribor + 0,58% (EUR) (v)	4,52%	–	–	48.849	68.455	set/2026	Investimento
CCB	IPCA (vi)	5,41%	–	–	954.205	806.028	jan/2048	Capital de giro
			64.388	**137.737**	**8.296.937**	**8.264.814**		
Debêntures								
Debêntures não conversíveis	IPCA + 3,60% (vii)	8,19%	413.880	367.476	413.881	367.476	dez/2030	Investimento
	IPCA + 3,90% (viii)	8,50%	1.113.820	1.048.252	1.113.820	1.048.252	out/2029	Investimento
	IPCA + 4,00% (ix)	8,61%	1.077.140	941.203	1.077.140	941.203	dez/2035	Investimento
	IPCA + 4,50% (x)	9,13%	1.596.910	1.523.382	1.596.910	1.523.383	jun/2031	Investimento
	IPCA + 4,54% (xi)	9,17%	254.232	80.987	254.232	80.987	jun/2036	Investimento
	IPCA + 4,68% (xii)	9,32%	–	–	396.201	518.680	fev/2026	Investimento
	IPCA + 4,77% (xiii)	9,41%	–	–	773.556	632.440	jun/2031	Investimento
	IPCA + 5,73% (xiv)	10,41%	–	–	551.709	537.261	out/2033	Investimento
	IPCA + 5,99% (xv)	10,69%	–	–	470.177	435.780	jun/2032	Investimento
	IPCA + 6,80% (xvi)	11,53%	1.004.762	893.852	1.004.762	893.852	abr/2030	Investimento
	CDI + 1,30%	13,10%	–	–	759.390	759.175	out/2027	Investimento
	CDI + 1,79%	13,65%	–	–	753.435	754.785	jun/2027	Investimento
	IPCA + 5,76% (xvii)	10,45%	753.439	–	753.439	–	ago/2029	Investimento
	IPCA + 6,18% (xviii)	10,88%	749.252	–	749.252	–	mai/2033	Investimento
			6.963.435	**4.855.152**	**10.667.904**	**8.493.274**		
Total			**7.027.823**	**4.992.889**	**18.964.841**	**16.758.088**		
Circulante			**110.723**	**99.769**	**1.356.905**	**1.357.026**		
Não circulante			**6.917.100**	**4.893.120**	**17.607.936**	**15.401.062**		

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços. (ii) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 14,38% no ano de 2023. (iii) Dívida com swap para 115% do CDI que representou uma taxa média de 15,16% no ano de 2023. (iv) Dívida com swap para 114% do CDI que representou uma taxa média de 15,09% no ano de 2023. (v) Dívida com swap para 108% do CDI que representou uma taxa média de 14,30% no ano de 2023. (vi) Dívida com swap para 62% do CDI que representou uma taxa média de 8,13% no ano de 2023. (vii) Dívida com swap para 104% do CDI que representou uma taxa média de 13,78% no ano de 2023. (viii) Dívida com swap para 102% do CDI que representou uma taxa média de 13,50% no ano de 2023. (ix) Dívida com swap para 107% do CDI que representou uma taxa média de 14,16% no ano de 2023. (x) Dívida com swap para 106% do CDI que representou uma taxa média de 13,95% no ano de 2023. (xi) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 14,36% no ano de 2023. (xii) Dívida com swap para 107% do CDI que representou uma taxa média de 14,13% no ano de 2023. (xiii) Dívida com swap para 112% do CDI que representou uma taxa média de 14,74% no ano de 2023. (xiv) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 14,36% no ano de 2023. (xv) Dívida com swap para 100% do CDI que representou uma taxa média de 13,14% no ano de 2023. (xvi) Dívida com swap para 118% do CDI que representou uma taxa média de 15,55% no ano de 2023. (xvii) Dívida com swap para 105% do CDI que representou uma taxa média de 13,91% no ano de 2023. (xviii) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 14,38% no ano de 2023. Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
13 a 24 meses	–	49.035	937.125	701.720
25 a 36 meses	–	–	1.015.402	734.043
37 a 48 meses	739.392	–	2.292.971	830.066
49 a 60 meses	1.269.525	719.256	3.819.827	2.202.439
61 a 72 meses	2.087.154	1.217.382	2.782.970	3.709.931
73 a 84 meses	744.609	1.173.021	1.151.347	1.785.577
85 a 96 meses	218.293	623.782	522.675	1.002.205
A partir de 97 meses	1.858.127	1.110.644	5.085.619	4.435.081
	6.917.100	**4.893.120**	**17.607.936**	**15.401.062**

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Reais (R$)	14.183.114	12.369.499
Dólar (US$) (i)	4.732.878	4.320.134
Euro (i)	48.849	68.455
Total	**18.964.841**	**16.758.088**

(i) Em 31 de dezembro de 2023, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda. Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	5.199.467	21.178.748
Captações	–	693.086
Atualização de juros, variação monetária e cambial	300.970	(166.167)
Assunção em acordo	348.803	348.803
Amortização de principal	(588.695)	(4.106.479)
Pagamento de juros	(267.656)	(1.189.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.992.889**	**16.758.088**
Captações	1.459.791	2.770.736
Atualização de juros, variação monetária e cambial	919.714	1.971.541
Amortização de principal	(73.201)	(1.323.716)
Pagamento de juros	(271.370)	(1.211.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.027.823**	**18.964.841**

a) Garantias: Alguns contratos de financiamento com bancos de fomento, destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,70% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R$ 3.120.034 (R$ 3.037.453 em 31 de dezembro de 2022). **b) Linhas de crédito não utilizadas:** Em 31 de dezembro de 2023, Companhia dispunha de linhas de crédito não utilizadas (sujeitas a condições contratuais para utilização), em bancos com rating AAA, no valor total de R$ 802.908 (R$ 1.409.490 em 31 de dezembro de 2022). **c) Cláusulas restritivas ("*financial covenants*"):** As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros (os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de *covenants* e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas):

Indicador	Empresa	Dívida	Meta	Apuração
		Sênior notes 2028		
		Sêniorr notes 2032		
Alavancagem = Dívida líquida (i)/EBITDA (ii)	**Rumo S.A.**	ECA		
		NCE		
		Debêntures (iv)	≤ 3,5x	1,81x
	Brado	NCE	≤ 3,3x	1,18x
		Debênture (11ª, 12ª, 13ª e 14ª)		
ICJ = EBITDA/Resultado financeiro (iii)	**Rumo S.A.**	ECA	≥ 2,0x	3,84x

(i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos. (ii) Conforme definido na nota explicativa 3.2 às demonstrações financeiras. (iii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada, demonstrado na nota 6.4. (iv) As Debêntures 12ª e 13ª emissões, possuem *covenant* contratual de alavancagem em 3,0x (três vezes). Contudo, elas possuem consentimentos prévios (*waiver*) que permitem à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras. **d) Compromissos ESG:** O *Sênior Notes* 2028 foi a primeira emissão *Green* do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Companhia tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de "Aquisição, substituição e atualização de material rodante", "Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios", e "Modernização da ferrovia". A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores. O Sênior Notes 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), com a seguinte meta sustentável: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a. A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada a meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data-base de dezembro de 2019. A Companhia será beneficiada com *step-down* de 25 *basis points* em cada série caso atinja essa meta, o que reduziria a taxa a partir de 2024 para CDI + 1,54% na 1ª série e IPCA + 4,52% na 2ª série. A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* na 1ª série e 20 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2026 e acréscimo de 5 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2030. **5.6 Passivos de arrendamento: Política contábil:** No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre

continua→★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Rumo S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

empréstimo como taxa de desconto. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Arrendamentos consolidado			
	Financeiro	**Operacionais - concessões**	**Operacionais - outros**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	178.526	2.663.396	264.958	3.106.880
Adições	–	111.458	116.738	228.196
Apropriação de juros e variação cambial	23.072	324.122	15.367	362.561
Amortização de principal de arrendamento	(81.134)	(206.069)	(66.170)	(353.373)
Pagamento de juros de arrendamento	–	(162.720)	(32.360)	(195.080)
Reajuste contratual	–	184.896	30.034	214.930
Baixas (ii)	–	(105.131)	–	(105.131)
Transferências entre passivos (i)	–	(4.973)	–	(4.973)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**120.464**	**2.804.979**	**328.567**	**3.254.010**
Adições	–	45.270	222.419	267.689
Apropriação de juros e variação cambial	21.968	300.625	33.863	356.456
Amortização de principal de arrendamento	(71.411)	(248.096)	(78.026)	(397.533)
Pagamento de juros de arrendamento	–	(128.712)	(40.630)	(169.342)
Reajuste contratual	–	99.254	4.274	103.528
Baixas (ii)	–	(7.942)	(23)	(7.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**71.021**	**2.865.378**	**470.444**	**3.406.843**
Circulante	**37.425**	**358.464**	**113.532**	**509.421**
Não circulante	**33.596**	**2.506.914**	**356.912**	**2.897.422**
	71.021	**2.865.378**	**470.444**	**3.406.843**

(i) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16). (ii) Refere-se à baixa dos contratos vigentes na Rumo Serviços Logísticos Ltda. (Portofer). Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro. Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	43.115	55.629
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	37.739	14.639
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	5.376	1.329
	86.230	**71.597**

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, sendo, portanto, prontamente determinável em tais casos. Ou seja, nesses casos a valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. Essa particularidade da Companhia faz com que os efeitos sobre os saldos (dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação) caso a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, não são relevantes para influenciarem as decisões dos usuários e, consequentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 32.244 (R$ 6.318 em 31 de dezembro de 2022). **5.7 Fornecedores: Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fornecedores de materiais e serviços	117.480	47.633	1.076.678	732.039
Outros	2.173	16.522	8.253	14.391
Total	**119.653**	**64.155**	**1.084.931**	**746.430**

5.8 Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil: Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedg*e e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedg*e. A Companhia designa certos derivativos como *hedge*s do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme *(hedg*e de valor justo). No início do relacionamento de *hedg*e de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedg*e e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedg*e que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedg*e. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedg*e. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedg*e são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos/(perdas). Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedg*e são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedg*e for menor que 12 meses. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de hedge são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Companhia utiliza instrumentos de swap, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de *Swap* (Juros e câmbio)	5.572.429	5.151.173	(685.961)	(532.192)
Contratos de *Swap* (Juros e inflação)	9.388.674	7.831.254	775.659	(5.910)
	14.961.103	**12.982.427**	**89.698**	**(538.102)**
Circulante			26.252	17.545
Não circulante			1.535.241	857.298
Ativos			**1.561.493**	**874.843**
Circulante			(821.700)	(1.020.726)
Não circulante			(650.095)	(392.219)
Passivos			**(1.471.795)**	**(1.412.945)**
Total de instrumentos contratados			**89.698**	**(538.102)**

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI. ***Estratégias de Hedge:*** *a)* Hedge do valor justo: Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

***Hedge* risco de câmbio**		Nocional R$	Valor contábil R$		Resultado Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Dívidas						
Sênior Notes 2028	US$ + 5,30%	(2.791.600)	(2.178.449)	(2.196.083)	167.874	(336.161)
Sênior Notes 2032	US$ + 4,20%	(2.259.375)	(2.066.885)	(2.124.051)	126.408	(629.220)
NCE USD	Sofr + 1,3%	(483.400)	(487.544)	–	3.147	–
Total		**(5.534.375)**	**(4.732.878)**	**(4.320.134)**	**297.429**	**(965.381)**
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 115% do CDI	2.791.600	(460.940)	(418.674)	42.265	685.200
Swap de câmbio e juros	BRL + 117% do CDI	2.259.375	(239.630)	(128.986)	110.644	804.558
Swap de câmbio e juros	BRL + 108,90% do CDI	483.400	5.293	–	(5.293)	–
Total		**5.534.375**	**(695.277)**	**(547.660)**	**147.616**	**1.489.758**
Total líquido		**–**	**(5.428.155)**	**(4.867.794)**	**445.045**	**524.377**

***Hedge* risco de inflação**		Nocional R$	Valor contábil R$		Resultado Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Dívidas						
Debêntures	IPCA + 3,87%	(1.200.000)	(1.220.460)	(1.065.088)	86.656	(88.823)
Debêntures	IPCA + 3,90%	(914.751)	(1.117.221)	(1.048.252)	49.958	2.162
Debêntures	IPCA + 4,00%	(234.045)	(267.161)	(243.591)	13.520	(13.163)
Debêntures	IPCA + 4,77%	(750.000)	(773.556)	(632.440)	47.885	(76.893)
Debêntures	IPCA + 4,50%	(784.619)	(841.646)	(818.428)	57.942	(51.842)
Debêntures	IPCA + 4,54%	(258.815)	(234.556)	(80.987)	22.146	(10.533)
Debêntures	IPCA + 6,80%	(909.045)	(1.004.762)	(893.852)	61.748	(55.374)
Debêntures	IPCA + 5,73%	(500.000)	(541.442)	(537.261)	39.691	(34.565)
Debêntures	IPCA + 5,99%	(434.000)	(470.177)	(435.780)	14.245	1.741
Finem	TLP + 5,90%	(28.107)	(36.301)	(28.115)	971	(1.644)
Debêntures	IPCA + 5,76%	(750.000)	(753.439)	–	(186)	–
Debêntures	IPCA + 6,18%	(750.000)	(749.252)	–	3.468	–
CCB	IPCA + 0,95%	(975.292)	(954.205)	(785.366)	(10.088)	(4.418)
Total		**(8.488.674)**	**(8.964.178)**	**(6.569.160)**	**387.956**	**(333.352)**

***Hedge* risco de inflação**		Nocional R$	Valor contábil R$		Resultado Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107% do CDI	1.200.000	69.219	(83.792)	(153.011)	14.724
Swap de inflação e juros	104% do CDI	914.751	180.091	74.408	(105.683)	2.162
Swap de inflação e juros	108% do CDI	234.045	40.953	13.871	(27.082)	670
Swap de inflação e juros	112% do CDI	750.000	39.086	(49.482)	(88.568)	31.595
Swap de inflação e juros	108% do CDI	784.619	53.696	(46.218)	(99.914)	(3.439)
Swap de inflação e juros	109% do CDI	258.815	5.112	(30.883)	(35.995)	3.600
Swap de inflação e juros	118% do CDI	909.045	101.294	(9.193)	(110.487)	14.515
Swap de inflação e juros	109% do CDI	500.000	47.693	(19.045)	(66.738)	10.701
Swap de inflação e juros	99,5% do CDI	434.000	35.221	1.672	(33.549)	(1.672)
Swap de inflação e juros	95,9% do CDI	28.107	1.600	(558)	(2.158)	558
Swap de inflação e juros	105,28% do CDI	750.000	(8.002)	–	8.002	–
Swap de inflação e juros	108,87% do CDI	750.000	(4.397)	–	4.397	–
Swap de inflação e juros	63% do CDI	975.292	(15.221)	(6.976)	8.245	6.976
Total		**8.488.674**	**546.345**	**(156.196)**	**(702.541)**	**80.390**
Total líquido		**–**	**(8.417.833)**	**(6.725.356)**	**(314.585)**	**(252.962)**

b) Opções por valor justo*:* Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Risco de inflação		Nocional R$	Valor contábil R$		Resultado Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Dívidas						
Debêntures	IPCA + 4,68%	(300.000)	(396.201)	(518.680)	13.474	(6.070)
Debêntures	IPCA + 4,50%	(600.000)	(774.939)	(704.954)	34.721	(34.745)
Total		**(900.000)**	**(1.171.140)**	**(1.223.634)**	**48.195**	**(40.815)**
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107% do CDI	300.000	81.885	76.194	(5.691)	(4.819)
Swap de inflação e juros	103% do CDI	600.000	147.429	74.092	(73.337)	8.252
Total		**900.000**	**229.314**	**150.286**	**(79.028)**	**3.433**
Total líquido		**–**	**(941.826)**	**(1.073.348)**	**(30.833)**	**(37.382)**

Risco de câmbio		Nocional R$	Valor contábil R$		Resultado Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Dívidas						
ECA	EUR + 0,58%	(38.054)	(48.849)	(68.455)	(1.444)	377
Loan 4131	USD + 2,20%	–	–	–	–	247
Total		**(38.054)**	**(48.849)**	**(68.455)**	**(1.444)**	**624**
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 108% do CDI	38.054	9.316	15.468	6.153	15.067
Swap de câmbio e juros	BRL + 118% do CDI	–	–	–	–	47.527
Total		**38.054**	**9.316**	**15.468**	**6.153**	**62.594**
Total líquido		**–**	**(39.533)**	**(52.987)**	**4.709**	**63.218**

5.9 Outros tributos a recuperar: Política Contábil: Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
COFINS	22.988	16.361	290.068	264.125
PIS	5.063	2.752	74.137	116.165
ICMS (i)	–	–	685.793	616.081
ICMS CIAP (ii)	–	–	101.035	88.404
Outros	2.203	2.117	43.737	20.008
	30.254	**21.230**	**1.194.770**	**1.104.783**
Circulante	**30.254**	**21.230**	**356.698**	**363.416**
Não circulante	**–**	**–**	**838.072**	**741.367**
	30.254	**21.230**	**1.194.770**	**1.104.783**

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte. (ii) Crédito de ICMS oriundo de aquisições de ativo imobilizado. **5.10 Estoques: Política contábil:** Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensurada pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Peças e acessórios	1.233	1.446	178.260	168.777
Combustíveis e lubrificantes	137	27	16.227	30.027
Almoxarifado e outros	132	133	21.118	27.009
	1.502	**1.606**	**215.605**	**225.813**

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R$ 7.682 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 2.645 em 31 de dezembro de 2022). **5.11 Investimentos em outras entidades e provisão para passivo a descoberto: (a) Subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto: Política contábil: a) Subsidiárias:** Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidadas quando o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade. **b) Coligadas e controladas em conjunto:** Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Controladas em conjunto são acordos através dos quais as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são tratados como ativos não circulantes e estão demonstrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável. De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de coligadas e controladas em conjunto atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em "Resultado de equivalência patrimonial". Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e coligadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2023: **i. Controladora:**

	Número de ações da investida	**Ações da investidora**	**Percentual de participação**
Rumo Intermodal S.A.	91.064.313	91.064.313	100%
Rumo Malha Central S.A.	4.470.908.744	4.470.908.744	100%
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	1.186.299.005	100%
Boswells S.A.	3.265.000	3.265.000	100%
Brado Participações S.A.	12.962.963	10.000.000	77%
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	100%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.040.816	51%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	39.780.000	51%
Rumo Malha Sul S.A.	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100%
ALL Argentina S.A.	9.703.000	8.826.110	91%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100%
Rumo Malha Paulista S.A.	5.032.794.458.529	5.032.794.458.529	100%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	376.560.990	376.560.990	100%
Rumo Malha Oeste S.A.	478.460.074	478.460.074	100%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	20%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	10%
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	134.479.451	20%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	50%
Terminal Alvorada S.A.	100.197.076	50.098.538	50%
Rumo Holding Malha Norte S.A.	5.000	4.950	99%

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	**Resultado de equivalência**	**Aumento (redução) de capital/AFAC**	**Dividendos e juros sobre capital próprio a receber**	**Resultado abrangente**	**Amortização do direito de concessão**	**Plano de opção de ações**	**Outros**	**Saldo em 31 de dezembro de 2023**
Elevações Portuárias S.A.	296.746	38.992	(99.040)	(18.960)	–	–	–	–	217.738
Rumo Intermodal S.A.	30.666	(7.113)	164.367	–	828	–	–	(2.635)	186.113
Rumo Malha Central S.A.	2.593.981	28.615	–	–	–	–	–	–	2.622.596
Rumo Malha Norte S.A.	8.958.810	1.306.475	(2.650.000)	(259.884)	5	(29.880)	–	(61.788)	7.263.738
Boswells S.A.	32.625	(14)	–	–	(2.353)	–	–	(30.258)	–
Brado Participações S.A.	359.495	(6.341)	–	–	–	–	2.083	–	355.237
Paranaguá S.A.	8.875	1.116	–	–	(7.657)	–	–	–	2.334
Logispot Armazéns Gerais S.A.	72.809	2.791	–	(2.203)	–	–	–	–	73.397
Rumo Luxembourg Sarl	50.704	(7.473)	–	–	–	–	–	–	43.231
Rumo Malha Paulista S.A.	3.821.894	14.005	3.500.000	–	22	(19.736)	–	–	7.316.185
Terminal São Simão S.A.	37.980	(1.417)	(12.750)	(450)	–	–	–	–	23.363
Rumo Malha Sul S.A.	2.370.571	(40.604)	–	–	154	–	–	–	2.330.121
ALL Armazéns Gerais Ltda.	86.675	(8.447)	–	–	–	–	518	–	78.746
Rumo Holding Malha Norte S.A.	–	–	5	–	–	–	–	–	5

continua→★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Rumo S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital/ AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A	–	(3.149)	–	–	–	–	–	9.166	6.017
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	–	5.117	–	(1.530)	–	–	–	12.369	15.956
Terminal XXXIX S.A.	–	30.048	–	(11.000)	–	–	–	47.371	66.419
Terminal Alvorada S.A.	–	1.265	47.300	–	–	–	–	–	48.565
Total do investimento	**18.721.831**	**1.353.866**	**949.882**	**(294.027)**	**(9.001)**	**(49.616)**	**2.601**	**(25.775)**	**20.649.761**
ALL Argentina S.A.	(53.314)	(2.619)	–	–	9.992	–	–	2.304	(43.637)
Rumo Malha Oeste S.A.	(2.151.352)	(333.563)	155.000	–	20	–	–	–	(2.329.895)
Total do passivo a descoberto	**(2.204.666)**	**(336.182)**	**155.000**	**–**	**10.012**	**–**	**–**	**2.304**	**(2.373.532)**
Total	**16.517.165**	**1.017.684**	**1.104.882**	**(294.027)**	**1.011**	**(49.616)**	**2.601**	**(23.471)**	**18.276.229**

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital/ AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Aquisição de participação em subsidiária	Alienação de investimento	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Elevações Portuárias S.A.	725.944	114.652	–	(146.768)	–	–	–	–	(552.479)	155.397	296.746
Rumo Intermodal S.A.	1.606	30.042	–	–	912	–	–	–	–	(1.894)	30.666
Rumo Malha Central S.A.	2.607.547	(14.010)	–	–	444	–	–	–	–	–	2.593.981
Rumo Malha Norte S.A.	8.595.025	1.292.104	–	(898.492)	(7)	(29.879)	–	151	–	(92)	8.958.810
Boswells S.A.	34.893	–	–	–	(2.268)	–	–	–	–	–	32.625
Brado Participações S.A.	378.841	(17.904)	–	(262)	–	–	1.632	–	–	(2.812)	359.495
Paranaguá S.A.	17.272	(744)	–	–	(7.653)	–	–	–	–	–	8.875
Logispot Armazéns Gerais S.A.	71.947	2.159	–	(1.297)	–	–	–	–	–	–	72.809
Rumo Luxembourg Sarl	9.521	41.183	–	–	–	–	–	–	–	–	50.704
Rumo Malha Paulista S.A.	4.301.529	(460.032)	–	–	132	(19.735)	–	–	–	–	3.821.894
Terminal São Simão S.A.	39.979	633	(2.294)	(338)	–	–	–	–	–	–	37.980
Rumo Malha Sul S.A.	2.595.913	(225.944)	–	–	602	–	–	–	–	–	2.370.571
ALL Armazéns Gerais Ltda.	90.057	(3.789)	–	–	–	–	407	–	–	–	86.675
Total do investimento	**19.470.074**	**758.350**	**(2.294)**	**(1.047.157)**	**(7.838)**	**(49.614)**	**2.039**	**151**	**(552.479)**	**150.599**	**18.721.831**
ALL Argentina S.A.	(64.035)	(1.877)	–	–	10.704	–	–	–	–	1.894	(53.314)
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.922.927)	(318.520)	90.000	–	95	–	–	–	–	–	(2.151.352)
Total do passivo a descoberto	**(1.986.962)**	**(320.397)**	**90.000**	**–**	**10.799**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.894**	**(2.204.666)**
Total	**17.483.112**	**437.953**	**87.706**	**(1.047.157)**	**2.961**	**(49.614)**	**2.039**	**151**	**(552.479)**	**152.493**	**16.517.165**

Informações financeiras de investidas:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
Elevações Portuárias S.A.	1.251.643	444.748	806.895	194.954	950.538	243.797	706.741	127.554
Rumo Intermodal S.A.	232.464	46.347	186.117	(7.113)	45.034	14.375	30.659	30.042
Rumo Malha Central S.A.	6.580.560	3.957.964	2.622.596	28.615	7.079.577	4.485.595	2.593.982	(14.010)
Rumo Malha Norte S.A.	7.817.588	4.880.426	2.937.162	1.337.662	8.769.694	4.181.140	4.588.554	1.319.381
Boswells S.A.	–	–	–	(14)	32.625	–	32.625	–
Brado Participações S.A.	1.066.187	528.103	538.084	(12.180)	1.065.757	518.848	546.909	(27.853)
Paranaguá S.A.	2.473	137	2.336	1.116	9.024	139	8.885	(744)
Logispot Armazéns Gerais S.A.	46.389	18.411	27.978	6.031	54.119	27.853	26.266	5.622
ALL Argentina S.A.	8.771	56.745	(47.974)	(2.880)	8.415	67.024	(58.609)	(2.064)
Rumo Luxembourg Sarl	4.955.725	4.912.496	43.229	(7.473)	5.338.936	5.288.233	50.703	41.183
Rumo Malha Paulista S.A.	16.999.465	9.652.462	7.347.003	(9.924)	14.366.934	10.510.030	3.856.904	(482.368)
Rumo Malha Oeste S.A.	111.643	2.441.538	(2.329.895)	(333.563)	88.035	2.239.391	(2.151.356)	(318.520)
Rumo Malha Sul S.A.	5.396.379	3.108.375	2.288.004	(55.099)	5.822.715	3.479.768	2.342.947	(241.749)
ALL Armazéns Gerais Ltda.	86.176	7.430	78.746	(8.447)	87.211	536	86.675	(3.789)
Terminal São Simão S.A.	111.562	65.752	45.810	(2.779)	109.402	34.929	74.473	1.240
Terminal Alvorada S.A.	105.606	8.476	97.130	(268)	–	–	–	–
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	298.815	268.730	30.085	4.721	273.760	231.119	42.641	19.881
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	242.779	73.216	169.563	88.867	254.748	78.657	176.091	58.139
Terminal XXXIX	481.569	326.731	154.838	53.986	433.412	388.882	44.530	44.530

ii. Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	20%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	10%
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	134.479.451	20%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	50%
Terminal Alvorada S.A.	100.197.076	50.098.538	50%

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de equivalência	Dividendos	Aumento de capital /AFAC	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Rhall Terminais Ltda.	5.658	1.716	(1.200)	–	6.174
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	8.463	(2.446)	–	–	6.017
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.470	8.826	(10.334)	–	15.962
Elevações Portuárias S.A.	296.746	38.992	(18.960)	(99.040)	217.738
Terminal XXXIX S.A.	53.132	28.247	(14.968)	–	66.411
Terminal Alvorada S.A.	–	1.265	–	47.300	48.565
Total investimento em coligadas e controladas em conjunto	**381.469**	**76.600**	**(45.462)**	**(51.740)**	**360.867**

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência	Dividendos	Impacto da alienação de participação	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Rhall Terminais Ltda.	4.909	1.649	(900)	–	–	5.658
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.727	4.445	–	–	(709)	8.463
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.562	5.692	(5.784)	–	–	17.470
Terminal XXXIX S.A.	30.646	22.486	–	–	–	53.132
Elevações Portuárias S.A.	–	6.190	–	135.159	155.397	296.746
Total investimento em coligadas e controladas em conjunto	**57.844**	**40.462**	**(6.684)**	**135.159**	**154.688**	**381.469**

Informações financeiras de associadas e controlada em conjunto:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rhall Terminais Ltda.	33.060	12.491	20.569	5.983	33.382	14.534	18.848	5.811
Elevações Portuárias S.A.	1.251.643	444.748	806.895	194.954	950.538	243.797	706.741	127.554
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	298.815	268.730	30.085	4.721	273.760	231.119	42.641	19.881
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	242.779	73.216	169.563	88.867	254.748	78.657	176.091	58.139
Terminal XXXIX S.A.	481.569	326.731	154.838	53.986	433.412	388.882	44.530	44.530
Terminal Alvorada S.A.	105.606	8.476	97.130	(268)	–	–	–	–
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos	145.400	145.400	–	–	–	–	–	–

A Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos ("AG-FIPS") foi criada pelas operadoras ferroviárias que atuam em Santos para assumir o Contrato de Cessão ("Contrato de Cessão") relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos. A entidade se caracteriza pela governança que confere controle compartilhado às associadas. O patrimônio e resultados nulos decorrem da sistemática de adiantamento e reembolso dos investimentos e despesas mensais da entidade pelas associadas. **(b) Participação de acionistas não controladores: Política contábil:** As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários. A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Malha Norte S.A. [i]	1.189.412.363	3.144.187	0%
Brado Participações S.A.	12.962.963	2.897.407	22%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	38.220.000	49%

[i] O percentual de participação dos não controladores da Rumo Malha Norte é de 0,26%. A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Rumo Malha Norte S.A.	12.178	3.485	(682)	–	–	(7.118)	7.863
Brado Participações S.A.	136.069	(2.565)	–	770	–	–	134.274
Logispot Armazéns Gerais S.A.	34.540	2.693	(2.116)	–	–	–	35.117
Terminal São Simão S.A.	36.494	(1.362)	(433)	–	(12.250)	–	22.449
Total investimento	**219.281**	**2.251**	**(3.231)**	**770**	**(12.250)**	**(7.118)**	**199.703**

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Resultado abrangente	Redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Rumo Malha Norte S.A.	10.975	3.467	(2.410)	–	–	–	146	12.178
Brado Participações S.A.	140.044	(7.068)	(94)	596	–	–	2.591	136.069
Logispot Armazéns Gerais S.A.	33.706	2.074	(1.240)	–	–	–	–	34.540
Terminal São Simão S.A.	38.417	608	(326)	–	(1)	(2.204)	–	36.494
Total investimento	**223.142**	**(919)**	**(4.070)**	**596**	**(1)**	**(2.204)**	**2.737**	**219.281**

Balanço patrimonial resumido:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos								
Circulante	888.496	1.535.692	335.625	306.375	21.101	16.434	13.109	18.858
Não circulante	6.929.092	7.234.002	730.562	759.382	90.461	92.968	33.280	35.261
Total ativo	**7.817.588**	**8.769.694**	**1.066.187**	**1.065.757**	**111.562**	**109.402**	**46.389**	**54.119**
Passivos								
Circulante	2.100.947	1.507.760	238.123	268.193	13.452	9.590	8.972	17.111
Não circulante	2.779.479	2.673.380	289.980	250.655	52.300	25.339	9.439	10.742
Total passivo	**4.880.426**	**4.181.140**	**528.103**	**518.848**	**65.752**	**34.929**	**18.411**	**27.853**
Patrimônio líquido	**2.937.162**	**4.588.554**	**538.084**	**546.909**	**45.810**	**74.473**	**27.978**	**26.266**

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	5.858.606	5.058.588	555.414	462.863	17.411	18.799	23.841	22.896
Resultado antes dos impostos	1.527.889	1.640.564	(17.646)	(41.570)	(4.253)	1.716	8.969	8.240
Imposto de renda e contribuição social	(190.227)	(321.183)	5.466	13.717	1.474	(476)	(2.938)	(2.618)
Resultado do exercício	**1.337.662**	**1.319.381**	**(12.180)**	**(27.853)**	**(2.779)**	**1.240**	**6.031**	**5.622**
Outros resultados abrangentes	2.521	2.521	–	–	–	(2)	–	–
Resultado abrangente total	**1.340.183**	**1.321.902**	**(12.180)**	**(27.853)**	**(2.779)**	**1.238**	**6.031**	**5.622**
Dividendos pagos	(117)	(900.248)	–	(420)	(1.178)	(491)	(4.217)	(2.270)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	3.372.500	2.287.064	132.235	65.635	8.075	2.260	(657)	10.760
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(515.754)	(515.845)	(25.304)	(54.509)	(6.126)	(11.628)	5.234	(7.867)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(2.999.559)	(1.698.148)	(82.611)	(34.608)	(1.948)	9.225	(4.573)	(2.897)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(142.813)**	**73.071**	**24.320**	**(23.482)**	**1**	**(143)**	**4**	**(4)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**246.696**	**173.625**	**43.993**	**67.475**	**5**	**148**	**2**	**6**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**103.883**	**246.696**	**68.313**	**43.993**	**6**	**5**	**6**	**2**

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso: Política contábil: Redução ao valor recuperável (*impairment*): A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto. Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro. **Análise de perda ao valor recuperável:** A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. O valor recuperável foi determinado pelo valor de mercado dos ativos que deram origem ao ágio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida. A subsidiária Rumo Malha Oeste, que registrou provisão para impairment em 2020, não demonstrou melhora dos indicadores que motivaram a provisão, de forma que foi mantida provisão integral para essa unidade geradora de caixa. A Companhia avaliou ainda os efeitos dos conflitos na Ucrânia e Oriente Médio sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais. **5.12.1 Propriedade para investimento: Política contábil:** As propriedades para investimento são mantidas para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Companhia determinou, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos relativos à propriedade dos bens. Dessa forma, a controladora (como arrendador) contabiliza os bens como propriedade para investimento e os arrendamentos como operacionais. Mantém sua propriedade para investimento mensurada pelo custo deduzidas das depreciações, que são calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica. Em 16 de junho de 2021, a Companhia exerceu opção de compra sobre uma área (terreno/imóveis) de 339,07 hectares denominada terminal de Rondonópolis, no valor de R$ 184.100 (custo histórico), que estava arrendado para sua controlada Rumo Malha Norte, e em 29 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a transferência do acervo líquido deste imóvel/terreno no montante de R$ 164.367 para sua controlada Rumo Intermodal S.A. a título de aumento de capital (R$ 174.422 em 31 de dezembro de 2022). **5.12.2 Imobilizado: Política contábil: Reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como segur:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado. **Reconciliação do valor contábil:**

	Consolidado							Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas [i]	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**1.801.450**	**1.668.024**	**9.946.446**	**10.616.449**	**2.949.338**	**800.704**	**27.782.411**	**247.767**
Adições	–	6.002	772	11.120	2.882.475	–	2.900.369	8.018
Baixas	(2.835)	(3.178)	(61.536)	(52)	–	(46.419)	(114.020)	(990)
Transferências	176.966	123.572	342.320	1.626.037	(2.355.451)	32.196	(54.360)	8.023
Baixa por alienação de investimento	(396.614)	(528.452)	–	–	(22.841)	(4.929)	(952.836)	–
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**1.578.967**	**1.265.968**	**10.228.002**	**12.253.554**	**3.453.521**	**781.552**	**29.561.564**	**262.818**
Adições	623	–	898	710	3.869.289	–	3.871.520	375.296
Baixas	(198.186)	(13.126)	(118.414)	(116.957)	(1.790)	(99)	(448.572)	(199.668)
Transferências	267.197	166.803	821.701	2.552.077	(3.636.744)	12.411	183.445	171.117
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.648.601**	**1.419.645**	**10.932.187**	**14.689.384**	**3.684.276**	**793.864**	**33.167.957**	**609.563**
Depreciação:								
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**(587.290)**	**(698.034)**	**(5.075.716)**	**(4.952.695)**	**(13.379)**	**(480.735)**	**(11.807.849)**	**(95.487)**
Adições	(60.387)	(144.851)	(566.999)	(670.921)	–	(18.996)	(1.462.154)	(14.036)

continua →★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Rumo S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

	Consolidado							Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Baixas	–	2.404	51.591	8	–	48.620	102.623	–
Transferências	(15.734)	27.032	139	23.931	–	83	35.451	–
Baixa por alienação de investimento	208.661	406.945	–	–	–	3.947	619.553	–
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**(454.750)**	**(406.504)**	**(5.590.985)**	**(5.599.677)**	**(13.379)**	**(447.081)**	**(12.512.376)**	**(109.523)**
Adições	(62.016)	(130.176)	(613.032)	(806.380)	–	(14.595)	(1.626.199)	(12.169)
Baixas	17.769	11.012	110.237	89.725	–	515	229.258	18.519
Transferências	(49.649)	5.476	(6.837)	(31.199)	–	(45)	(82.254)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(548.646)**	**(520.192)**	**(6.100.617)**	**(6.347.531)**	**(13.379)**	**(461.206)**	**(13.991.571)**	**(103.173)**
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**1.124.217**	**859.464**	**4.637.017**	**6.653.877**	**3.440.142**	**334.471**	**17.049.188**	**153.295**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.099.955**	**899.453**	**4.831.570**	**8.341.853**	**3.670.897**	**332.658**	**19.176.386**	**506.390**

(i) Em 31 de dezembro de 2023, ativos, principalmente vagões e locomotivas, ao custo de R$ 1.390.404 (R$ 745.203 em 31 de dezembro de 2022), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5). **Capitalização de custos de empréstimos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos de empréstimos capitalizados foram de R$ 41.304 (R$ 86.614 em 31 de dezembro de 2022), utilizando uma taxa de média de captação 12,30% (13,25% em 31 de dezembro de 2022). **5.12.3 Ativos intangíveis e ágio: Política contábil:** Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra, no desenvolvimento ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização %
Licença de software	20,00%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

	Consolidado					Controladora
	Ágio (i)	Direito de Concessão (ii)	Licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**100.451**	**7.977.618**	**379.182**	**252.220**	**8.709.471**	**649.633**
Adições	–	–	2.605	–	2.605	2.604
Baixas	–	–	–	595	595	–
Transferências	–	–	(1.911)	20.687	18.776	(1.911)
Baixa por alienação de investimento	(62.922)	(5.403)	(317.148)	(15.044)	(400.517)	–
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**37.529**	**7.972.215**	**62.728**	**258.458**	**8.330.930**	**650.326**
Baixas	–	–		(78)	(78)	(78)
Transferências	–	–	3.305	(33.119)	(29.814)	3.305
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**37.529**	**7.972.215**	**66.033**	**225.261**	**8.301.038**	**653.553**
Amortização:						
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**–**	**(1.224.844)**	**(167.287)**	**(185.695)**	**(1.577.826)**	**(341.118)**
Adições	–	(120.156)	(8.879)	(22.119)	(151.154)	(38.460)
Baixas	–	–	–	(155)	(155)	–
Transferências	–	–	–	(60)	(60)	–
Baixa por alienação de investimento	–	5.403	157.743	9.425	172.571	–
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**–**	**(1.339.597)**	**(18.423)**	**(198.604)**	**(1.556.624)**	**(379.578)**
Adições	–	(120.015)	–	(18.251)	(138.266)	(38.345)
Baixas	–	–	–	66	66	67
Transferências	–	–	–	57.929	57.929	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**(1.459.612)**	**(18.423)**	**(158.860)**	**(1.636.895)**	**(417.856)**
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**37.529**	**6.632.618**	**44.305**	**59.854**	**6.774.306**	**270.748**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**37.529**	**6.512.603**	**47.610**	**66.401**	**6.664.143**	**235.697**

(i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores da controlada Logispot, apresentados somente no consolidado. (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização. **5.12.4 Direito de uso**: **Política contábil:** O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Consolidado						
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**81.984**	**107.321**	**938.610**	**87.028**	**27.154**	**7.800.312**	**9.042.409**
Adições	52.351	63.347	1.006	–	34	111.458	**228.196**
Reajuste contratual	2.283	52.972	3.480	(1.079)	1.540	155.734	**214.930**
Baixa (i)	–	–	–	–	–	(106.363)	**(106.363)**
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**136.618**	**223.640**	**943.096**	**85.949**	**28.728**	**7.961.141**	**9.379.172**
Adições	–	221.180	–	–	1.239	45.270	**267.689**
Reajuste contratual (ii)	517	3.426	332	–	–	96.257	**100.532**
Baixa (i)	–	(22)	–	–	–	(6.384)	**(6.406)**
Transferências	–	34.742	–	–	–	–	**34.742**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**137.135**	**482.966**	**943.428**	**85.949**	**29.967**	**8.096.284**	**9.775.729**
Amortização:							
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**(35.699)**	**(15.153)**	**(399.218)**	**(16.959)**	**(13.802)**	**(776.637)**	**(1.257.468)**
Adições	(23.018)	(76.107)	(34.990)	(4.015)	(4.732)	(267.093)	**(409.955)**
Transferências	–	–	–	–	–	20.535	**20.535**
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**(58.717)**	**(91.260)**	**(434.208)**	**(20.974)**	**(18.534)**	**(1.023.195)**	**(1.646.888)**
Adições	(21.574)	(38.748)	(34.347)	(4.380)	(5.758)	(320.280)	**(425.087)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(80.291)**	**(130.008)**	**(468.555)**	**(25.354)**	**(24.292)**	**(1.343.475)**	**(2.071.975)**
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**77.901**	**132.380**	**508.888**	**64.975**	**10.194**	**6.937.946**	**7.732.284**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**56.844**	**352.958**	**474.873**	**60.595**	**5.675**	**6.752.809**	**7.703.754**

(i) A movimentação representa a baixa dos saldos de direito de uso da Rumo Serviços Logísticos Ltda. (Portofer), que teve o encerramento da sua concessão. Em 31 de dezembro de 2022 refere-se à Companhia Elevações Portuárias, que não é mais controlada, devido á alienação da participação societária. (ii) Do total de reajuste contratual, R$ 103.528 foram registrados em contrapartida ao passivo de arrendamento, enquanto o montante negativo de R$ 2.996 foi registrado em contrapartida a arrendamentos e concessões. **5.13 Outros tributos a pagar: Política contábil:** A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	24	180	1.969	2.531
INSS	2.505	487	17.598	10.575
PIS	3.379	2.569	5.517	2.619
COFINS	15.428	11.834	31.792	12.627
Parcelamento de débitos tributários	902	902	902	902
ISS	–	–	11.645	11.144
Outros	2.152	673	8.587	9.851
	24.390	**16.645**	**78.010**	**50.249**
Circulante	**24.390**	**16.645**	**77.989**	**50.080**
Não circulante	**–**	**–**	**21**	**169**
	24.390	**16.645**	**78.010**	**50.249**

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A partir de 97 meses	21	169
	21	**169**

5.14 Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i. Imposto corrente:** É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **ii. Imposto diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal; b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **iii. Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. **a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	769.234	633.164	919.092	707.137
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(261.540)	(215.276)	(312.491)	(240.427)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	346.012	148.904	26.042	13.757
Resultado de empresas no exterior	–	–	(3.036)	13.013
Lucro da exploração (i)	–	–	279.941	197.307
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas (ii)	(120.173)	(36.459)	(246.138)	(211.852)
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271
Selic sobre indébito	4.650	3.551	51.546	32.188
Outros	(1.648)	(2.075)	5.690	1.627
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**(49.568)**	**(118.224)**	**(197.175)**	**(193.116)**
Taxa efetiva - %	**6,44%**	**18,67%**	**21,45%**	**27,31%**

(i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar. (ii) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	53.254	35.687	1.308.360	1.243.562
Base negativa de contribuição social	19.171	12.847	472.232	448.899
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	35.777	31.872	106.126	100.419
Provisão para perda ao valor recuperável	24.888	31.110	27.072	34.469
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	354	69	8.245	7.948
Provisão para não realização de impostos	–	–	31.566	31.491
Provisão para participação nos resultados	2.916	1.078	41.914	37.227
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	2.640	3.081	85.100	117.370
Combinação de negócios - imobilizado	1.854	1.854	24.795	36.535
Transações com pagamentos baseados em ações	51.659	39.679	51.659	39.679
Passivos de arrendamento	579	–	142.901	165.227
Resultado não realizado com derivativos	–	2.732	408.097	321.422
Diferenças temporárias sobre outras provisões	22.633	12.741	78.792	66.523
Outros	9.329	17.840	130.952	190.736
Tributos diferidos - Ativos	**225.054**	**190.590**	**2.917.811**	**2.841.507**
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	–	–	(124.542)	(60.340)
Combinação de negócios - imobilizado	–	–	(21.817)	(22.105)
Ágio fiscal amortizado	–	–	(2.068)	(2.068)
Passivos de arrendamento	–	(295)	(10.034)	(9.192)
Resultado não realizado com derivativos	(198.924)	–	(299.965)	(120.184)
Ajuste valor justo sobre a dívida	(133.409)	(243.360)	(281.784)	(482.120)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(7.850)	(6.336)	(308.011)	(226.505)
Combinação de negócios - Intangível	(53.846)	(53.846)	(2.270.500)	(2.311.674)
Outros	–	–	(122.606)	(105.692)
Tributos diferidos - Passivos	**(394.029)**	**(303.837)**	**(3.441.327)**	**(3.339.880)**
Total de tributos diferidos	**(168.975)**	**(113.247)**	**(523.516)**	**(498.373)**
Diferido ativo	**–**	**–**	**1.869.877**	**1.869.764**
Diferido passivo	**(168.975)**	**(113.247)**	**(2.393.393)**	**(2.368.137)**
Total	**(168.975)**	**(113.247)**	**(523.516)**	**(498.373)**

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados sobre prejuízo fiscal e base negativa para controladora e consolidado respectivamente nos montantes de R$ 504.993 (R$ 383.170 em 31 de dezembro de 2022) e R$ 2.678.299 (R$ 2.514.631 em 31 de dezembro de 2022). O montante está concentrado na controladora e nas subsidiárias Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários. **c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia continuou monitorando os impactos dos conflitos internacionais e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos:

	Diferido ativo
2024	152.220
2025	168.487
2026	184.586
2027	112.708
2028 a 2033	895.156
2034 a 2039	356.720
Total	**1.869.877**

d) Movimentações no imposto diferido:

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**(697.093)**
Resultado	218.320
Passivo atuarial	(36)
Baixa por alienação de investimento	(19.638)
Outros	74
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**(498.373)**
Resultado	(23.506)
Passivo atuarial	(9)
Utilização prejuízo fiscal - litígio zero	(2.245)
Outros	617
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(523.516)**

e) Movimentação analítica do imposto diferido: i. Impostos diferidos ativos:

	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Transações com pagamentos baseados em ações	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**1.350.058**	**219.671**	**171.517**	**7.325**	**49.323**	**47.138**	**28.930**	**195.235**	**46.100**	**284.735**	**2.400.032**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	342.403	(8.117)	–	(7.325)	(49.323)	(10.603)	10.749	(30.008)	275.322	(27.476)	495.622
Diferenças cambiais	–	–	(54.147)	–	–	–	–	–	–	–	(54.147)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.692.461**	**211.554**	**117.370**	**–**	**–**	**36.535**	**39.679**	**165.227**	**321.422**	**257.259**	**2.841.507**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	90.376	3.369	–	–	–	(11.740)	11.980	(22.326)	86.675	(47.515)	110.819
litígio zero	(2.245)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.245)
diferenças cambiais	–	–	(32.270)	–	–	–	–	–	–	–	(32.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.780.592**	**214.923**	**85.100**	**–**	**–**	**24.795**	**51.659**	**142.901**	**408.097**	**209.744**	**2.917.811**

continua→★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Rumo S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

ii. Impostos diferidos passivos

	Ágio fiscal amortizado	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Combinação de negócios - Intangível	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**(24.838)**	**(717)**	**(154.676)**	**(175.497)**	**(22.820)**	**(2.355.879)**	**(7.672)**	**(281.191)**	**(73.835)**	**(3.097.125)**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	22.770	–	(71.829)	(306.623)	715	44.205	(1.520)	161.007	(31.857)	(183.132)
Diferenças cambiais	–	(59.623)	–	–	–	–	–	–	–	(59.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.068)**	**(60.340)**	**(226.505)**	**(482.120)**	**(22.105)**	**(2.311.674)**	**(9.192)**	**(120.184)**	**(105.692)**	**(3.339.880)**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	–	–	(81.506)	200.336	288	41.174	(842)	(179.781)	(17.521)	(37.852)
Diferenças cambiais	–	(64.202)	–	–	–	–	–	–	–	(64.202)
dos outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	607	607
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.068)**	**(124.542)**	**(308.011)**	**(281.784)**	**(21.817)**	**(2.270.500)**	**(10.034)**	**(299.965)**	**(122.606)**	**(3.441.327)**

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais: Política contábil: São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Tributárias	8.768	5.447	106.283	89.637
Cíveis, regulatórias e ambientais	50.338	56.306	354.002	349.521
Trabalhistas	45.923	31.852	307.183	285.464
	105.029	**93.605**	**767.468**	**724.622**

	Depósitos judiciais			
	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Tributárias	57.000	52.545	99.016	91.125
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.363	1.102	69.235	41.123
Trabalhistas	5.871	7.477	103.415	104.919
	65.234	**61.124**	**271.666**	**237.167**

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	**Cíveis, regulatórias e ambientais**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.328	57.486	43.305	103.119
Provisionados no exercício	5.143	15.292	12.553	32.988
Baixas por reversão ou pagamento	(7.325)	(61.065)	(40.938)	(109.328)
Atualização monetária (i)	5.301	44.593	16.932	66.826
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.447**	**56.306**	**31.852**	**93.605**
Provisionados no exercício	2.420	5.050	13.740	21.210
Baixas por reversão ou pagamento	(321)	(30.816)	(13.498)	(44.635)
Atualização monetária (i)	1.222	16.005	13.222	30.449
Transferência	–	3.793	607	4.400
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**8.768**	**50.338**	**45.923**	**105.029**

	Consolidado			
	Tributárias	**Cíveis, regulatórias e ambientais**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**81.375**	**313.930**	**285.775**	**681.080**
Provisionados no exercício	13.870	88.552	139.611	242.033
Baixas por reversão ou pagamento	(20.717)	(206.168)	(250.381)	(477.266)
Atualização monetária (i)	15.109	153.207	110.459	278.775
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**89.637**	**349.521**	**285.464**	**724.622**
Provisionados no exercício	18.739	61.408	101.817	181.964
Baixas por reversão ou pagamento	(15.775)	(262.738)	(167.654)	(446.167)
Atualização monetária (i)	13.682	202.018	86.948	302.648
Transferências	–	3.793	608	4.401
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**106.283**	**354.002**	**307.183**	**767.468**

(i) Inclui baixa de juros por reversão. A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia. **a) Perdas prováveis: • Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ICMS (i)	–	–	59.288	50.370
PIS e COFINS	–	–	96	2.197
INSS	1.121	1.049	9.228	9.182
IPTU	2.916	25	8.593	3.098
IRPJ/CSLL	3.152	3.014	4.390	3.024
Outros	1.579	1.359	24.688	21.766
	8.768	**5.447**	**106.283**	**89.637**

(i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como "uso e consumo", não gerando direito ao crédito. **• Cíveis, Ambientais e Regulatórias:** As principais provisões cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Civis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas a alegados danos, execuções fiscais decorrentes de autuações de órgãos ambientais e agentes reguladores. **b) Perdas possíveis:** Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Tributárias	1.197.539	1.077.641	4.152.956	4.194.598
Cíveis, regulatórias e ambientais	690.460	666.293	4.345.306	4.313.883
Trabalhistas	103.766	100.177	741.712	713.213
	1.991.765	**1.844.111**	**9.239.974**	**9.221.694**

• Tributários:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Multa isolada tributo federal (i)	618.635	392.500	792.496	618.549
IRPJ/CSLL (ii)	404.280	353.291	590.176	547.429
ICMS (iii)	–	–	1.083.291	1.153.479
IRRF (iv)	67.073	61.717	200.539	186.027
PIS/COFINS (v)	16.910	178.882	876.531	1.114.689
Operações financeiras no exterior (vi)	–	–	13.287	8.944
MP 470 parcelamento de débitos (vii)	–	–	148.956	142.166
Plano de opção de compra de ações (viii)	60.863	57.656	60.863	68.846
IOF sobre mútuo (ix)	19.236	18.170	154.606	149.323
Outros	10.542	15.425	232.211	205.146
	1.197.539	**1.077.641**	**4.152.956**	**4.194.598**

(i) As demandas relacionadas à multa isolada se referem, substancialmente, aos seguintes itens a) lavratura de autos de infração sobre alegada ausência de recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), e alegado creditamento indevido de crédito-prêmio de IPI, com aplicação de multa isolada; e b) a Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos. (ii) Autos de infração que exigem IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. Em 2023, houve êxito para reduzir a multa de 150% para 75%, sendo a contingência devidamente ajustada. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçu. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçu Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A. (c) Ainda, há autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011, 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: 1) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; 2) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e 3) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. (d) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído provisões trabalhistas da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL e (e) Retificação de declaração de compensação motivada por restituição parcial dos créditos objetos do pedido de compensação. (iii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO pelo fisco paulista. (iv) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*. (v) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos. (vi) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial ("ICO"), empresa pública a ele vinculada; d) erro na contabilização e exclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações "a", "b", "d", "e" e "f", bem como de parte da infração "c", para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração "g", na extensão do cancelamento parcial do item "c". Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. O remanescente do item "g" permanece em discussão administrativa. A discussão sobre o remanescente do item "c" se encerrou na esfera administrativa com seguimento na esfera judicial. (vii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização. (viii) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória. (ix) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis. **• Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Cíveis (i) (ii) (vi) (viii)	274.545	348.295	1.570.467	1.858.966
Regulatórias (iii) (iv)	358.748	317.104	1.577.446	1.441.298
Ambientais (v) (vii)	57.167	894	1.197.393	1.013.619
	690.460	**666.293**	**4.345.306**	**4.313.883**

As principais contingências cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Civis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas a alegados danos, autuações pelos órgãos ambientais e reguladores. No que tange a grandes demandas, seguem abaixo principais casos: (i) A Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Cia. realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo e, em paralelo, a Malha Sul, União e ANTT celebraram acordo com vistas a adequar os critérios utilizados para apuração de valor para devolução de trecho. A contingência total do caso é de R$ 130.239, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível. (ii) Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor atualizado de R$ 339.811 decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão, a qual encontra-se em grau de apelação. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Companhia avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R$ 31.262 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível. (iii) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R$ 176.867. (iv) A Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), sucedida pela União, em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia, cujo valor dos pedidos somam R$ 356.284, para a qual não há provisão. Em fevereiro de 2023 houve prolação de sentença de improcedência. Aguarda-se julgamento de recurso da União. (v) A Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos danos em recursos hídricos. Houve apresentação de defesa. Em setembro de 2021 a Companhia requereu o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R$ 221.256. (vi) A Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em ação civil pública, na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. O risco estimado é de R$ 137.210. (vii) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R$ 106.120. **• Trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Reclamações trabalhistas	103.766	100.177	741.712	713.213
	103.766	**100.177**	**741.712**	**713.213**

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. ("Prumo Engenharia"), empresa prestadora de serviço da então ALL - América Latina Logística SA ("ALL"), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça. A Rumo celebrou acordo com a Advocacia Geral da União (AGU) pelo qual se comprometeu a pagar R$ 3.000 ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); além de criar um programa de monitoramento continuado em direitos humanos e trabalhistas por dois anos, para cumprimento de obrigações trabalhistas, bem como promover dois programas sociais, além de patrocinar a capacitação de trabalhadores em estado de vulnerabilidade e, por fim, pagar indenizações individuais no valor de R$ 510. O acordo foi firmado pela 83ª Vara do Trabalho de São Paulo e após a homologação o Ministério Público do Trabalho apresentou recurso buscando anular referido acordo. Atualmente o recurso está pendente de julgamento. Caso a Rumo não cumpra o acordo citado anteriormente, a Companhia poderá ser incluída cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho. Estimamos que o risco de perda do processo (anulação do acordo) seja remoto. O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R$ 15.000. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho. A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas às condições de trabalho, bem como efetuou o pagamento de indenização no valor de R$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Após a homologação, a Advocacia Geral da União interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao FAT. O recurso foi julgado e não provido mantendo-se a destinação dos valores conforme acordo firmado. **5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente:** A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são: **a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados: Política contábil:** A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de "Passivos de arrendamentos". Posteriormente os valores são corrigidos por Selic. Nessa conta são mantidos ainda, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento. Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão ("Concessões e outorgas"), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.3). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	31/12/2023	**31/12/2022**
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Oeste S.A.	2.206.945	1.957.149
	2.206.945	**1.957.149**
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.067.256	1.138.076
	1.067.256	**1.138.076**
Concessões e outorgas:		
Rumo Malha Sul S.A.	76.191	81.112
Rumo Malha Paulista S.A.	190.282	156.497
Rumo Malha Central S.A.	24.699	18.576
	291.172	**256.185**
Total	**3.565.373**	**3.351.410**
Circulante	**250.971**	**256.759**
Não circulante	**3.314.402**	**3.094.651**
	3.565.373	**3.351.410**

Arrendamento e concessão em litígio: Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes ("Processo de Relicitação"), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019. Foi celebrado aditivo ao contrato de concessão e, em razão deste processo, houve a suspensão, por decisão conjunta das partes, da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Malha Oeste contra a União, a qual teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso perante o Tribunal Regional Federal. Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Rumo Malha Oeste S.A.	26.064	24.125
	26.064	**24.125**

Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	452.701	542.996
Rumo Malha Paulista S.A.	422.173	539.900
Rumo Malha Oeste S.A.	131.038	185.324
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	–	11.658
	1.005.912	**1.279.878**
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	919.011	732.727
Malha Central S.A.	940.455	792.374
	1.859.466	**1.525.101**
Total	**2.865.378**	**2.804.979**
Circulante	358.464	350.719
Não circulante	2.506.914	2.454.260
	2.865.378	**2.804.979**

b) Compromissos de investimento: Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar: O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R$ 6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R$ 3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 26,99 % até a data do balanço. O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato ocorrida em 31 de julho de 2019), estimados pela ANTT em R$645.573. Em 31 de dezembro de 2023, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 96,41 %. A Companhia alienou participação societária controladora da Elevações Portuárias, por conta disso, os compromissos relacionados ao seu contrato de concessão não integram mais o consolidado da Companhia. **5.17 Patrimônio líquido: a) Capital social: Política contábil:** Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social. capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 12.560.952 (R$ 12.547.842 em 31

continua →★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Rumo S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

de dezembro de 2022) e está representado por 1.854.868.949 (1.854.158.791 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	**%**
Acionistas		
Cosan S.A.	562.529.490	30,33%
Julia Arduini	71.005.654	3,83%
Administradores	67.540	0,00%
Ações em tesouraria	5.365.279	0,29%
Free float (em negociação na bolsa de valores)	1.215.900.986	65,55%
Total de ações em circulação	**1.854.868.949**	**100,00%**

b) Reservas: A movimentação do exercício é composta pelas transações abaixo: • Acréscimo de R$ 37.827 de transações com pagamento baseado em ações (R$ 35.852 em 31 de dezembro de 2022); • Decréscimo de R$ 26.128 pelas opções de ações exercidas (18.566 em 31 de dezembro de 2022); • Constituição de reserva legal no montante de R$ 35.983 (R$ 25.747 em 31 de dezembro de 2022). A reserva é composta por 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, de acordo com a Lei 6.404/76; • Constituição de reservas de especial de R$ 512.763 (R$ 366.895 em 31 de dezembro de 2022), destinada a reforçar o capital de giro e financiar a manutenção e expansão, conforme previsão estatutária, até o limite do capital social subscrito. **c) Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 5.365.279 ações em tesouraria (1.780.457 em 31 de dezembro de 2022), cujo preço de mercado era de R$ 22,95 (R$ 18,61 em 31 de dezembro de 2022). **d) Dividendos:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 170.920, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	719.666	514.940
Reserva legal	(35.983)	(25.747)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	683.683	489.193
Dividendos mínimos obrigatórios	(170.920)	(122.298)

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado: 6.1 Receita operacional líquida: Políticas contábeis: i. Receita de serviços: As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado. **ii. Receita diferida:** A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia. As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano. A seguir, é apresentada uma composição da receita da Companhia, com a receita bruta das vendas e serviços e as deduções das vendas (os abatimentos e os impostos), conforme exigido para empresas brasileiras pela lei n° 6.404/76, seção V, Art.187:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita bruta na venda de serviços	1.077.661	1.048.879	11.554.447	10.449.453
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(64.215)	(64.282)	(616.731)	(607.945)
Receita operacional líquida	**1.013.446**	**984.597**	**10.937.716**	**9.841.508**

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Transporte de carga e acessórios	1.013.446	984.597	10.632.023	9.182.540
Elevação de carga e transbordo	–	–	17.411	415.100
Direito de passagem	–	–	225.528	198.289
Outros	–	–	62.754	45.579
Receita operacional líquida	**1.013.446**	**984.597**	**10.937.716**	**9.841.508**

6.2 Custos e despesas por natureza: As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Material de uso e consumo	(269)	(1.444)	(226.592)	(188.664)
Despesa com pessoal	(48.898)	(14.139)	(1.303.682)	(1.192.904)
Depreciação e amortização	(107.164)	(105.089)	(2.175.834)	(1.966.945)
Despesas com serviços de terceiros	(26.195)	(10.347)	(482.530)	(460.315)
Despesas com transporte e elevação	(668.437)	(680.054)	(2.755.935)	(3.074.624)
Outras despesas	(4.391)	(14.782)	(494.489)	(310.889)
	(855.354)	**(825.855)**	**(7.439.062)**	**(7.194.341)**
Custo dos serviços prestados	**(812.124)**	**(803.005)**	**(6.838.432)**	**(6.695.148)**
Despesas comerciais	**(837)**	**416**	**(40.657)**	**(30.619)**
Despesas gerais e administrativas	**(42.393)**	**(23.266)**	**(559.973)**	**(468.574)**
	(855.354)	**(825.855)**	**(7.439.062)**	**(7.194.341)**

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Efeito líquido das demandas judiciais	(17.993)	(21.387)	(158.433)	(238.703)
Receita de aluguéis e arrendamentos	2.876	21.479	2.876	479
Resultado na venda de sucatas	–	–	40.415	52.245
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	6.051	(990)	(18.729)	(1.906)
Créditos fiscais extemporâneos	(26)	(910)	33.384	97.765
Ganhos e perdas com reestruturação societárias (i)	–	955.584	–	955.584
Liquidação de disputas do processo de renovação e revisão de outorga (ii)	–	–	–	(90.022)
Resultado no encerramento do acordo judicial (iii)	–	(396.818)	–	(396.818)
Reforma de ativos alocados ao resultado (iv)	–	–	(29.688)	(32.924)
Outros	12.827	(7.335)	29.395	2.843
	3.735	**549.623**	**(100.780)**	**348.543**

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao ganho com a alienação de participação societária (e controle) Elevações Portuárias S.A. (vide nota 4.8.3). (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve complemento de outorga decorrente das revisões anuais dos contratos de subconcessão (vide nota 4.8.2). (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, efeito do fechamento de acordo judicial com a empresa Farovia S.A. (vide nota 4.8.4). (iv) Custo de reformas de ativos reconhecida diretamente no resultado por controlada com provisão de *impairment* para os ativos. **6.4 Resultados financeiros: Política contábil:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(902.819)	(597.535)	(2.302.893)	(1.592.595)
Variação cambial líquida sobre dívidas	–	7.356	371.659	378.229
Resultado com derivativos e valor justo	161.920	(86.757)	(493.233)	(906.422)
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(17.393)	(59.613)	(43.905)	(179.811)
Fianças e garantias sobre dívidas	(949)	(1.562)	(24.159)	(26.287)
	(759.241)	**(738.111)**	**(2.492.531)**	**(2.326.886)**
Rendimentos de aplicações financeiras	310.352	151.981	1.022.615	918.230
	310.352	**151.981**	**1.022.615**	**918.230**
Custo da dívida, líquida	**(448.889)**	**(586.130)**	**(1.469.916)**	**(1.408.656)**
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	30.885	142.824	168.070	190.390
Arrendamento e concessão em litígio	–	–	(426.083)	(390.773)
Passivos de arrendamento	(7.223)	(3.895)	(355.625)	(360.080)
Despesas bancárias e outros	(4.988)	(21.633)	(39.010)	(47.826)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(20.507)	(33.100)	(318.519)	(240.280)
Variação cambial e derivativos	2.972	2.677	(3.400)	(3.370)
Outros encargos e juros	37.473	(13.897)	(110.899)	(68.440)
	38.612	**72.976**	**(1.085.466)**	**(920.379)**
Resultado financeiro, líquido	**(410.277)**	**(513.154)**	**(2.555.382)**	**(2.329.035)**
Reconciliação				
Despesas financeiras	(916.406)	(731.235)	(3.621.093)	(2.906.092)
Receitas financeiras	341.237	294.805	1.190.685	1.108.620
Variação cambial	2.972	10.033	368.259	374.859
Derivativos e valor justo	161.920	(86.757)	(493.233)	(906.422)
Resultado financeiro, líquido	**(410.277)**	**(513.154)**	**(2.555.382)**	**(2.329.035)**

6.5 Pagamento com base em ações: Política contábil: O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos *(vesting date)*. Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida *(non-vesting)*, o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. **a) Descrição dos acordos:** A Companhia possui um Plano de Remuneração Baseada em Ações, prevendo a distribuição de ações de emissão da Companhia, a executivos e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, através do "Plano de Ações" ou do "Plano de Opções". O plano de remuneração prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia na data de aprovação do plano (3% do capital de 31 de dezembro de 2022), já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio; e (iv) incentivar a execução do plano de expansão da Companhia. Os programas (ações/opções) são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, ou, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada programa e na legislação aplicável. Cabe ao Conselho determinar os beneficiários e o número de ações/opções a serem concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações, ações que serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R$ 0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das opções entregues. Os programas de opções concedidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 podem ser agrupados de acordo com prazos e condições em: Programas anteriores a 2020: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de cinco anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*). Programa especial 2021: Programa de opções, sem *lock-up*, com entregas anuais das ações durante o período de carência de cinco anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*). Programa Investe 2021, 2022 e 2023: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho. Programa especial 2022: Programa de opções, sem *lock-up*, com entrega integralmente condicionada ao atingimento de metas relacionadas a projetos estruturantes concluídos no exercício de 2022 (*performance conditions*). Os seguintes parâmetros foram utilizados na valorização dos planos de pagamento baseados em ações vigentes na data do balanço:

Planos de opções	**Período de carência (anos)**	**Data da outorga**	**Taxa de juros**	**Volatilidade**	**Ações outorgadas**	**Exercidas/ canceladas**	**Vigentes em 31/12/2023**	**Preço de mercado na data de outorga - R$**	**Valor justo na data de outorga - R$**
Plano de 2018	5	01/08/2018	10,93%	31,97%	1.149.544	(1.149.544)	–	13,94	13,94
Plano de 2019	5	15/08/2019	6,28%	27,46%	843.152	(267.977)	575.175	22,18	22,17
Plano de 2020	5	11/11/2020	6,94%	41,03%	776.142	(249.747)	526.395	20,02	20,01
Especial de 2021	5	05/05/2021	7,65%	26,06%	1.481.000	(977.523)	503.477	20,85	20,84
Plano de 2021	3	15/09/2021	10,01%	26,51%	1.560.393	(191.959)	1.368.434	18,20	18,19
Plano de 2022	3	01/09/2022	11,53%	27,70%	1.781.640	(53.959)	1.727.681	20,37	20,36
Especial de 2022	–	01/09/2022	11,53%	27,70%	146.909	(146.909)	–	20,37	20,36
Plano de 2023	3	06/09/2023	10,41%	25,84%	1.724.867	–	1.724.867	21,87	21,86
					9.463.647	**(3.037.618)**	**6.426.029**		

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação: O movimento no número de opções em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Antiga ALL		Rumo S.A.
	Quantidade de opções	**Preço médio de exercício**	**Quantidade de opções (i)**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**44.492**	**74,99**	**5.431.823**
Outorgadas	–	–	1.928.549
Perdidas/canceladas	–	–	(748.072)
Exercidas/entregues	(44.492)	74,99	(367.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**74,99**	**6.244.496**
Outorgadas	–	–	1.724.867
Exercidas/entregues	–	–	(1.346.323)
Perdidas/canceladas	–	–	(197.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**–**	**6.426.029**

(i) O preço médio de exercício é de R$ 0,01 (um centavo) para os programas concedidos pela Companhia. **c) Despesa reconhecida no resultado:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos R$ 38.597 como despesas relativas à apropriação dos programas de opções (R$ 36.448 em 31 de dezembro de 2022). **6.6 Lucro por ação: Política contábil: a) Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua. **b) Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Resultado básico e diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores	719.666	514.940
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.852.294	1.852.890
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	4.757	5.115
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.857.051	1.857.395
Resultado básico por ação ordinária	**R$0,38853**	**R$0,27800**
Resultado diluído por ação ordinária	**R$0,38753**	**R$0,27724**

Diretoria

João Alberto Fernandez de Abreu - Diretor Presidente

Contador

Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP283861/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Rumo S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rumo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos:** Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 5.14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui registrado o montante de R$ 1.869.877 mil de tributos diferidos sobre o lucro, concentrado nas subsidiárias Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central, nos montantes de R$ 1.515.942 mil e R$ 340.238 mil, respectivamente, nas demonstrações financeiras consolidadas. Parte relevante dos saldos das subsidiárias Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central, nos montantes de R$ 1.499.795 mil e R$ 149.870 mil, referem-se a ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, fato que limita a utilização a 30% do lucro tributário apurado no exercício, exigindo a geração de lucro tributário futuro contra o qual este ativo diferido possa ser aproveitado num horizonte de longo prazo, conforme divulgado na nota explicativa n° 5.14.c. Adicionalmente, julgamento significativo é exercido pela Administração para analisar a expectativa de existência de provável lucro tributável futuro, considerando previsões de longo prazo e existência de eventos fora do controle do Grupo, como fatores climáticos que influenciam na produção agrícola e crises geopolíticas globais que podem causar impacto em exportações de produtos agrícolas, ambos com efeito direto sobre a projeção de volume e, consequentemente, na receita considerada no modelo de recuperabilidade dos tributos diferidos. Devido aos aspectos acima mencionados, à magnitude dos valores envolvidos, à complexidade na mensuração e ao fato de que em premissas econômicas como inflação, juros e volume transportado e eventuais modificações futuras em legislações possam causar alteração significativa na recuperabilidade dos tributos diferidos ativos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento dos riscos relevantes relacionados com as premissas utilizadas no modelo de avaliação para fundamentar a recuperabilidade; • Inclusão de especialistas tributários para mensuração do ativo; • Recálculo matemático do modelo e revisão das premissas relevantes; • Comparação entre o preço médio dos serviços utilizado no modelo preparado para fundamentar a recuperabilidade dos tributos ativos diferidos no exercício anterior e o preço médio dos serviços atualmente praticado; • Revisão das premissas significativas utilizadas no modelo para projeção de lucros tributários futuros; • Análise sobre a suficiência das divulgações realizadas. • Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas e cálculos preparados pela Administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Capitalização de gastos incorridos na formação de ativos de infraestrutura:** Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 5.12.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui obras em andamento registradas pelo montante de R$ 3.670.897 mil, em 31 de dezembro de 2023, nas demonstrações financeiras consolidadas. A classificação de gastos incorridos entre investimentos em bens de capital (Capital Expenditure - Capex) e despesas operacionais (Operational Expenditure - Opex) envolve a necessidade de configurações em sistemas de tecnologia da informação, comunicação e avaliação entre áreas com diferentes especialidades no Grupo para alinhamento de conceitos sobre natureza de gastos com substituição e reforma de partes e peças necessários para colocar o ativo nas condições operacionais pretendidas, critérios para alocação de mão de obra diretamente atribuíveis com a construção do ativo, bem como, de processos e controles apropriadamente desenhados e continuamente operados por parte da Administração, objetivando mitigar a possibilidade de erro relacionado com alocação de gastos entre obras em andamento no ativo imobilizado e despesas reconhecidas no resultado do exercício. Devido aos aspectos mencionados e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no CPC 27 - Ativo Imobilizado; • Reunião com representantes da área de projetos objetivando entender orçamento, alocação dos

continua→★

→★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rumo S.A.

gastos e avanço físico de determinados projetos; • Pesquisa sobre notícias relacionadas com determinados projetos que se encontram como obras em andamento; • Entendimento sobre determinados sistemas de TI envolvidos no processo associados com gastos de obras em andamento; • Teste documental de adições ao ativo imobilizado em obras em andamento; • Obtenção de evidência sobre avanço físico de determinadas obras; • Entendimento dos controles existentes para alocação dos gastos entre Capex e Opex; • Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas e alocação dos gastos na formação dos ativos, com base nos testes por amostragem e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisão para demandas judiciais:** Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 5.15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2023 pelo montante de R$ 767.468 mil nas demonstrações financeiras consolidadas. O montante de perdas possíveis, julgadas pela Administração e seus assessores jurídicos como menos provável de que uma conclusão desfavorável para o Grupo aconteça, divulgado na referida nota explicativa, é de R$ 9.239.974 mil, em 31 de dezembro de 2023, apurado para as informações financeiras consolidadas. Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências possíveis, ao alto número de processos envolvidos e a complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Reuniões com o setor jurídico do Grupo; • Entendimento dos processos internos para identificação de situações em que o Grupo seja parte citada em esferas administrativas ou judiciais, objetivando garantir que a informação utilizada pela Companhia está completa; • Entendimento dos controles internos relacionados com o gerenciamento dos processos; • Envolvimento de especialistas tributários na avaliação de discussões tributárias; • Leitura de opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos, contratados pela Administração; • Mensuração de provisão para contingência com base no recebimento de respostas dos assessores jurídicos externos contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo; • Análise de razoabilidade de premissas utilizadas, por amostragem, na mensuração de processos com expectativa de perda possível ou remota; • Análise das principais inclusões e reversões, de processos na composição dos saldos de provisão para contingências, verificando a razoabilidade de premissas utilizadas; • Análise de pagamento de contingências e entendimento sobre a expectativa anteriormente definida para a conclusão do processo em períodos anteriores; • Recálculo de atualização monetária; • Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 15 de fevereiro de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador - CRC 1 BA 026357/O-2-S - SP

JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CÍVEL **Cartório da 7ª. Vara Cível Drª. Kátya de Araújo Carollo – Escrivã Av. Cândido de Abreu, 535 - 7º. andar Caroline C.M.B de Matos – E. Juramentada Comarca de Curitiba - Estado do Paraná Patrícia Carla Gonçalves - E. Juramentada EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS INTERESSADOS e DA RÉ ADELAIDE NEGRELLO GUIMARÃES; COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.** Edital de Citação dos Réus **Ausentes, Incertos, Desconhecidos, Eventuais Interessados** e da Ré **ADELAIDE NEGRELLO GUIMARÃES**, com qualificação ignorada, para contestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, através de advogado, contados a partir do decurso do prazo do Edital, a Ação **USUCAPIÃO**, **sob nº. 0033573-05.2023.8.16.0001, que tramita na 7ª. Vara Cível de Curitiba pelo *sistema Projudi***, sito na Av. Cândido de Abreu, 535, 7°. andar, Fórum Cível, Centro Cívico, movida por **RL. FOLADOR CONTRUÇÕES LTDA-ME** contra **ADELAIDE NEGRELLO GUIMARÃES**, que em síntese aduz o seguinte: *"Alega a Requerente é legítima possuidora, sem qualquer espécie de oposição, da área total do imóvel consubstanciado pela Matrícula nº 4.194 do 8º CRI de Imóveis de Curitiba (PR), de indicação fiscal 83.508.022.000-9 há mais de 41 anos e, por essa razão, ajuizou Ação de Usucapião em face da antiga proprietária registral, Sra. ADELAIDE NEGRELLO GUIMARÃES, dados pessoais desconhecidos, sem herdeiros conhecidos."* **DESPACHO DE MOV. 34.1:** *"1. Acolho a petição (seq. 32) como emenda da inicial. 2. Tendo em vista a falta de êxito nas diligências do Juízo e da parte em relação informações quanto ADELAIDE, resta inviável sua citação pessoal. Assim, na impossibilidade das demais formas de citação (artigo 246 e 256, NCPC), cite(m)-se por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, aquele(s) em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo. 3. Citem-se pessoalmente os confinantes do referido imóvel, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (artigo 246, § 3 NCPC); o, 4. Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (artigo 259, I, NCPC); 5. Intimem-se para manifestar interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município; 6. Desde logo, aos citados e intimados por edital nomeio como curador especial a Defensoria Pública. Intime-se para apresentar contestação. 7. Ultimados os atos supra indicados, certificando-se pela Escrivania, vista dos autos ao Ministério Público Paraná e, posteriormente, conclusos. Curitiba, 01 de fevereiro de 2024. Carla Melissa Martins Tria Juiz de Direito."* **ADVERTÊNCIA:** Presumem-se verdadeiros os fatos articulados pela autora se não contestado. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, que será publicado e afixado no lugar de costume, com a ressalva de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 do NCPC). Curitiba, aos 11 dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e quatro. E Eu, (a) (Katya de Araújo Carollo) Escrivã, o fiz digitar. SOB MINUTA.**CARLA MELISSA MARTINS TRIA Juíza de Direito Substituta** ***Assinado Digitalmente***

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024
MODO DE DISPUTA "ABERTO E FECHADO"

Início Acolhimento Propostas: 03/04/2024 às 08h00min. Início da Sessão Pública: 18/04/2024 às 09h00min. Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO PARA A ÁREA DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL". Valor Máximo: R$ 957.226,67 (novecentos e cinquenta e sete mil duzentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos). Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br no site do Banco do Brasil, licitação nº 900030521.Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência: ***https://transparencia.betha.cloud***. Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8674.

Almirante Tamandaré, 02 de abril de 2024.

SANDRA MARIA CUMIN
Pregoeira Oficial

SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, AUXILIARES DE FISIOTERAPIA E AUXILIARES DE TERAPIA OCUPACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
SINFITO-PR
Carta Sindical registrada no Ministério do Trabalho - Livro 110 - folha 043 - ano 1988
CÓDIGO 012.000.49527-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, AUXILIARES DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ – SINFITO-PR (CÓDIGO 012.000.49527-5), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas (art. 31 do Estatuto Social), **convoca Assembleia Geral Extraordinária de toda a categoria profissional**, que será realizada no dia **09 de abril de 2024**, às **18h00** em primeira convocação e às **18h30** em segunda convocação[1] respectivamente, no Auditório do Edifício Curitibano Prime Center, localizado na Rua Petit Carneiro, nº 1122, bairro Água Verde, CEP: 80240-050, Curitiba, Estado do Paraná, devendo ser examinada a seguinte Ordem do Dia:

I. Deliberar pela conveniência ou não de se realizar acordos e convenções coletivas de trabalho, originárias ou revisionais;

II. Sendo aprovado o primeiro item da ordem do dia, deliberarem pelas bases do aumento e demais condições de trabalho, tanto para acordo imediato, quanto para o caso de litígio;

III. Esgotadas as tentativas de negociação de convenções coletivas, autorizar a imediata instauração de processos de dissídios coletivos;

IV. Autorizar o Sindicato, para através de seu representante legal, entabular as negociações, com as Entidades Representativas das Categorias Econômicas, facultando-lhe a outorga de procurações, nomeação ou não de árbitro para intermediar as negociações, e se for o caso, firmar os respectivos acordos, bem como, ajuizar ações na qualidade de substituto processual.

Curitiba, 03 de abril de 2024.

WOLDIR WOSIACKI FILHO
Presidente

Não sendo atingido o "quorum" de comparecimento previsto no art. 612, da CLT, para realização dos atos em primeira convocação, será obedecido ao "quorum" de comparecimento ora previsto no Estatuto, realizando-se a Assembleia Geral Extraordinária, com qualquer número de profissionais presentes.

Rua Petit Carneiro, 1122 – Conjunto 403 – Curitibano Prime Center – Água Verde – Curitiba/PR – 80240-050 FONE: (41) 3027-2066 – (41) 99937-7706 – E-mail: sinfito@sinfito.org.br

---



Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 028/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Equipamentos Médico e Mobiliários, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 04 de abril de 2024 até às 08:00 HORAS do dia 19 de abril de 2024.

Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 19 de abril de 2024. (Horário de Brasília).

Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).

Preço Máximo: Constante no edital.

Critério de Julgamento: Menor Preço "Por Item".

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656–8080 ou 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 02 de abril de 2024.

Helder Luiz Lazarotto
Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024
EDITAL Nº 014/2024
EXCLUSIVO A MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP's OU EQUIPARADAS

O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 015/2024, nos termos do Decreto Municipal n° 174/2023, Lei Complementar Federal n° 123/2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÁS 09H00MIN, DO DIA 17/04/2024, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA ROÇADEIRA HIDRÁULICA, DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.** O Edital de licitação encontra-se disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, www.bll.org.br e em https://www.gov.br/pncp/pt-br Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoesinamar@gmail.com

Inácio Martins/PR, 02 de Abril de 2024
Edemetrio Benato Junior
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N° 71/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, e conforme a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 39.132/2023, R E S O L V E: I – Designar como Fiscais dos Contratos da Câmara Municipal de Araucária os(as) Servidores(as) Claudecir Wierzbicki ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e Rosimaria Araujo da Silva ocupante do cargo de Assistente Administrativo, pertencentes ao Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo, a partir de 15 de março de 2024. II – Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos Servidores acima designados, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 04, a partir de 15 de março de 2024. Revogar Portaria nº 15/2024 a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e, Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 72/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, conforme artigo 85 da Lei Municipal nº 1.703/2006 e Lei 3.184/2017, R E S O L V E: Designar a partir de 15 de março de 2024 os Servidores Claudecir Wierzbicki, Jelson Gonçalves Kosiba e Rian Dalmoro Padilha, para atuar como Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, conforme as Leis nº 14.133/2021, 10.520/2022, Decreto Municipal n° 39.132/2023 e Resolução n° 91/2023 da Câmara Municipal de Araucária, cujas atribuições incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como habilitação e adjudicação do certame ao licitante vencedor. Conceder a partir de 15 de março de 2024 Gratificação por Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos Servidores acima designados conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 09. Revogar a Portaria nº 243/2023, a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 73/2024

COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece o acesso à informação nos Órgãos Públicos, na Lei n° 12.527/2011, que regula o acesso à informação nos Órgãos Públicos e na Lei Municipal 3.184/2017, R E S O L V E: Designar como Gestor do Portal de Transparência a partir de 15 de março de 2024 o Servidor Rian Dalmoro Padilha ficando responsável pela Gestão do Portal da Transparência Pública e pela Administração dos serviços tecnológicos Interlegis deste Legislativo (SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, E-mail Corporativo e Portal Web Câmara Municipal de Araucária). Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico ao Servidor designado acima, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 06, a partir de 15 de março de 2024.

Revogar a Portaria nº 142/2019, a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024 **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 74/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, Instr. Norm. TCE/PR Nº 84/2012, Instr. Norm. TCE/PR Nº 86/12, Instr. Norm. TCE/PR Nº 83/2012, Instr. Norm. TCE/PR Nº 89/2013, Instr. Norm. TCE/PR Nº 122/2016, Instr. Norm. TCE/PR Nº 129/2017, e a necessidade de indicar os responsáveis pelo SIM-AM, R E S O L V E: Designar os Servidores abaixo relacionados, como responsáveis junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para efetuar a prestação de contas através do SIM/AM (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) cujas responsabilidades incluem a exportação, análise, providências para correção, validação e envio dos dados de sua competência nos prazos e condições estabelecidos em norma específica, a partir de 15 de março de 2024. Pierre da Cruz Silveira (Auxiliar Administrativo) Módulos: Tabelas Cadastrais, Atoteca e Controle Interno João Edenilson Penter (Auditor de Controle Interno) Módulos: Licitações, Cadastro de Impedidos de Licitar, Mural de Licitações Municipais, Contratos/Atas de Registro de Preço Rayane Ferreira dos Santos Souza () Módulos: Tesouraria, Patrimônio e Obras Públicas Otoniel de Souza Rocha (Contador) Módulo Planejamento e Orçamento e Módulo Contábil Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos servidores acima designados, incluindo período de férias e Licença para Tratamento de Saúde de até 15 (quinze) dias, conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 07, a partir de 15 de março de 2024. Revogar a Portaria nº 35/2024, a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-e e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA Nº 75/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, R E S O L V E: Designar a Servidora Larissa Raphaela Ferreira Fonseca, como responsável junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para efetuar a prestação de contas através do SIAP (Sistema Integrado de Atos de Pessoal) cujas responsabilidades incluem a exportação, análise, providências para correção, validação e envio dos dados nos prazos e condições estabelecidos em norma específica, bem como o acompanhamento dos processos referentes ao SIAP no portal e-Contas do TCE/PR, a partir de 15 de março de 2024. Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico à Servidora acima designada, incluindo período de férias e Licença para Tratamento de Saúde de até 15 (quinze) dias, conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 07, a partir de 15 de março de 2024. Revogar a Portaria nº 93/2019 a partir de 15 de março de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-e e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 76/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, e conforme a Lei 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 39.132/2023, a Lei 8.666/1993 e a Lei 10.520/2002, R E S O L V E: I – Designar a partir de 1º de abril de 2024 como Agente de Contratação da Câmara Municipal de Araucária, o(a) Servidor(a) Claudecir Wierzbicki ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo pertencente ao Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo. II – Conceder Gratificação por Exercício de Atividades de Natureza Especial conforme Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo I, item 1, a partir de 1º de abril de 2024. III – A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se,
Registre-se e, Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 77/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, e conforme a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 39.132/2023, R E S O L V E: I – Designar a partir de 1º de abril de 2024 como Fiscais dos Contratos da Câmara Municipal de Araucária, os(as) Servidores(as) Rayane Ferreira dos Santos Souza ocupante do cargo de Recepcionista e Rosimaria Araujo da Silva ocupante do cargo de Assistente Administrativo, pertencentes ao Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo. II – Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos Servidores acima designados, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 04, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar Portaria n° 71/2024 a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e, Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 78/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, conforme artigo 85 da Lei Municipal nº 1.703/2006 e Lei 3.184/2017, R E S O L V E: Designar a partir de 1º de abril de 2024 os Servidores Jaime Markovicz, Jelson Gonçalves Kosiba e Rian Dalmoro Padilha, para atuar como Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, conforme as Leis nº 14.133/2021, 10.520/2022, Decreto Municipal n° 39.132/2023 e Resolução n° 91/2023 da Câmara Municipal de Araucária, cujas atribuições incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como habilitação e adjudicação do certame ao licitante vencedor. Conceder a partir de 1º de abril de 2024 Gratificação por Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos Servidores acima designados conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 09. Revogar a Portaria nº 72/2024, a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 79/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece o acesso à informação nos Órgãos Públicos, na Lei n° 12.527/2011, que regula o acesso à informação nos Órgãos Públicos e na Lei Municipal 3.184/2017, R E S O L V E: Designar como Gestor do Portal de Transparência a partir de 1º de abril de 2024 a Servidora Nathalia Novak Drus ficando responsável pela Gestão do Portal da Transparência Pública da Câmara Municipal de Araucária. Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico ao Servidor designado acima, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 06, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar a Portaria nº 73/2024, a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 80/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, Instr. Norm. TCE/PR Nº 84/2012, Instr. Norm. TCE/PR Nº 86/12, Instr. Norm. TCE/PR Nº 83/2012, Instr. Norm. TCE/PR Nº 89/2013, Instr. Norm. TCE/PR Nº 122/2016, Instr. Norm. TCE/PR Nº 129/2017, e a necessidade de indicar os responsáveis pelo SIM-AM, R E S O L V E: Designar os Servidores abaixo relacionados, como responsáveis junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para efetuar a prestação de contas através do SIM/AM (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) cujas responsabilidades incluem a exportação, análise, providências para correção, validação e envio dos dados de sua competência nos prazos e condições estabelecidos em norma específica, a partir de 1º de abril de 2024. Pierre da Cruz Silveira (Auxiliar Administrativo) Módulos: Tabelas Cadastrais, Atoteca e Controle Interno João Edenilson Penter (Auditor de Controle Interno) Módulos: Licitações, Cadastro de Impedidos de Licitar, Mural de Licitações Municipais, Contratos/Atas de Registro de Preço Joseli de Oliveira Carvalho (Técnico em Contabilidade) Módulos: Tesouraria e Obras Públicas Vagner Rodrigues (Assistente Administrativo) Módulos: Patrimônio Otoniel de Souza Rocha (Contador) Módulo Planejamento e Orçamento e Módulo Contábil Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico aos servidores acima designados, incluindo período de férias e Licença para Tratamento de Saúde de até 15 (quinze) dias, conforme a Lei 3.184/2017, anexo II, item 07, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar a Portaria nº 74/2024, a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 81/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Atribuições Legais e Regimentais, R E S O L V E: Designar a partir de 1º de abril de 2024 o Servidor Caio Flavio Macedo Pinheiro ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Araucária, como Gestor de Frotas para ficar responsável por supervisionar os trabalhos e atividades executados no Setor de Transporte. Conceder Gratificação pela realização de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico ao Servidor designado acima, conforme a Lei Municipal nº 3.184/2017, anexo II, item 05, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar a Portaria nº 67/2024, a partir de 1º de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 82/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, R E S O L V E: Designar os Servidores, João Edenilson Penter ocupante do cargo de Auditor de Controle Interno, Helton Fabio Farias ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e Otoniel de Souza Rocha ocupante do cargo de Contador, pertencentes ao Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Araucária para, sob a responsabilidade do Servidor João Edenilson Penter, comporem grupo com o objetivo de elaborarem estudos, visando a regulamentação da nova Lei de Licitação, no âmbito da Câmara Municipal de Araucária, a partir de 1º de abril de 2024. Revogar portaria n° 33/2024 a partir de 1° de abril de 2024. A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

PORTARIA N° 83/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece o acesso à informação nos Órgãos Públicos, na Lei n° 12.527/2011, que regula o acesso à informação nos Órgãos Públicos, R E S O L V E: Designar a partir de 1º de abril de 2024 o Servidor Rian Dalmoro Padilha ficando responsável pela Administração dos serviços tecnológicos Interlegis deste Legislativo (SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, E-mail Corporativo e Portal Web Câmara Municipal de Araucária). A presente Portaria, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, entra em vigor nesta data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 27 de março de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2° SECRETÁRIO.**

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/ME 81.716.144/0001-40
NIRE 41.3.0007936-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações com sede na Rua João Eugênio, nº 922, Centro, Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, CEP 83.203-400, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.3.0007936-6 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 81.716.144/0001-40 ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") **convocar** os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária nos termos do do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, **às 10:30 horas, no dia 23 de abril de 2024** na sede social da Companhia e/ou ainda de forma virtual, conforme autorizado pelo artigo 124 §2°- A, da Lei das Sociedades por Ações, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

(1) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;
(2) a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme proposta consignada nas Demonstrações Financeiras da Companhia e conforme deliberação havida na Reunião do Conselho de Administração em 26 de março de 2024;
(3) a aprovação da proposta do orçamento de capital da Companhia previsto para o exercício de 2024; e
(4) a fixação da remuneração global e anual dos Administradores da Companhia, nos termos do art. 10, Parágrafo Único alínea (vii) do Estatuto Social..

Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia, incluindo, os seguintes: (i) a apresentação da administração sobre os negócios e os principais fatos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme documentos rubricados e arquivados na sede da Companhia; (ii) a cópia das demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes.

Paranaguá/PR, 27 de março de 2024.
João Gilberto Cominese Freire
Presidente do Conselho de Administração

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS DIRETAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2024
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
Objeto: contratação integrada de empresa ou consórcio de empresas para elaboração dos projetos básico e executivo e execução da obra de construção de novo edifício para abrigar o Fórum da Comarca de Ponta Grossa
Data início acolhimento das propostas: 03/04/2024
Data abertura das propostas: 04/07/2024 às 13:30 h (horário de Brasília/DF)
Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://www.gov.br/compras, conforme datas e horários definidos acima.

A íntegra do edital e seus anexos estará à disposição das empresas interessadas nos endereços eletrônicos: https://www.tjpr.jus.br/editais, https://www.gov.br/compras/ (UASG nº 926415) e no PNCP (Portal Nacional das Contratações Públicas) - https://www.gov.br/pncp/. Além disso, poderá ser solicitado através do endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br. Os elementos técnicos da **Concorrência Eletrônica nº 01/2024** poderão ser obtidos, gratuitamente, efetuando-se o *download* no *site* www.tjpr.jus.br/anexos-dos-editais ou através de link direto disponível na página de visualização do edital. Informações complementares serão fornecidas pela Divisão de Licitações, na Rua Ivo Leão nº 651, através dos telefones (41) 3250-6541 e (41) 3250-6542 ou e-mail licit@tjpr.jus.br.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024
OBJETO: Registro de Preços visando a Contratação de Serviços de mecânicos e elétricos, com fornecimento de peças necessárias, destinados aos veículos da Frota Municipal. **VALOR:** R$ 1.743.000,00 - **ABERTURA:** às 13h15min do dia 18/04/2024, no site http://bllcompras.org.br/ - **EDITAL:** www.santoantoniodaplatina.atende.net – **INFORMAÇÕES:** FONES/ MAIL: (43) 3534-8700 -licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br.Santo Antônio da Platina/PR, 02 de abril de 2024 – Thaynara C. S. Bachio Rosendo – Pregoeira.

inepar
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06 - NIRE 41 3 0029559 0
Companhia Aberta
AVISO AOS ACIONISTAS
Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, a Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial ("Companhia") comunica que os documentos a que se referem os incisos I a IV do referido artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cjto. 1101, 11º Andar, Centro, Cep 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Curitiba, 29 de março de 2024. **A DIRETORIA**

ALPHAMED SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA
CNPJ: 40.030.053/0001-70 NIRE: 412.0964663-6

São convocados pelo administrador **LUCAS FELIPE BALBINO DIAS**, os senhores sócios cotista da ALPHAMED SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 26/04/2023 às 13:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 13:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzM0NjJlNjEtNTAwNi00OTkyLWI0NzAtZDY2NmNmMWY5NGM1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

AVISO LICITAÇÃO
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024
PROCESSO Nº 38/2024

O MUNICÍPIO DE AMPÉRE, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que realizará às 08h00 horas do dia 23 de Abril de 2024, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO POR ITEM do seguinte objeto: **Aquisição de Pneus, Câmara e Protetor Aro, para Frota de Veículos, Ônibus, Caminhões e Máquinas.** Cópia completa do edital estará disponível no link licitação na página do Município: http://www.ampere.pr.gov.br e no endereço eletrônico www.compras.gov.br .Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, no endereço abaixo mencionado Telefone (46) 3547-1122, e-mail licitacao@ampere.pr.gov.br.

Ampére-PR, 02 de Abril de 2024.
DISNEI LUQUINI
PREFEITO MUNICIPAL

Paraná Banco S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 14.388.334/0001-99 - Rua Comendador Araújo, 614, CEP 80.420-063, Curitiba/PR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam os Senhores Acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 9h, na Rua Comendador Araújo, nº 614, 5º andar, CEP 80.420-063, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (b) Deliberação sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício e ratificar as distribuições antecipadas de juros sobre capital próprio efetuadas ao longo do exercício de 2023; e (c) Fixação da verba global anual para remuneração da administração da Companhia, para o exercício social corrente. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (a) Alteração do artigo 3º do Estatuto Social referente ao objeto social da Companhia, de forma a excluir a atividade referente à atuação no mercado de câmbio; (b) Alteração do capital social da Companhia, artigo 5º, conforme aumento de capital deliberado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 28 de dezembro de 2023 e aprovado pelo Banco Central do Brasil; (c) Alteração da denominação dos cargos da Diretoria, conforme artigo 18, de forma a incluir o cargo Diretor de Clientes e excluir os cargos Diretor de Novos Negócios e Diretor de Operações de Câmbio; (d) Alteração do parágrafo único do artigo 22 com a inclusão da descrição das atividades referentes ao cargo Diretor de Clientes e exclusão da descrição das atividades referentes aos cargos Diretor de Novos Negócios e Diretor de Operações de Câmbio; e (e) Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações mencionadas nos itens 2(a), 2(b), 2(c) e 2(d) acima. **Informações Gerais:** Em observância à Resolução CVM 81/2022, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no website da Companhia (ri.paranabanco.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos pertinentes às matérias aqui previstas. Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão depositar (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia que comprovem a sua qualidade de acionista e (ii) caso o acionista deseje ser representado por procurador, o respectivo mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, no endereço acima mencionado, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, até 72 (setenta e duas) horas antes da data designada para realização da Assembleia de Acionistas. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem sua identidade. Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404/76, o artigo 5º da Resolução CVM 81/2022 e a Resolução CVM 70/2022, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo na Assembleia Geral Ordinária é de 10%, observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia para tal requisição.
Curitiba, 01 de abril de 2024
Leonardo Deeke Boguszewski - Presidente do Conselho de Administração

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
MCP Transportes Rodoviários S/A torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença de Operação - LO, com **validade de 01/04/2028, para Transporte de cargas em geral e de resíduos, transporte de produtos perigosos e transporte de cargas secas, modalidade fracionadas e dedicadas, exceto mudanças Rua Constante Moro Sobrinho, 749 - Quississana - São José dos Pinhais.**

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO PARANÁ
SEÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/24 (90008/2024)

Objeto: Registro de Preços de serviços de emissão de certificados digitais, validação presencial de documentação e fornecimento de mídia criptográfica (token) para a Justiça Federal do Paraná e órgãos participantes: Justiça Federal de Santa Catarina e Justiça Federal do Rio Grande do Sul.
Abertura: 15/04/2024,às 11h00.**P.A.:** 0005232-85.2023.4.04.8003

Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras. Informações: Av. Anita Garibaldi, 888, 7.º andar, Curitiba/PR; sites: www.jfpr.jus.br, www.gov.br/compras; telefone: (41) 3210-1454; e-mail: edital@jfpr.jus.br. Atendimento das 13h às 18h.

Marilei Berbert Padilha
Supervisora da Seção de Compras e Licitações

MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37

AVISO DE CONTRATAÇÃO
DIRETA N.º 08/2024
DISPENSA ELETRÔNICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 35/2024
EXCLUSIVO PARA ME/EPP

O **MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA,** inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, sediado na Praça Bom Jesus, n.º 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, por meio do Departamento de Compras e Licitações, através de seu Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 174/2023, devidamente autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, Luis Antonio Biscaia, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE E-MAIL INSTITUCIONAL/CORPORATIVO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Valor estimado:** R$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).
Período de cadastro das propostas: 02 de abril de 2024 a 08 de abril de 2024, às 08h14min. **Data da Sessão**: 08 de abril de 2024 às 08h15min
Horário da Fase de Lances: início as 08h15min e término as 14h15min
UASG: 455978 – **Link acesso ao sistema:** www.gov.br/compras/
Critério de Julgamento: Menor Preço - EXCLUSIVO PARA ME/EPP.
Divulgação no Portal de Compras do Governo Federal – PNCP:
https://pncp.gov.br/app/editais/76105550000137/2024/33
Mandirituba, 02 de abril de 2024
Luis Antonio Biscaia
Prefeito

PUBLICIDADE LEGAL

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.
Acesse também pelo link: **https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/**





CANAL 1

Flávio Ricco, com a colaboração de José Carlos Nery

Divulgação/Rogério Pallatta



'Chega Mais' precisa de carinho e maior serenidade do SBT

Muito antes de colocar no ar, a direção do SBT sabia muito bem, ou pelo menos deveria saber, que o desafio do 'Chega Mais', lançado nas suas manhãs, seria muito maior que o das suas demais estreias. Surpresa zero, porque é exatamente isso o que vem acontecendo. Entre outros motivos, por ser um programa novo, que depende unicamente do trabalho da sua equipe, entre criação, produção e apresentação, para conquistar a confiança e admiração do telespectador. E, isto só vai acontecer aos poucos, considerando que em televisão a questão do hábito é uma verdade que, na teoria ou prática, ninguém consegue se esquivar. Olha só essa: após ter saído da Globo e com mais de um ano com o programa no ar, Fausto Silva falava da sua surpresa ao encontrar pessoas que ainda não sabiam da sua contratação pela Band. Só um exemplo, em se tratando de alguém na altura do Fausto, para se ter uma ideia. Essa faixa matinal, já de muito tempo, é das mais concorridas, e o 'Chega Mais', para se colocar em condições de disputa, além de tentar conquistar a confiança do público, vai precisar de tempo e paciência. E saber definir o que funciona, sem afobação ou querer mexer, a todo instante, no seu conteúdo. Na foto: equipe do 'Chega Mais'.

Velha prática

No SBT, até bem pouco tempo, Silvio Santos tinha o costume de ligar e dar palpites em tudo. Muitas vezes, mexer até no que não devia. Mas era o Silvio Santos. Outras pessoas não podem e nem devem querer fazer igual.

Divulgação



Exemplo

No 'Chega Mais', um dos problemas, talvez o principal, é que tem muita gente dando palpite. E ligando o tempo todo no switcher, mandando fazer isso ou aquilo. Roubada. Isso atrapalha demais e só conturba a ordem.

Em andamento

A estreia do programa semanal de Lucas Guimarães está prevista para agosto, mês de aniversário do SBT. É outra aposta de Daniela Beyruti, vice da casa, que acompanhou atentamente a produção dos quadros. Percebe-se, no entanto, que ainda existe uma certa insegurança em torno.

Carona

No embalo dessa necessidade de limpar a pauta, só uma curiosidade: alguém sabe explicar qual é, de verdade, a do John Textor, presidente do Botafogo? É preciso dar um breque neste senhor e fazê-lo entender que aqui não é 'república das bananas'. Tem que ser mais responsável e responder por tudo que fala. Ficar nessa de 'metralhadora giratória' não dá não.

Silvio

Parece que agora vai... 'Silvio', filme sobre a vida de Silvio Santos, com trabalho de Rodrigo Faro, deve chegar aos cinemas em 5 de setembro. Dirigido por Marcelo Antunez, reúne no elenco: Marjorie Gerardi, Polliana Aleixo, Duda Mamberti, Paulo Gorgulho, Bruna Aiiso, entre outros.

Instagram@rodrigofaro



Novelão

'Mania de Você', novela de João Emanuel Carneiro que seguirá 'Renascer', na Globo, promete ser um prato cheio para quem curte dramalhões. Vilões, mocinhos e mocinhas, amigas que se tornam rivais e depois se unem em torno de um objetivo em comum, grandes cenários, cibersegurança..., tudo girando em torno do universo da gastronomia.

Elenco

Elam Lima foi chamado para viver Paulo, pai da protagonista Anna (Mel Summers), em 'A Caverna Encantada', próxima novela do SBT. É só para uma participação especial nos primeiros capítulos, porque depois desaparece em uma missão secreta. Mas continuará vinculado ao projeto até o encerramento.

Paquitas

Ainda em andamento as gravações de 'Para Sempre Tão Bom', o documentário sobre as Paquitas, projeto que surgiu após a repercussão e sucesso de 'Xuxa – o Documentário'. Vem com a proposta de revelar histórias de bastidores desconhecidas do grande público, muitas delas na contramão do título.

Título

Ficou definido como 'MasterChef Confeitaria' o título desse novo programa da Band, com estreia no segundo semestre. Será, no entanto, disputado por profissionais da área.

Instagram@dudupelizzari





TREZENTOS – Equipes de 'A Rainha da Pérsia' deram início às gravações de uma das principais sequências da série: a batalha dos 300. Leonidas (Dudu Pelizzari) contra os exércitos de Xerxes (Carlo Porto). Os trabalhos vão durar uma semana e movimentar, claro, muitos figurantes, além de computação gráfica.

BATE - REBATE

- Max Magalhães, já conhecido de produções de Globo e Record, fechou para 'A Rainha da Pérsia'. Vai viver um mensageiro persa. Como exigência para o personagem, andar a cavalo.
- Carol Hubner, Eduardo Martini e Viviane Alfano vão estrear o espetáculo 'Reconciliação', no dia 14, no Teatro União Cultural, em São Paulo. Texto assinado por Vitor de Oliveira, Solange Castro Neves e Thalma Bertozzi.
- Repórter esportivo João Sales deixou o BandSports, 10 anos de casa. Lá foi de estagiário a editor-chefe e agora é o novo contratado da Paramount+. Estreou ontem.
- Começaram os trabalhos do filme 'Asa Branca – A Voz da Arena', sobre o famoso locutor de rodeios, que terá a direção de Guga Sander. Felipe Simas, recém-saído de 'Fuzuê', e Lara Tremouroux estão cotados para o projeto.
- A jovem atriz Melanie Rozenmuter fechou para as próximas temporadas de 'Reis'. Aksah é a sua personagem e fará parte do núcleo de Abias, do protagonista Gabriel Vivan.

C´est fini

André Câmara foi oficializado como diretor da próxima novela de Claudia Souto na Globo, escolhida para substituir 'Família é tudo' na faixa das 19h. A emissora ainda não divulga o nome oficial. Estreia prevista para setembro. Então é isso. Mas amanhã tem mais. Tchau!